

# Diário do Legislativo de 02/09/2009

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

## LIDERANÇAS

### LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Ronaldo Magalhães (PSDB)

### LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

### LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Ruy Muniz

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

### LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Vanderlei Miranda

### LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão

### LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Sebastião Helvécio

### LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

### LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (DEM)

### LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente  
Malheiros

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente  
Nogueira

Deputado BSD  
Domingos Sávio

Deputado Lafayette BSD  
de Andrada

Deputado Neider BPS  
Moreira

Deputado Padre PT  
João

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Fahim Sawan BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander Borges BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Delvito Alves DEM

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PT Presidente  
Ferramenta

Deputado Paulo PT Vice-Presidente  
Guedes

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Wander BPS

Borges

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PT  
Deputada Maria Tereza Lara PT  
Deputado Domingos Sávio BSD  
Deputado Doutor Rinaldo BPS  
Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente  
Ribeiro Silva  
Deputado Chico BPS Vice-Presidente  
Uejo  
Deputado Ronaldo BSD  
Magalhães  
Deputado Sebastião BPS  
Costa  
Deputado Padre PT  
João  
Deputado Gilberto PMDB  
Abramo  
Deputado Delvito DEM  
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir Lucas BSD  
Deputado Délio Malheiros BPS  
Deputado Célio Moreira BSD  
Deputado Neider Moreira BPS  
Deputado André Quintão PT  
Deputado Antônio Júlio PMDB  
Deputado Gustavo Valadares DEM

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BPS Presidente  
Brandão

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente  
Araújo

Deputado Getúlio PMDB  
Neiva

Deputado Paulo PT  
Guedes

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Veneroso BPS

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Vanderlei Miranda PMDB

Deputado Sebastião Helvécio PDT

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente  
Adalclever Lopes

Deputado Délio BPS Vice-Presidente  
Malheiros

Deputado Walter BSD  
Tosta

Deputado DEM

Deputado Gil PP  
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

Deputado Tiago Ulisses BPS

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente

Ângelo

Deputado BSD

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputado Vanderlei PMDB  
Miranda

Deputado Delvito DEM  
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Eros Biondini BSD

Deputada Gláucia Brandão BPS

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Ruy Muniz DEM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ruy DEM Presidente  
Muniz

Deputado Deiró BSD Vice-Presidente  
Marra

Deputado Dalmo BSD  
Ribeiro Silva

Deputada Gláucia BPS  
Brandão

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela Reis BPS

Deputado Adelmo Carneiro PT  
Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente  
Lessa

Deputado Lafayette BSD  
de Andrada

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado Juarez BPS  
Távora

Deputado Adelmo PT  
Carneiro Leão

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo Moreira DEM

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Antônio Carlos BPS  
Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Ivair Nogueira PMDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fábio BPS Presidente  
Avelar

Deputado Sávio PMDB Vice-Presidente  
Souza Cruz

Deputado Irani BSD  
Barbosa

Deputado Almir PT  
Paraca

Deputado Gil PP  
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio Malheiros BPS

Deputado Adalclever Lopes PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Carlos Gomes PT

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente  
Souza Cruz

Deputado Gustavo DEM Vice-Presidente  
Valadares

Deputado Rêmolo BSD  
Aloise

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Tiago BPS  
Ulisses

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes PMDB

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputado Ronaldo Magalhães BSD

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Wander Borges BPS

#### COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente  
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado João BSD  
Leite

Deputado Duarte BSD  
Bechir

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputado Adalclever Lopes PMDB

#### COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente  
Jangrossi

Deputado Antônio BPS Vice-Presidente  
Carlos Arantes

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Chico BPS  
Uejo

Deputado Carlos PT  
Gomes

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio Franco BPS

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputada Cecília Ferramenta PT

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio BSD Presidente  
Braz

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente  
Magalhães

Deputada Ana BSD  
Maria Resende

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Dimas PP  
Fabiano

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD  
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD



Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Pinduca Ferreira PP

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente  
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente  
Pimenta

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Doutor BPS  
Rinaldo

Deputado Ruy DEM  
Muniz

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Sebastião Helvécio PDT

Deputado Rêmolô Aloise BSD

Deputado Antônio Genaro BPS

Deputado Elmiro Nascimento DEM

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BSD Presidente

Deputada Maria PT Vice-Presidente  
Tereza Lara

Deputado Rômulo BPS  
Veneroso

Deputado Tenente PDT  
Lúcio

Deputado Pinduca PP  
Ferreira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Sebastião Costa BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Gil Pereira PP

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente

Deputado Tosta Walter BSD Vice-Presidente

Deputado Nogueira Ivair PMDB

Deputado Nascimento Elmiro DEM

Deputada Ferramenta Cecília PT

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Ronaldo Magalhães BSD

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Duarte Bechir BSD

Deputado André Quintão PT

#### COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Valadares Gustavo DEM Presidente

Deputado Diniz Djalma BPS Vice-Presidente

Deputado Barbosa Irani BSD

Deputado Aloise Rêmol BSD

Deputado Adalclever Lopes PMDB

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputado Juarez Távora BPS

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Juninho Araújo BSD

Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

#### COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente PDT Presidente  
Lúcio

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado Fábio BPS  
Avelar

Deputado Antônio BPS  
Carlos Arantes

Deputado Carlos PT  
Gomes

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira PDT  
Jr.

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio Genaro BPS

Deputada Cecília Ferramenta PT

#### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente  
Sebastião Costa

Deputado PDT Vice-Presidente  
Sebastião Helvécio

Deputado Luiz BSD  
Humberto Carneiro

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Padre PT  
João

Deputado Gil DEM  
Pereira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Fahim Sawan	BSD
Deputado Antônio Júlio	PMDB
Deputado Durval Ângelo	PT
Deputado Dimas Fabiano	DEM

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - Solenidade Realizada na 74ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Exército Brasileiro

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÕES DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 27/8/2009

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Tenente Lúcio - Entrega de placa - Palavras do Gen.-Div. José Mário Facioli - Exibição de vídeo - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião a homenagear o Exército Brasileiro.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Gen.-Div. José Mário Facioli, Comandante da 4ª Região Militar; Cel. Josué Soares, representando o Comando da PMMG; Maj. Rogério Aparecido Soares Ribeiro, Assessor Militar da Presidência desta Casa, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, Cel. Gilvan Almeida Sá; e Deputados Délio Malheiros, Presidente da Comissão de Administração Pública desta Casa, e Tenente Lúcio, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Valderedo Paes de Lira, Chefe do 21º Centro de Telemática do Exército Brasileiro; Luiz Cláudio Madruga, Chefe da 11ª Circunscrição de Serviço Militar do Exército; Ricardo Luís Morais Antunes, Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar; Renato César do Nascimento Santana, Coronel da Reserva, Chefe de Escritório da Fundação Habitacional do Exército; Euler Magalhães da Rocha, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação de Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro; Guilherme Nunes, Capitão Comandante da Companhia de Comando da 4ª Região Militar; Cel. Claudemir Rangel dos Santos, Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva e Colégio Militar de Belo Horizonte; Reginaldo Ramos Machado, Comandante da 4ª Companhia de Polícia do Exército; Ten.-Cel. João Marcos Machado de Oliveira, Comandante do 12º Batalhão de Infantaria; Néelson Marinho de Bastos Júnior, Comandante da 4ª Companhia de Comunicação; Ney Guimarães, Coronel da Reserva, Presidente do Círculo Militar de Belo Horizonte; Cel. Evandro Bartholomei Vidal, Assessor Parlamentar do Exército; Ruy Lage, ex-Prefeito de Belo Horizonte; e de Soldados do valoroso Exército Brasileiro.

## Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Banda de Música da 4ª Região Militar, sob a regência do 1º-Ten. José Mariano Alves.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

### Palavras do Deputado Tenente Lúcio

Exmo. Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, companheiro e amigo Deputado José Henrique, representando o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Exmo. Sr. Gen.-Div. José Mário Facioli, Comandante da 4ª Região Militar; Exmo. Sr. Cel. Josué Soares, representando o Comando da PMMG; Exmo. Assessor Militar da Presidência da Assembleia Legislativa, Maj. Rogério Aparecido Soares Ribeiro, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, Cel. Gilvan Almeida de Sá; companheiros aqui presentes, Deputados Ivair Nogueira, Eros Biondini, João Leite, Carlos Gomes, Vanderlei Miranda, Célio Moreira, Sargento Rodrigues e Neider Moreira, muito obrigado por sua presença.

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a Deus, por esta oportunidade que nos é dada de homenagear uma instituição tão séria - sempre me orgulho de a ela ter pertencido por dez anos da minha vida -, o Exército Brasileiro. Hoje, como Oficial da Reserva, tenho a oportunidade de homenagear essa instituição à qual devo muito, mormente no que se refere à formação do meu caráter e da minha dignidade.

Exmo. Sr. Gen.-Div. José Mário Facioli, Comandante da 4ª Região Militar, em sua pessoa saúdo a todos os militares aqui presentes, que, lotando este recinto, consagram como significativa a homenagem que hoje é prestada ao Exército na figura do seu patrono.

Quero agradecer a presença de todos que aqui estão, a essa banda maravilhosa do nosso glorioso Exército, a todas as pessoas que aqui estão lotando as galerias, da ativa ou da reserva, mulheres ou homens, todos representando nosso glorioso Exército.

Esta tarde seguramente se transformará em uma das mais importantes de minha vida pública. Isso se deve ao fato de ter a oportunidade de dirigir-me a todas as senhoras e todos os senhores presentes nesta Casa Legislativa e especialmente aos meus amigos do Exército Brasileiro.

Sou oriundo dessa instituição, onde frequentei o Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva do 36º Batalhão de Infantaria Motorizado, em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, berço de minha formação militar e de cidadão. Como Tenente, tive a honra de servir, pelo tempo máximo que a legislação permitiu, no 41º Batalhão de Infantaria em Jataí (GO), e no meu retorno a Uberlândia, no 36º Batalhão de Infantaria Motorizado, onde me formei. Fiquei 10 meses em Jataí e 9 anos em Uberlândia.

Após o serviço militar, ingressei na política. Fui eleito quatro vezes Vereador em Uberlândia, tendo sido Presidente da Câmara de Vereadores três vezes. Com muito orgulho, fui agraciado com a Medalha do Pacificador e também como colaborador emérito do Exército. Hoje, como Deputado Estadual, procuro aplicar, em minha ação política, os valores aprendidos no quartel e lutar por melhores condições para os militares, suas famílias e instituições que representam.

No último dia 25 de agosto, comemorou-se o 206º aniversário de nascimento de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, patrono do nosso Exército. Pela sua trajetória gloriosa é reconhecido como a maior personalidade militar brasileira, tendo participado de seis campanhas militares, quatro internas e duas externas, e de outros fatos marcantes da vida política do séc. XIX.

Nas lutas internas que ocorreram no Brasil recém-independente, Caxias participou com invulgar destaque. Desde o Pará, passando por Maranhão, por Salvador, na Bahia, por Minas Gerais e pelo Rio Grande do Sul, a sua presença, comandando tropas, concorreu para a manutenção da paz entre irmãos e para o não desmembramento do nosso território.

Após a pacificação da cidade maranhense de Caxias, recebeu o título de Barão, adotando o nome pelo qual seria imortalizado. Nesse período, galgou todos os postos da hierarquia militar, tendo sido promovido a general no início do reinado de D. Pedro II. Dessa experiência é que emergiu o grande líder, que soube captar a fundo a natureza e o caráter do homem brasileiro, quer fosse civil, quer fosse militar. Outra exata compreensão foi a da instituição a que servia, ponto crucial para compreendermos os futuros avanços do Exército Imperial, sob sua direção, já na segunda metade do séc. XIX.

Caxias foi Ministro da Guerra em três períodos, incrementando várias realizações, das quais destaco: a construção da Escola Militar da Praia Vermelha, a ampliação do então Quartel General do Exército, hoje Palácio Duque de Caxias, a criação do Asilo dos Inválidos da Pátria para acolher vítimas das guerras, todos localizados no Rio de Janeiro, e a criação de várias colônias militares para proteção de nossas fronteiras, no atual Mato Grosso do Sul.

É de Caxias o célebre brado: "Sigam-me os que forem brasileiros", em que demonstrou coragem física suficiente para levar seus homens à vitória, na passagem sobre o Rio Tororó. Inovou também ao usar balões como meio para reconhecimento, antecipando em várias décadas o que se passou a fazer com aeronaves.

Como homem de confiança do Imperador D. Pedro II, foi, por três períodos, chefe do governo brasileiro. Como não poderia deixar de ser, saiu-se muito bem o cidadão dotado de ilibada conduta, que era reconhecido até pelo seus adversários. Ainda no campo político, Caxias foi Senador pelo Rio Grande do Sul. No parlamento, sustentou vibrantes e calorosos debates na defesa de interesses do povo gaúcho, sem também esquecer aqueles relativos ao Exército. Desde aquela época, vislumbrou a necessidade de ter o Exército voz no parlamento a influenciar e protegê-lo, quando até mesmo se questionava a sua existência.

Retirou-se da vida pública em 1878, por doença, indo morar na cidade de Valença, no Rio de Janeiro. Faleceu aos 76 anos, no dia 7/5/1880.

Por sua vontade, expressa em testamento, foi levado ao túmulo por Soldados de bom comportamento.

E a Nação soube reconhecer os tantos e tamanhos serviços de seu maior Soldado. São incontáveis os monumentos, nomes de ruas, escolas e as duas importantes cidades que têm o seu nome: Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, e Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul.

Os exemplos e o legado de Caxias ultrapassaram gerações e se eternizaram. A réplica de sua invicta espada é portada pelos cadetes do Exército; seus restos mortais repousam em local de destaque, num panteão próprio, na cidade do Rio de Janeiro, e seu nome está inserido no Monumento aos Heróis da Pátria, em Brasília. O dia 25 de agosto, data do seu nascimento, é consagrado como o Dia do Soldado.

Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Gen. Facioli, Oficiais e praças aqui reunidos, minhas senhoras e meus senhores, muito ainda se poderia dizer, nesta tribuna, acerca da figura de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, patrono do nosso Exército. Deixo, porém, para reflexão dos mais jovens as palavras do Gen. Ex. Gleuber Vieira, ex-Ministro e antigo Comandante do Exército: "Para ser Caxias é necessário: realmente amar a Pátria, estar moralmente amparado, corajosamente disposto e fraternalmente envolvido com o próximo e com a sociedade. Manter a ordem e a segurança é a obrigação de todos nós.". Num feliz instante de criação, o autor da novela "O Rei do Gado", exibida pela primeira vez em 1996, compôs um personagem político acima de quaisquer suspeitas: o Senador Caxias.

Agradeço, mais uma vez, ao Gen. Div. José Mário Facioli, Comandante da 4ª Região Militar, a especial deferência de trazer a esta Casa os seus companheiros de trabalho. E creiam todos aqui presentes que esta Assembleia vive hoje um dos seus mais importantes momentos ao exaltar o Duque de Caxias, o Soldado símbolo do Brasil.

E aqui, General, eu não posso ser o autor deste requerimento na individualidade. Quero dividir com todos os meus companheiros Deputados aqui já citados. Se o senhor nos permite, no ano de 1979, quando nós nos formamos aspirantes, já pleiteando ser Tenente à minha turma, de 30, devo muito a cada um deles. E aqui gostaria de citar os seus nomes: alunos nºs 1 - Carlos; 2 - Dorneles; 3 - Soares; 4 - Emílio; 5 - Eron; 6 - Fábio; 7 - Flávio; 8 - Gérson; 9 - Gilmar; 10 - Souza; 11 - Lemos; 12 - Hudson; 13 - Jairo; 14 - Porto, hoje Presidente da nossa Associação de Oficiais da Reserva; 15 - Agton; 16 - Edson; 17 - César, hoje em memória; 18 - Marcos; 19 - Azevedo; 20 - Queiroz; 21 - Ricardo; 22 - Roberto; 23 - Rubens; 24 - Sênio; 25 - Ferreira; 26 - eu, Lúcio; 27 - Ulisses; 28 - Zago, também em memória; 29 - Martins; 30 - Lima.

Quero destacar a participação do nosso Comandante à época, Cel. Branco, em memória, e também do nosso então instrutor, Ten. Orlando, atualmente Coronel da reserva. Ele não está presente em razão do casamento de seu filho em Cáceres, no Mato Grosso, mas mandou um abraço ao General, juntamente ao Cel. Loureiro, os dois responsáveis por nos ajudar muito.

Para os senhores terem uma ideia da importância que o Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba estão dando a esta solenidade, hoje recebemos inúmeros telefonemas e "e-mails", e por isso prometi falar alguns nomes aqui. Da cidade de Indianópolis, o Prefeito Renes; de Carneirinho, a Prefeita Dalva; de Estrela do Sul, o Prefeito Licurgo; de Abadia dos Dourados, a Prefeita Kátia; de Conquista, a Prefeita Vera Lúcia; de Araporã, o Prefeito Valdir e os Vereadores Chinguinha, Roberto e Waldívino; de Campina Verde, o Vereador Franco; de Canápolis, o Prefeito Edilson e os Vereadores Fábio, José Fernandes e Dioneir; de Centralina, os Vereadores Cleisson, Antônio, Daniel, Anidson, Rúbia, Tiago e Leonardo; de Iraí de Minas, o Prefeito Pedrão e os Vereadores Marcelo, Henrique e Antoninho; de Limeira do Oeste, o Prefeito Pedro Socorro e os Vereadores Iradel, Paulo César e Elísio; de Monte Alegre de Minas, o Presidente Andinho e os Vereadores Nenzinho, Derli e Carlos; de Monte Carmelo, o Gideon; de Belo Horizonte, o Ten. Carlos André, hoje Diretor da Spacer; da cidade de Tupaciguara, o Prefeito Alexandre Berquó e os Vereadores Vilmarzinho, Édio, Jerônimo e Jussélia; de Uberlândia, o Prefeito Odelmo Leão e os Vereadores Jerônima, Willian Alvorada, Doca, Márcio Nobre, Baiano, Adriano Zago e Murilo; de Bambuí, o Vereador Luciano; de Cambuquira, o Vereador Diogo; de Bom Despacho, o Vereador Marcelo; de Três Marias, o Vereador Eduardo; de Delta, os Vereadores Raimundo, Izabel, José Renato, Sérgio, Ângelo, Luís Humberto; Júlio César, Carlos Roberto e Gilberto Machado; de Barbacena, o Vereador Alaor; de Grupiara, o Prefeito Ronaldo, as Vereadoras Bilica e Roseli e o Vereador Batista; de Santa Vitória, os Vereadores Welliton, Condinho e Hélio Rolla; e de Sacramento, o Prefeito Baguá, os Vereadores Alex e Sinhoreli, o Secretário Papinha e o Luizão. Enfim, se fôssemos citar todo mundo, iríamos tomar muito tempo dos senhores.

Só quero deixar, por meio da TV Assembleia, clara a representatividade das lideranças do Triângulo Mineiro, que estão realmente nos acompanhando e, muitas delas, gravando esta reunião para mostrar, no quartel de Uberlândia e também nos Tiros de Guerra, a importância que nos é dada neste evento, nesta solenidade. Quero fazer um agradecimento especial ao Cel. Teotônio Luís Patrocínio de Moraes, que foi Comandante do 36º Batalhão de Infantaria Motorizada e hoje está em nossa assessoria. Ele manda um abraço ao General Facioli e a todos os companheiros de trabalho que estão vestindo farda ou não.

Para encerrar as minhas palavras, gostaria de dizer que estou emocionado. Servi ao Exército por dez anos, uma instituição que me traz excepcionais lembranças, principalmente dos exercícios de ataque e defesa. Defesa não tanto, porque eu não gostava de ficar na defensiva, só fazendo patrulha de reconhecimento; gostava muito quando se tratava de uma ofensiva, de subir e descer morro. Comandei pelotão de fuzileiro por três anos e companhia de fuzileiro por quatro anos, disputando, nas inspeções militares, com os Comandantes do CMP à época e fazendo inspeções. Tive o prazer de ver a nossa companhia sempre em primeiro lugar.

Comandamos a 1ª Companhia de Fuzileiros não só nos exercícios militares, mas também nas competições esportivas. Os meus Soldados sempre tiveram a regalia de poder treinar e perder - aliás, isso faz parte do ofício -, porém nunca tiveram o direito de deixar de ter garra. Sempre as competições e os exercícios militares eram levados muito a sério. E isso sempre foi mostrado no Exército brasileiro: devemos ser perseverantes, manter-nos com seriedade e muita disposição. Tenho um orgulho muito grande, apesar de saber que, até a nossa chegada, o Exército brasileiro nunca havia feito um representante na Assembleia. Devo muito, primeiramente a Deus, e depois à minha família, a meus amigos de farda - ou sem ela - que me ajudaram a ser Deputado. Minha obrigação hoje é representar essa instituição, à qual tenho grande orgulho de ter pertencido. Na verdade, para sempre irei pertencer a ela. Enquanto vida eu tiver, vocês poderão contar com o amigo Tenente Lúcio. É assim que sou conhecido e é assim que sempre irei trabalhar. Penso que a grande maioria das pessoas tem um cartãozinho meu, em que está anotado o número do meu telefone celular; estou sempre distribuindo cartões. Estarei sempre à disposição do Exército brasileiro, que é figura ímpar para o meu coração e para as minhas emoções. Muito obrigado!

#### Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado José Henrique, representando o Presidente da Assembleia, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Gen.-Div. José Mário Facioli, Comandante da 4ª Região Militar, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "Compromisso perene com a dignidade e a soberania do Estado Nacional. É assim que o Exército brasileiro se destaca, em sua atuação, pelos relevantes serviços prestados à Pátria, os quais se coadunam com os valores defendidos por essa corporação. Além da essencial tarefa do território nacional, o empenho dessa importante instituição militar brasileira merece reconhecimento pela maneira igualmente nobre com que tem auxiliado a sociedade civil. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais manifesta seu apreço ao Exército brasileiro e rende a ele esta homenagem por sua competência e patriotismo".

O Sr. Presidente - A Presidência convida o Deputado Tenente Lúcio, autor do requerimento, para nos acompanhar na entrega.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Gen.-Div. José Mário Facioli

Exmos. Srs. Deputado José Henrique, 2º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, representando neste ato o Exmo. Sr. Presidente desta Casa, reservista do Exército, em que serviu no 12º Batalhão de Infantaria, o Doze de Ouro, Deputado Alberto Pinto Coelho; e Deputado Tenente Lúcio, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, na pessoa de quem cumprimento a todos os integrantes da Mesa e aos demais Deputados presentes, entre os quais vislumbro outros que foram Soldados do Exército Brasileiro, que vestiram a farda verde oliva que tanto nos honra.

É motivo de grande honra, muita alegria, entusiasmo e emoção estar representando o Exército brasileiro nesta tarde. Tenho ganas de deixar o "script" e falar o que me vem ao coração; no entanto, não o farei, por respeito à Casa e medo de que a emoção seja muito forte. Portanto, vou-me ater aos pensamentos registrados nesta folha de papel.

Digníssimas autoridades presentes, caros integrantes da 4ª Região Militar, senhoras e senhores, minhas palavras iniciais são de agradecimento pela realização desta sessão especial em homenagem ao Exército Brasileiro. Além de saudar o Soldado brasileiro, o objetivo maior é relembrar os feitos do chefe militar vitorioso, do guerreiro obstinado e do homem de Estado exemplar que o Exército consagrou como patrono.

Muito obrigado à Presidência da Assembleia e, particularmente, ao Exmo. Deputado Tenente Lúcio, autor da feliz iniciativa. Mais que agradecer, quero parabenizar esta Casa de leis, a Casa do povo de Minas, pela sensibilidade patriótica. Caxias está no ideário do povo brasileiro, que nele reconhece as maiores virtudes de honradez, probidade, dedicação, lealdade e amor ao Brasil. Qualquer pessoa que pretenda contar a história do nosso Exército dificilmente poderá fazê-lo sem levar em conta a trajetória de seu mais importante Soldado: o Duque de Caxias. A memória do maior de todos os brasileiros deve ser reverenciada sempre, por ser repleta de exemplos de retidão, honra, civismo e amor à nossa Pátria Brasil. Lutou pela consolidação da independência, pacificou províncias conflagradas e conduziu as armas nacionais à vitória nos conflitos da Bacia do Prata. Tão importantes quanto a eficácia de suas ações militares foram a firmeza com que enfrentou os desafios e a generosidade dispensada aos adversários vencidos nos campos de batalha - a anistia. Restabeleceu o império da ordem, preservou as instituições, recompôs a coesão nacional e salvou a unidade da Pátria. Passou à história como O Pacificador. Evocar os feitos de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, além de reviver a sua história de vida, é constatar que ela se confunde com a própria história do Brasil. Foi Marechal-de-Exército e Senador. Foi o único brasileiro que recebeu o título de Duque, o maior da nobreza. Abraçou muito cedo a carreira das armas. Aos 20 anos, recebeu seu batismo de fogo, na Bahia, lutando pela independência da Pátria, que mais tarde se empenharia dedicadamente em pacificar, manter unida e defendida de interesses estrangeiros.

Sua trajetória militar coincide com as mais importantes campanhas para a defesa da soberania e da unidade nacionais. Em 1823, teve seu batismo de fogo, como já dissemos, na Guerra da Independência, em Salvador. Em 1840, lutou na Balaiada, pela pacificação do Maranhão.

Em 1842, durante a Revolução Liberal, pacificou São Paulo e Minas Gerais. De 1842 a 1845, foi decisivo na pacificação da Província do Rio Grande do Sul em um conflito que já durava oito anos - a Revolução Farroupilha - e que ameaçava a Nação de fragmentação.

Externamente, atuou, entre 1825 e 1828, na Campanha Cisplatina, que culminou na independência do Uruguai. Libertou os países platinos do caudilhismo de Oribe e Rosas em 1851 e 1852. Em 1866, conduziu as Forças Aliadas à vitória na Guerra da Tríplice Aliança, na qual comandou os exércitos de três países - Brasil, Argentina e Uruguai. Nesse episódio tão significativo da nossa história, além das lutas travadas nos campos de batalha, travava-se no Brasil uma luta política entre os Partidos Liberal e Conservador. Essa disputa colocava em risco a nossa vitória sobre as tropas de Francisco Solano Lopez.

O mais importante chefe militar brasileiro, o Gen. Luís Alves de Lima e Silva, Marquês de Caxias, por pertencer ao Partido Conservador, atuava como mero expectador da guerra, pois o governo liberal não o nomeara para nenhum comando. O mais importante chefe não era nomeado por problemas políticos. Então, como vencer a guerra, se o maior guerreiro brasileiro estava participando como mero assistente?

A derrota das tropas aliadas em Curupaiti trouxe desânimo a brasileiros, uruguaios e argentinos. Estava em jogo a vitória indispensável de nossas tropas para salvar a honra nacional e para livrar nosso Império de uma vizinhança perniciosa e perigosa.

Naquele momento, o governo liberal tomou uma atitude sensata e patriótica: nomeou um General conservador para o comando das tropas aliadas. A sorte da guerra mudou. Sucederam-se as vitórias brasileiras, até a tomada de Assunção, no Paraguai. O Senador liberal Zacharias de Goes e Vasconcellos, adversário político de Caxias, ao propor sua nomeação como Comandante-em-Chefe, afirmou: "O nobre Marquês de Caxias, sobretudo por sua maneira de ser, possui o dom de cativar a vontade dos militares. Onde ele domina, desaparece a intriga. A sua nomeação torna-se imprescindível". Relembro e enfatizo que tais palavras foram proferidas por um adversário político.

Caxias é mais do que o corajoso e bravo Soldado patrono do Exército brasileiro. Em sua missão de servir, fez decisivas intervenções. Ajudou a reunir, consolidar e construir uma Pátria unida e pacificada. Mais do que um eminente e honrado cidadão, impôs-se pela aceitação, compreensão e respeito ao próximo.

No campo político, com todas as suas qualidades de militar e cidadão, foi nomeado, em 1839, Presidente da Província do Maranhão, semelhante ao atual cargo de Governador. Em 1841, foi eleito, de forma unânime, Deputado à Assembleia Legislativa dessa mesma Província. Em 1842, foi nomeado Vice-Presidente da Província de São Paulo e Presidente da Província do Rio Grande do Sul. Em 1847, assumiu efetivamente a cadeira de Senador pela Província do Rio Grande do Sul. Em 1855, foi investido do cargo de Ministro da Guerra. Em 1862, foi graduado Marechal do Exército, assumindo novamente a função de Senador no ano de 1863.

Caxias esteve sempre a serviço da Pátria. Nos momentos em que a vida política do Império ameaçava a fragmentação do País, ante os regionalismos desenfreados, Caxias portou-se com desambição ante a ganância e com fidelidade ante as traições. Sua grandeza de caráter, probidade e coragem são traços inconfundíveis que nortearam a sua conduta em prol do bem público.

No campo de batalha, no Conselho de Ministros, no parlamento e na vida em sociedade, não nutriu ódios, não teve preconceitos, não destratou, não injuriou, não envergonhou e não menosprezou. Onde atuava, a discussão era substituída pelo diálogo franco, e a confrontação dava lugar à comunhão, garantindo a conquista da paz. Caxias era, a um só tempo, Soldado, político e estadista invejado.

Se, no campo da luta, a firmeza de suas decisões militares lhe garantia o rosário de triunfos que despertava nos rebeldes a idéia da pacificação, paralelamente, seu descortino administrativo, honestidade, honradez, seus atos de bravura, de generosidade e de respeito à vida humana conquistaram a estima e o reconhecimento dos adversários. Decisivo e persistente no cumprimento de missão, nunca usou de força desnecessária, evitando humilhar ou gerar sentimentos de vingança nos vencidos.

Murilo Badaró, ilustre Presidente da Academia Mineira de Letras, assim se referiu a Caxias: "É preciso proclamar à exaustão que o Duque de Caxias não é somente glória militar. É patrimônio cívico do Brasil. Caxias dilatou os limites da glória, e ela é tão abrangente que transcende os limites das casernas e dos quartéis e durará para sempre, enquanto durar o Brasil, enquanto perdurar o sentimento de honra e de nacionalidade".

A lição que Caxias nos lega se resume a ser intransigente com a desordem, enérgico com a rebeldia, conciliador nas negociações e humano no perdão. Ao prestarmos esta homenagem àquele que personifica o amor à Pátria, conclamo a todos que sejamos Caxias em nossas ações, para o bem de nosso tão querido Brasil. A todos, especialmente aos amigos e comandados, o apelo para que, irmanados e firmes em nossas convicções, virtudes e valores, lutemos por uma Nação cada vez mais justa, mais forte, mais coesa e mais desenvolvida. Que tenhamos a força de colocar o Brasil acima de tudo. Muito obrigado à Casa do povo mineiro.

## Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

## Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a Banda de Música da 4ª Região Militar, que, sob a regência do 1º-Ten. José Mariano Alves, apresentará as músicas: "Dobrado", da obra "O Guarani", de Carlos Gomes; "Travessia", de Milton Nascimento e Fernando Brant; e "Aquarela do Brasil", de Ary Barroso.

- Procede-se à apresentação musical.

## Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Gen.-Div. José Mário Facioli, Comandante da 4ª Região Militar, em cuja pessoa cumprimos a todos os militares, a quem agradecemos a presença nesta tarde nesta reunião que homenageia o Soldado, o Exército brasileiro; Cel. Josué Soares, representando o Comando da PMMG; Maj. Rogério Aparecido Soares Ribeiro, Assessor Militar da Presidência da Assembleia Legislativa, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, Cel. Gilvan Almeida Sá; Exmo. Deputado Tenente Lúcio, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Deputados Délio Malheiros, João Leite e demais Deputados presentes; Dr. Ruy Lage, ex-Prefeito de Belo Horizonte, que nos honra com sua presença.

Um grupo de brasileiros, formado por brancos, negros e índios, unidos pelo espírito de resistência, protagonizou um dos feitos mais gloriosos da história do Brasil Colônia. Impôs uma incontestável derrota a um inimigo muito mais poderoso, em número e equipamentos bélicos. O ano era o de 1648; o Estado, Pernambuco; o inimigo, as forças holandesas que ocupavam o Nordeste do País. Um ano depois, também em condições adversas, repetiu-se a façanha, no mesmo local: os Montes Guararapes, ao sul de Recife.

O episódio não só levaria ao término da invasão holandesa, em 1654, como foi fundamental para a manutenção da integridade territorial do País. A Batalha dos Guararapes tornou-se, assim, a origem simbólica da nossa nacionalidade e do Exército brasileiro.

Estavam presentes naquele acontecimento épico dois ingredientes básicos da nossa identidade: a união das três raças que compuseram o processo de miscigenação do povo brasileiro e a unidade política e geográfica, graças à qual se preservaram as dimensões continentais do nosso território. Tais ingredientes sempre inspiraram também a função institucional do Exército de resguardar a segurança e a soberania nacionais, além de sua política de recrutamento de recursos humanos, dirigida a pessoas de todas as etnias e classes sociais.

Ao longo de sua trajetória, o Exército brasileiro deu exemplos marcantes de sua missão e formou alguns dos mais cultuados heróis nacionais. O mais conhecido deles, como registram os anais da história, é Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

Seu feito mais destacado, coroando uma longa carreira de sucesso em campanhas de pacificação por todo o território brasileiro, foi o comando da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai, exercendo sua liderança, ousadia e tino de estrategista. Tornou-se, como sabemos, o patrono do Exército.

Cumpra também lembrar outro emblemático representante da instituição, que deixou seu nome em nossa história pelo pioneirismo e espírito desbravador: o Marechal Cândido Rondon. Incumbido de chefiar serviços de implantação de linhas telegráficas em regiões distantes e isoladas do território brasileiro, acabou realizando um amplo trabalho de integração, notadamente no Centro-Oeste e Norte do País.

Sua obra civilizadora ultrapassou em muito o campo das comunicações, contribuindo também para o avanço do conhecimento contemporâneo em diversas outras áreas, como as da etnografia, botânica, mineralogia e cartografia, e estimulando a formação de uma consciência nacional sobre a valorização e proteção dos povos indígenas.

Na esteira desses exemplos, o Exército brasileiro consolidou-se como braço fundamental do Estado na manutenção da segurança e da integridade nacionais, na integração das regiões mais distantes e no cumprimento de atividades complementares vinculadas ao desenvolvimento socioeconômico do País.

Assim, destacam-se hoje, em sua diversificada atuação, a vigilância permanente de nossas fronteiras, a defesa da Amazônia, a construção e a reforma de rodovias e de outros equipamentos de infraestrutura de transportes, o apoio logístico no atendimento a populações atingidas por catástrofes, entre outras ações de natureza social. O legado de Caxias e de Rondon está presente no trabalho que o Exército continua realizando em todo o Brasil e, particularmente, em nosso Estado. Na pessoa do Gen. Div. José Mário Facioli, Comandante da 4ª Região Militar, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta sua homenagem, nesta reunião especial, a todos os membros dessa instituição imprescindível para a manutenção da ordem, da segurança e do Estado Democrático de Direito. A Presidência agradece a presença de todos. Muito obrigado.

Ata da 14ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 19/8/2009

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Sebastião Costa (substituindo o Deputado Djalma Diniz, por indicação da Liderança do BPS) e Vanderlei Miranda (substituindo o Deputado Adalclever Lopes, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é inscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício da Sra. Selma de Moura Braga, Presidente da Associação do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de Belo Vale em que solicita a realização de reunião de audiência pública para discutir as irregularidades do transporte de minério; e da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: da Viação Ubá Transportes Ltda. (25/7/2009) e do Sr. Marco Túlio dos Santos, Diretor-Presidente da Coopertramo (13/8/2009). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.869/2008 (Deputado Irani Barbosa); 2.810/2008 (Deputado Adalclever Lopes); 3.499/2009 (Deputado Djalma Diniz), em turno único; e 3.005/2009 (Deputado Rêmoló Aloise), em 2º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.249/2009 é retirado da pauta atendendo-se a requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto



de Lei nº 3.433/2009 (relator: Deputado Djalma Diniz). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.298, 4.299, 4.362 e 4.370/2009. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 551/2007; 3.050, 3.051, 3.070, 3.109 e 3.366/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Pimenta e Doutor Viana em que solicitam seja realizada visita desta Comissão à BR-135 para fiscalizar as obras no trecho entre o "Trevão" e a cidade de Montes Claros e requerem ainda seja realizada reunião de audiência pública no referido Município para obter explicações do DNIT sobre a programação de restauração da BR-135; Gil Pereira (2) em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado, ao Secretário de Transportes e Obras Públicas e ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de providências para agilizar a conclusão do projeto de construção do Anel Rodoviário Norte, em Montes Claros; e seja encaminhado ao Superintendente Regional do DNIT no Estado pedido de providências para recuperar a estrada vicinal entre os Municípios de Glaucilândia e Bocaiúva; Carlos Pimenta em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para recuperar a estrada que liga os Municípios de Rubelita e Coronel Murta, MGC-342; Ruy Muniz em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a interrupção do tráfego nos 100 primeiros quilômetros da BR-135. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2009.

Célio Moreira, Presidente.

Ata da 6ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 28/8/2009

Às 11h15min, comparecem no auditório da sala 1.007 da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Fafich - da UFMG os Deputados André Quintão, Carlin Moura e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a homenagear a Fafich por seus 70 anos de fundação. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Heloísa Starling, Vice-Reitora da UFMG e Coordenadora do Projeto República, que representa também o Sr. Ronaldo Tadêu Pena, Reitor da UFMG; e os Srs. João Pinto Furtado, Diretor da Fafich; Nilmário Miranda, Presidente da Fundação Perseu Abramo; Wallison Alves Brandão, Diretor de Políticas Educacionais da União Nacional dos Estudantes - UNE -; e Estêvão Cruz, Presidente do Diretório Acadêmico da Fafich, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem aos debates, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Duarte Bechir em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a possibilidade da permanência da feira que acontece às quartas-feiras na Rua Araguari, entre as Ruas Matias Cardoso e Rodrigues Caldas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a realizar-se hoje, às 15 horas, no auditório da Assembleia Legislativa, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2009.

André Quintão, Presidente.

Ata da 7ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 28/8/2009

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Padre João, Weliton Prado e Carlos Gomes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o Plano Nacional de Igualdade Racial e suas implicações no Estado e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Cláudia Aguiar, Superintendente de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, representando o Sr. Agostinho Patrús Filho, Secretário de Desenvolvimento Social; Maria das Graças Saboya, Coordenadora de Assuntos da Comunidade Negra, representando Márcio Araújo de Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Maria do Carmo Ferreira da Silva, Coordenadora Nacional do Fórum Intergovernamental de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Fipir -, e Assessora para Assuntos Federativos da Presidência da República; Sandra Maria da Silva, Presidente da Federação das Comunidades de Quilombolas do Estado de Minas Gerais e Coordenadora da Confederação Nacional de Quilombolas; e os Srs. Edson Santos de Souza, Deputado Federal e Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Deputados Federais Antônio Roberto e Reginaldo Lopes; e José Benedito Nunes Neto, Prefeito Municipal de Janaúba, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida passa a palavra ao Deputado Carlos Gomes, coautor do requerimento, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Em seguida, a Sra. Cláudia Aguiar e o Sr. José Benedito Nunes entregam ao Ministro termos de adesão ao Fórum Intergovernamental de Igualdade Racial, após o que são feitas as apresentações, pela Secretaria de Estado de Defesa Social, do Manual de Orientação Jurídica para a Criação de Associação Quilombola e, pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de publicações relacionadas ao Plano Nacional de Igualdade Racial. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2009.

André Quintão, Presidente.

## ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 2/9/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Discussão da indicação do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação do Sr. Antônio Maurício Fortini para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação do Sr. Teodoro Alves Lamounier para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.309/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera o art. 4º da Lei 15.757, de 4/10/2005. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.441/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de São João Evangelista o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.480/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itambacuri o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.520/2009, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.857/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a concessão de incentivo a empresa que contratar empregados egressos do sistema prisional e dá outras providências. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.827/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a divulgação, no âmbito dos serviços notariais do Estado, do direito de realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 15 da Lei nº 12.729, de 30/12/97. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.123/2008, do Deputado Walter Tosta, que altera o art. 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com José Barcelos Costa os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.149/2009, do Deputado Fábio Avelar, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Laranjal o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.255/2009, do Governador do Estado, que cria a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - HidroEx - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Minas e Energia perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.300/2009, do Deputado Domingos Sávio, que altera a destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Ijaci nos termos da Lei nº 11.620, de 4/10/94. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do

Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da Comissão DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 2/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.436 e 4.451/2009, do Deputado Duarte Bechir.

Finalidade: discutir, em audiência pública com convidados, os constrangimentos e preconceitos sofridos pelo corpo docente e discente do Colégio Marista Dom Silvério, em decorrência da suspensão das aulas devido aos casos de gripe A H1N1.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 2/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.035/2009, dos Deputados Alencar da Silveira Jr. e Gilberto Abramo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.928/2008, do Deputado Antônio Júlio; e 3.488/2009, do Deputado Tenente Lúcio.

Requerimentos nºs 4.375 e 4.412/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.381/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 4.473/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária da Comissão DE MINAS E ENERGIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 2/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.439/2009, do Deputado Duarte Bechir.

Finalidade: discutir, em audiência pública, a situação dos moradores da Vila Paciência, localizada no Município de Itabira, devido à proximidade desse bairro com a Mina do Chacrinha, explorada pela Empresa Vale.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 2/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.255/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 2/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.997/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.202/2009, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.429/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.433/2009, do Deputado Doutor Viana; 4.450/2009, do Deputado Chico Uejo; 4.458 e 4.459/2009, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 2/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.005/2009, do Deputado Fábio Avelar.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.249/2009, do Deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.810/2008, do Deputado Inácio Franco; 2.869/2008, do Deputado Dimas Fabiano; 3.499/2009, do Deputado Sargento Rodrigues.

Requerimentos nºs 4.373/2009, do Deputado Jayro Lessa; 4.430/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.435 e 4.438/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.444/2009, do Deputado Weliton Prado; 4.475/2009, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 17ª Reunião Ordinária da Comissão DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 2/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 18ª Reunião Ordinária da Comissão DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 2/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.351/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.491/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 3.492/2009, da Deputada Cecília Ferramenta; 3.494/2009, da Deputada Rosângela Reis; 3.496/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.498/2009, do Deputado Zezé Perrella.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 18ª Reunião Ordinária da Comissão DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 2/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.432/2009, do Deputado Doutor Viana; 4.437/2009, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 23ª Reunião Ordinária da Comissão DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 2/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.425, 4.426, 4.427, 4.428 e 4.449/2009, do Deputado Arlen Santiago; e 4.466/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 2/9/2009, destinadas, ambas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.309/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera o art. 4º da Lei 15.757, de 4/10/2005, que autoriza o Poder Executivo a isentar do ICMS a aquisição de automóvel para a utilização por pessoa portadora de deficiência física, visual, mental severa ou profunda ou autista, e dá outras providências; 1.857/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a concessão de incentivo a empresa que contratar empregados egressos do sistema prisional e dá outras providências; 2.123/2008, do Deputado Walter Tosta, que altera o art. 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003; 2.827/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a divulgação, no âmbito dos serviços notariais do Estado, do direito de realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública; 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 15 da Lei nº 12.729, de 30/12/97; 2.962/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com José Barcelos Costa os imóveis que especifica; 3.149/2009, do Deputado Fábio Avelar, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Laranjal o imóvel que especifica; 3.255/2009, do Governador do Estado, que cria a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - HidroEx - e dá outras providências; 3.300/2009, do Deputado Domingos Sávio, que altera a destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Ijaci nos termos da Lei nº 11.620, de 4/10/94; 3.441/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de São João Evangelista o imóvel que especifica; 3.480/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itambacuri o imóvel que especifica; e 3.520/2009, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH -; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 1º de setembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.230

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Zé Maia, Lafayette de Andrada e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2009, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.230, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2009.

Juarez Távora, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.219

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Carlin Moura, Delvito Alves e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2009, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o Turno Único do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.219, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2009.

Ana Maria Resende, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2009, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.619/2009, do Governador do Estado; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 4.431/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 4.452 a 4.457/2009, do Deputado Duarte Bechir; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2009.

Délio Malheiros, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Genaro, Delvito Alves e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/9/2009, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter esclarecimentos, em audiência pública, com a presença de convidados, sobre violação de direitos humanos referente ao abuso de autoridade supostamente praticado pelo Ten. Valter dos Santos contra o Sol. Ailson Ferraz de Brito Júnior do 26º BPM de Itabira, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre o veto PARCIAL à proposição de lei Nº 19.168

Comissão Especial

Relatório

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, VIII, combinado com o art. 70, II, da Constituição Estadual, opôs veto parcial à Proposição de Lei nº 19.168, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 388/2009.

Cumpridas as formalidades regimentais, a proposição foi encaminhada a esta Comissão Especial para receber parecer, nos termos do art. 111, inciso I, alínea "b", combinado com o art. 222, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Proposição de Lei nº 19.168 autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis imóvel com área de 40.000m<sup>2</sup>, situado na Avenida São Sebastião, 835, nesse Município, com a finalidade de abrigar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e a Guarda Mirim de Sabinópolis.

No § 2º do art. 1º, reserva uma área de 10.000m<sup>2</sup> e dois galpões, um de 399m<sup>2</sup> e outro de 324m<sup>2</sup>, integrantes do imóvel, para o desenvolvimento e a manutenção das atividades da Cooperativa dos Produtores de Cachaça e Derivados de Cana-de-Açúcar do Centro-Nordeste de Minas Gerais Ltda. – Coopercacen.

O Chefe do Executivo opôs veto parcial à proposição por inconstitucionalidade, após consultar a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, a quem compete administrar os bens patrimoniais do Estado, por considerar que a reserva de parte do imóvel para cooperativa, entidade privada, sem a correspondente licitação, importa doação indireta para particular, o que afronta a norma contida no art. 18 da Constituição do Estado.

A esse respeito, vale destacar que, durante a tramitação do Projeto de Lei nº 1.297/2007, de que resultou a proposição de lei em questão, a Seplag emitiu a Nota Técnica nº 351/2009, em que já se havia manifestado contrariamente à aprovação da matéria sobre a qual incidiu o veto.

De fato, o mencionado dispositivo constitucional, assim como o art. 17 da Lei nº 8.666, de 1993, exigem para a alienação de imóveis autorização legislativa, avaliação prévia e licitação, na modalidade de concorrência.

Cabe ressaltar que a doação de imóveis é ato composto, que exige autorização do Poder Legislativo, mas que se efetiva somente por meio da vontade do titular do Poder Executivo.

Dispor sobre a organização e a atividade desse Poder é competência privativa do Governador do Estado, conforme determina o art. 90, inciso XIV, da Constituição mineira. Em decorrência disso, a proposição de lei em análise tem caráter meramente autorizativo, e o negócio jurídico somente será concretizado com o assentimento do Poder Executivo.

Diante de sua manifestação contrária à reserva de parte da área a ser doada para a cooperativa, a inclusão desse dispositivo na lei, por meio da rejeição do veto em análise, pode comprometer o cumprimento da medida nela consubstanciada, tornando-a inócua.

Em decorrência disso, devemos acolher a diretriz emanada do Executivo.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela manutenção do veto parcial oposto à Proposição de Lei nº 19.168.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2009.

Ronaldo Magalhães, Presidente - Wander Borges, relator - Lafayette de Andrada.

#### Parecer para Turno Único sobre a indicação Nº 27/2009

##### Comissão Especial

##### Relatório

Por meio da Mensagem nº 395/2009, publicada em 15/8/2009 no "Diário do Legislativo", o Governador do Estado enviou a esta Casa para exame, nos termos do art. 62, XXIII, "e", da Constituição do Estado, a indicação dos Srs. Octávio Elísio Alves de Brito, Antônio Maurício Fortini e Teodoro Alves Lamounier para os cargos de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae/MG.

Esta Comissão Especial foi constituída para emitir parecer sobre a matéria, nos termos da alínea "c" do inciso I do art. 111, combinado com os incisos I e II do § 1º do art. 146, do Regimento Interno.

##### Fundamentação

Pelo "curriculum vitae" apresentado pelo candidato Sr. Octávio Elísio Alves de Brito, constata-se sua ampla experiência profissional no setor público, onde exerceu cargos de direção. Já comprovou, portanto, capacidade para desempenhar com eficiência as elevadas competências atribuídas ao cargo de Diretor da Arsae/MG.

Ouvido em arguição pública por esta Comissão, o indicado demonstrou amplo conhecimento para exercer a função de Diretor, respondendo com clareza e objetividade às questões que lhe foram formuladas, o que nos leva a considerar acertada a indicação de seu nome para integrar a diretoria da Arsae-MG.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos favoravelmente à indicação do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Diretor da Arsae-MG.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2009.

Fahim Sawan, Presidente - Carlos Mosconi, relator - Padre João - Fábio Avelar.

#### Parecer para Turno Único sobre a indicação Nº 28/2009

##### Comissão Especial

##### Relatório

Por meio da Mensagem nº 395/2009, publicada em 15/8/2009 no "Diário do Legislativo", o Governador do Estado enviou a esta Casa para exame, nos termos do art. 62, XXIII, "e", da Constituição do Estado, a indicação dos Srs. Octávio Elísio Alves de Brito, Antônio Maurício Fortini e Teodoro Alves Lamounier para os cargos de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG.

Esta Comissão Especial foi constituída para emitir parecer sobre a matéria, nos termos da alínea "c" do inciso I do art. 111, combinado com os incisos I e II do § 1º do art. 146, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Pelo "curriculum vitae" apresentado pelo candidato Sr. Antônio Maurício Fortini, constata-se sua ampla experiência profissional no setor público, inclusive como membro de conselhos estaduais. Já comprovou, portanto, capacidade para desempenhar com eficiência as elevadas competências atribuídas ao cargo de Diretor da Arsae-MG.

Ouvido em arguição pública por esta Comissão, o indicado demonstrou amplo conhecimento para exercer a função de Diretor, respondendo com clareza e objetividade às questões que lhe foram formuladas, o que nos leva a considerar acertada a indicação de seu nome para integrar a diretoria da Arsae-MG.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos favoravelmente à indicação do Sr. Antônio Maurício Fortini para o cargo de Diretor da Arsae-MG.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2009.

Fahim Sawan, Presidente - Fábio Avelar, relator - Carlos Mosconi - Padre João.

#### Parecer para Turno Único sobre a indicação Nº 29/2009

#### Comissão Especial

#### Relatório

Por meio da Mensagem nº 395/2009, publicada em 15/8/2009 no "Diário do Legislativo", o Governador do Estado enviou a esta Casa para exame, nos termos do art. 62, XXIII, "e", da Constituição do Estado, a indicação dos Srs. Octávio Elísio Alves de Brito, Antônio Maurício Fortini e Teodoro Alves Lamounier para os cargos de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG.

Esta Comissão Especial foi constituída para emitir parecer sobre a matéria, nos termos da alínea "c" do inciso I do art. 111, combinado com os incisos I e II do § 1º do art. 146, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Pelo "curriculum vitae" apresentado pelo candidato Sr. Teodoro Alves Lamounier, constata-se sua ampla experiência profissional no setor público, inclusive como Secretário de Estado. Já comprovou, portanto, capacidade para desempenhar com eficiência as elevadas competências atribuídas ao cargo de Diretor da Arsae-MG.

Ouvido em arguição pública por esta Comissão, o indicado demonstrou amplo conhecimento para exercer a função de Diretor, respondendo com clareza e objetividade às questões que lhe foram formuladas, o que nos leva a considerar acertada a indicação de seu nome para integrar a Diretoria da Arsae-MG.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos favoravelmente à indicação do Sr. Teodoro Alves Lamounier para o cargo de Diretor da Arsae-MG.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2009.

Fahim Sawan, Presidente - Fábio Avelar, relator - Carlos Mosconi - Padre João.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.620/2009

#### Comissão de Constituição e Justiça

#### Relatório

Por intermédio da Mensagem nº 396/2009, o Governador do Estado enviou a esta Casa o projeto de lei em epígrafe, que tem por objetivo dar a denominação de Escola Estadual Pedro Inácio Nogueira, de ensino fundamental e ensino médio, à Escola Estadual de São Gonçalo, no Município de Espera Feliz.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 15/8/2009 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.620/2009 tem por finalidade dar a denominação de Escola Estadual Pedro Inácio Nogueira à escola estadual de ensino fundamental e médio situada no povoado de São Gonçalo, no Município de Espera Feliz.



No que se refere à competência normativa, as matérias que só podem ser reguladas pela União, de interesse nacional, estão relacionadas no art. 22 da Constituição da República. As que cabem ao Município, por sua vez, estão previstas no art. 30, que lhe assegura a prerrogativa de editar normas sobre assuntos de interesse local e de complementar as legislações federal e estadual, para atender às suas peculiaridades. Para o Estado membro, a regra básica está consagrada no § 1º do art. 25, que lhe faculta tratar das matérias que não se enquadram no campo privativo da União ou do Município.

À luz dos dispositivos mencionados, a denominação de próprios públicos não constitui assunto de competência privativa da União ou do Município, podendo ser objeto de disciplina jurídica por parte do Estado membro.

No plano infraconstitucional, a Lei Estadual nº 13.408, de 1999, estabelece as condições para dar denominação aos próprios do Estado. Segundo suas normas, é competência do Legislativo dispor sobre a matéria, e a escolha deve recair em nome de pessoa falecida que se tenha destacado por notórias qualidades e relevantes serviços prestados à coletividade.

Ademais, a Carta mineira, no art. 66, não inseriu o assunto no domínio da iniciativa reservada à Mesa da Assembleia ou aos titulares do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas ou do Ministério Público, sendo adequada a apresentação do projeto pelo Chefe do Poder Executivo, a quem cabe a organização da administração pública.

Embora não haja óbice à tramitação do projeto de lei em análise, apresentamos o Substitutivo nº 1 ao final deste parecer, com a finalidade de adequar o texto da proposição à técnica legislativa.

#### Conclusão

Em vista do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.620/2009, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado a seguir.

#### SUBSTITUTIVO Nº 1

Dá denominação à Escola Estadual de São Gonçalo, de ensino fundamental e médio, situada no Município de Espera Feliz.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Escola Estadual Pedro Inácio Nogueira, de ensino fundamental e médio, a Escola Estadual de São Gonçalo, situada no povoado de São Gonçalo, no Município de Espera Feliz.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Délio Malheiros, relator - Padre João - Chico Uejo.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 3.255/2009

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

#### Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto em epígrafe cria a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas – Hidroex – e dá outras providências.

Publicado no "Diário do Legislativo" no dia 30/4/2009, preliminarmente foi o projeto distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Em seguida, foi a proposição encaminhada à Comissão de Minas e Energia, que perdeu o prazo para emissão de seu parecer.

Vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto aos aspectos financeiro e orçamentário, em conformidade com o art. 188, combinado com o art. 102, inciso VII, "d", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O projeto de lei em análise cria a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas – Hidroex –, dotada de autonomia administrativa e financeira, voltada para a defesa e a preservação do meio ambiente no que se refere à gestão das águas, especialmente na capacitação e no desenvolvimento de recursos humanos, na promoção de ações educativas, na construção de banco de dados e na prestação de serviços de interesse público.

A fundação que se pretende criar já existe na forma do Centro de Pesquisa, Capacitação e Educação em Águas – Hidroex –, criado pelo Decreto nº 44.919, de 2008, como unidade suplementar da Reitoria da Universidade Estadual de Minas Gerais – Uemg. O governo de Minas Gerais vem pleiteando seu reconhecimento como Centro Categoria II, em observância ao Programa Hidrológico Internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco. Entretanto, para atingir essa qualificação, um centro de pesquisa precisa ter autonomia administrativa e financeira, o que se objetiva obter com o projeto em estudo.

A Comissão de Constituição e Justiça, em sua análise jurídico-constitucional, entendeu não haver óbices à tramitação da matéria. Sem embargo, apresentou o Substitutivo nº 1, em que aperfeiçoou a técnica legislativa do projeto, além de adequar questões de jurisdição, competências, recursos mínimos para manutenção, sucessão em direitos e obrigações contraídos pelo centro de pesquisa, entre outras, sem, contudo, descaracterizar suas ideias centrais.

A ampliação da autonomia do Centro de Pesquisa Hidroex aumentará as possibilidades de que suas atividades sejam desenvolvidas em

conjunto com instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, representando a constituição de uma ampla rede de excelência no estudo e na capacitação de profissionais para atuar na gestão das águas, em consonância com o plano aprovado pela Unesco. Tendo em vista a emergência da questão ambiental, em especial no que se refere à escassez e à poluição das águas, a instituição de um centro de referência desse porte mostra-se oportuna, pois demonstra que o poder público compartilha as preocupações da sociedade com a manutenção da disponibilidade de água para a atual e as futuras gerações.

Do ponto de vista financeiro-orçamentário, observamos que, se aprovado, o projeto acarretará aumento de despesa com pessoal no Estado. Nesse aspecto, é importante observar a preservação do equilíbrio fiscal, mantendo-se a estrita obediência aos limites previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. O seu art. 17 determina que os atos que criarem ou aumentarem despesa de caráter continuado, como é o caso das despesas de pessoal, deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, além de demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

O projeto prevê a criação, no Quadro Geral de Cargos de Provimento em Comissão, a que se refere o art. 1º da Lei Delegada nº 175, de 2007, de cinco cargos de Administração Superior, sendo um cargo de presidente, um de vice-presidente e três de diretor, e trinta cargos do Grupo de Direção e Assessoramento. Conforme o disposto no Anexo I do projeto, o impacto financeiro mensal decorrente da criação dos cargos será de R\$106.502,00 (cento e seis mil quinhentos e dois reais), totalizando R\$1.420.032,00 (um milhão quatrocentos e vinte mil e trinta e dois reais) para um exercício.

Finalmente, releva o projeto que as principais fontes de recursos para a Hidroex são: a) as dotações consignadas no Orçamento do Estado, anualmente, de forma a garantir os recursos necessários à manutenção da entidade, b) os resultantes da receita diretamente arrecadada, provenientes de contratos, convênios e acordos de qualquer natureza firmados para a prestação dos serviços, c) os repasses, as subvenções e os auxílios concedidos por meio de convênios, consórcios ou outros ajustes com órgãos governamentais ou entidades nacionais ou internacionais e d) as doações ou os legados dos quais seja beneficiária.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.255/2009, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2009.

Jayro Lessa, Presidente - Zé Maia, relator - Ademir Lucas - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Sebastião Costa.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.943/2008

##### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.943/2008, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que declara de utilidade pública a Associação dos Protetores de Cães de Rua de Pouso Alegre - Abrigão, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.943/2008

Declara de utilidade pública a Associação dos Protetores de Cães de Rua de Pouso Alegre - Abrigão, com sede no Município de Pouso Alegre.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Protetores de Cães de Rua de Pouso Alegre - Abrigão, com sede no Município de Pouso Alegre.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Ronaldo Magalhães.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.373/2009

##### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.373/2009, de autoria do Deputado Padre João, que declara de utilidade pública a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Conselheiro Lafaiete - Asmarcol -, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.373/2009

Declara de utilidade pública a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Conselheiro Lafaiete - Asmarcol -, com sede no Município de

Conselheiro Lafaiete.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Conselheiro Lafaiete - Asmarcol -, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Ronaldo Magalhães.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 25/8/2009

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, demais componentes da Mesa, Deputados e Deputadas presentes neste Plenário, imprensa, pessoas que nos visitam nas galerias, telespectadores da TV Assembleia, TV que criamos há anos, estou preparando um grande pronunciamento para o dia 30 de novembro com a história da TV Assembleia, desde a primeira hora que ocupamos esta tribuna e pedimos a TV. Teremos a oportunidade de rever vários Deputados. Quatorze anos se passaram. Deputados que eram cabeludos hoje estão carecas. Deputados que estavam gordos hoje estão magros, e assim por diante. Acho que é hora de lembrar desta tribuna alguns Deputados que aqui estavam no lançamento da TV Assembleia ou no nosso pronunciamento da TV Assembleia. Estava presente o Deputado Durval Ângelo, que hoje se encontra aqui com alguns quilos a menos. Vamos, então, agora lembrar.

Desde que este Plenário aprovou, em 1º turno, a lei antifumo, de autoria minha e do Deputado Gilberto Abramo, tenho recebido centenas de "e-mails" e cartas elogiando a iniciativa, criticando também, alguns sugerindo emendas que poderíamos fazer agora na Comissão de Saúde. Daqui a pouco passarei a relatar algumas delas ou o teor de cada uma.

Como disse o Deputado Gustavo Valadares, a lei é muito branda. Deveria ser igual à do Governador Serra, de São Paulo, que restringe totalmente o fumo no Estado de São Paulo. Os "e-mails" estão vindo de todo o País, e muitas sugestões estão sendo acatadas. Apresentaremos algumas emendas. Em todos os programas de rádio e TV locais, regionais, estaduais e nacionais, bem como os jornais a que dei entrevistas, deixei claro desde o início que o projeto antifumo do Governador Serra era uma imposição, portanto um projeto inconstitucional.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, sempre acreditei na Comissão de Justiça desta Casa, nos profissionais que aqui estão. Como Vice-Presidente da nossa entidade maior, a Unale, digo que temos a melhor Assembleia do Brasil, a mais competente e a mais preparada de todas as Assembleias deste país. Quero lembrar que teremos um encontro na quinta-feira e na sexta-feira em Corumbá, Mato Grosso, justamente para tentarmos alinhar as distorções que existem dentro das Comissões de Constituição e Justiça.

Sr. Presidente, deixávamos claro a toda a imprensa, a todos os médicos, aos Deputados interessados na nossa proposta que apresentei um projeto severo, como sempre pensei, com alguns detalhes do projeto de São Paulo, mas que recebeu parecer pela inconstitucionalidade. O Deputado Gilberto Abramo apresentou um idêntico ao apresentado em São Paulo. Teve, também, parecer pela inconstitucionalidade. O que fizemos? Retiramos os dois projetos e apresentamos um que poderia tramitar. Com a ajuda da assessoria desta Casa, conseguimos acertar a constitucionalidade desse projeto, que tramitou, recebeu pareceres de várias comissões, como das Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira. Essas comissões apresentaram três substitutivos, que foram aprovados, priorizando o intuito do projeto. Por esse motivo teve a aprovação por unanimidade nesta Casa.

Nos últimos dias, repito, ao participar de vários programas de televisão, também em rede nacional, algumas pessoas perguntaram por que eu não fazia um projeto igual ao do Serra. Repito, mais uma vez, eu entendia que o projeto do Governador José Serra era inconstitucional. O Sr. Serra estava brincando com coisa séria. Restringir totalmente o cigarro, ou até criminalizar, é equipará-lo à maconha. Temos de criminalizar. Várias pessoas e meios também solicitam, dizem que depende do governo federal. E a minha resposta era só uma: o projeto do Serra é inconstitucional.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, na última sexta-feira, em diversos jornais, vinculou-se a comunicação de que a Advocacia-Geral da União questionou a inconstitucionalidade da lei em São Paulo. Agora ela será julgada pelo STF e vai ser definitivamente considerada ilegal porque contraria a legislação federal que proíbe, por exemplo, os fumódromos, e ainda fere o princípio da individualidade, a liberdade individual do paulista.

Quero lembrar que, quando apresentei o fumódromo no meu projeto, não deixamos o fumódromo por ser somente um fumódromo. O fumódromo hoje, no nosso projeto, tem barreira física, tem de ser um fechamento, tem de ter um sistema de exaustão do ar, enfim, toda uma tecnologia. E isso tem um custo. Se isso não acontecer, com certeza não teremos esses fumódromos.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, que o Serra, na minha opinião, está brincando quando manda um texto inconstitucional para uma Assembleia; uma Assembleia que não pode ter o perfil que tem a nossa, porque aqui não aprovamos qualquer coisa que o governo manda, aqui nós questionamos. Em São Paulo, não. O que ele manda, o governo faz.

Com mais de 20 anos de vida pública, todos nesta Casa sabem que brinco muito. Porém, quando o assunto é sobre o meu mandato, que foi dado pelo povo mineiro, faço um trabalho sério, respeitando o cidadão e principalmente a constitucionalidade do País. Não podemos aprovar leis que serão questionadas, julgadas inconstitucionais. Não podemos brincar de legislar porque isso é contra os nossos princípios, contra os princípios desta Casa.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia - se estivermos no ar, nessa altura do campeonato - e imprensa, gostaria de deixar bem claro que estaremos apresentando algumas emendas sugeridas por telespectadores da TV Assembleia e outras pessoas. Por exemplo, a proibição do fumo em carro oficial. Nenhum motorista aguenta mais Secretário fumar cachimbo dentro de automóvel oficial. Então, tenho certeza de que a Comissão de Saúde vai acatar essa emenda e vamos proibir esses fumantes, Secretários que fumam e fazem com que o motorista também fume. Estaremos, por exemplo, penalizando quem acende um cigarro em local fechado e quem deixa acender. Esta Casa, num futuro bem próximo, terá uma fiscalização. A Assembleia será multada por deixar fumar aqui dentro. E quem estiver fumando também

será multado. Quanto a essa multa, estamos acertando um valor de R\$15.000,00 por cigarro - R\$7.500,00 para o fumante, R\$7.500,00 para quem deixa o fumante acender o cigarro ali. Muitos são os que fumam e acabam arrumando briga quando chegam a um bar ou a outro estabelecimento e ouvem que não podem fumar no local. A partir de agora, seremos multados, quem acende e quem deixa acender um cigarro. Assinarei com o Deputado Fahim Sawan a emenda que destina o recurso dessas multas ao Hospital do Câncer.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, mais uma vez repito: o nosso projeto, o projeto de Minas, o projeto que atenderá e restringirá o fumo neste Estado, foi feito com seriedade, por pessoas competentes. Estive na TV Minas com um médico antitabagista que falou que meu projeto não tinha uma assessoria perfeita, que o projeto do Serra era correto, mas o meu não. Estou enviando a cópia de todos os pareceres do Brasil e quero lembrar que projetos da natureza do de São Paulo já foram vetados no Espírito Santo e no Rio Grande do Norte. Estaremos fazendo o bem à saúde do povo mineiro, e tenho certeza absoluta de que estaremos dando um exemplo a todas as Assembleias e Estados deste Brasil.

Mais uma vez repito que estaremos participando amanhã, na quinta-feira e na sexta-feira, em Corumbá, de uma reunião sobre as Comissões de Constituição e Justiça de todas as Assembleias, evento realizado por aquela Assembleia e pela Unale. Levaremos alguns pareceres desta Assembleia que concluíram pela inconstitucionalidade e que em outros Estados viraram lei, como a lei da cobrança de estacionamento em "shoppings", do Estado do Rio de Janeiro. Discutiremos e mostraremos a necessidade de termos uma única linguagem em todas as Assembleias, em todos os Estados.

Quero publicamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, agradecer à assessoria desta Casa, aos funcionários dedicados que aqui estão, pois tenho certeza absoluta de que o exemplo de um bom serviço prestado à Assembleia será reconhecido e levado a todas as demais deste país.

Na oportunidade, gostaria de parabenizar nosso companheiro Deputado Sargento Rodrigues pelo Dia do Soldado. Quem foi Soldado um dia sempre será. Parabéns a ele e a todos os militares desta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo\* - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente nas galerias, telespectadores da TV Assembleia, boa-tarde a todas e a todos. Na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, venho hoje a esta tribuna para fazer um contraponto em relação aos ataques dirigidos ao Juiz de Direito da Comarca de Medina, Neanderson Martins, e à Promotora de Justiça dessa Comarca, Sumara Aparecida Marçal.

Semana passada, o referido Juiz acatou pedido de prisão preventiva, apresentado pela citada representante do Ministério Público, de sete policiais militares que foram acusados por dois menores e um maior de terem sido vítimas da prática do crime de tortura. Excelente oportunidade para discorrer um pouco sobre o crime de tortura, na semana em que a Lei de Anistia completa 30 anos. Momentos como este são essenciais porque nos permitem fazer uma reflexão sobre a situação do Brasil após o golpe militar de 1964, que instituiu o período de regime ditatorial no País por cerca de 20 anos. É possível analisar a consolidação do processo de democratização, bem como a promoção da defesa e a garantia dos direitos fundamentais após o fim dos anos de opressão e restrição às liberdades individuais.

Com a presença do ex-Deputado João Batista de Oliveira, Subsecretário de Direitos Humanos de Minas Gerais, bravo companheiro da luta pela anistia, contra a tortura e pelas liberdades democráticas, este pronunciamento tem um sabor ainda mais especial.

Sabemos que o regime autoritário imposto no Brasil é um dos marcos históricos significativos em relação à institucionalização de uma das práticas mais abomináveis: a tortura, hoje, felizmente, conduta tipificada na legislação penal vigente. O surgimento de vários tratados internacionais, no passado e até mais recentemente, visavam e visam ao enquadramento da tortura como prática delituosa, na busca primordial da tutela da dignidade humana. O interesse público coletivizado incorporou a tortura ao ordenamento jurídico internacional como crime cometido contra a humanidade, uma vez que sua ocorrência é considerada uma afronta à liberdade, à integridade física e moral, à saúde, à vida, à função pública e às garantias constitucionais e processuais.

Após a imposição do regime autoritário pós-golpe de 1964, o desrespeito aos diplomas legais internacionais, principalmente a vários dispositivos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, caracterizou-se como uma medida corriqueira. Houve um verdadeiro retrocesso na luta pela conquista de garantias e direitos fundamentais, com violação constante aos princípios democráticos, inspiradores de tais normas. A declaração é clara: "Art. 5º - Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante".

Com o fim dos anos de chumbo, que acarretaram graves e incalculáveis prejuízos à sociedade brasileira, foi convocada a Assembleia Nacional Constituinte e, no ano de 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil. A Carta Magna prima pela perspectiva consagradora dos princípios atinentes à formação do Estado Democrático de Direito, pela união indissolúvel de Estados, Municípios e do Distrito Federal.

A nova ordem constitucional caracteriza-se pela intolerância em relação à prática da tortura. É o que rezam os incisos III e XLIII do art. 5º da Constituição da República: "Art. 5º - (...) III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; (...) XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;". Insisto: "e os que, podendo evitá-los, se omitirem".

Posteriormente, com o advento da Lei nº 9.455, de 7/4/97, a Lei da Tortura, proporciona-se maior proteção jurídica à coletividade, haja vista que esse diploma legal traz meios efetivos destinados a coibir tal prática e proteger o direito fundamental à dignidade da pessoa humana. A lei em comento veio reforçar o disposto nas regras constitucionais e consagrou a ocorrência da tortura, na legislação brasileira, como crime eminentemente doloso. Recebeu previsão tanto na forma comissiva, por meio dos verbos-núcleos 'constranger' e 'submeter', como na modalidade omissiva, quando explicita a conduta de quem tinha o dever de 'evitá-la', ou própria, se seu dever era 'apurar'. Violência, grave ameaça, prática de ato não previsto em lei e sequestro incluem-se no patamar dos meios de execução do crime de tortura.

Portanto, a Lei nº 9.455, considerada famosa e malfadada pelo ilustre Deputado Sargento Rodrigues, é o diploma legal que tão somente regulamenta um dispositivo constitucional, o retromencionado inciso XLIII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - que é a lei máxima, suprema e hierarquicamente superior a todos os diplomas legais vigentes.

As normas constitucionais são a fonte, a base, o esteio, o edifício do ordenamento jurídico. Não há regime democrático em que se permitam práticas atentatórias aos direitos fundamentais, e o crime de tortura, como dito, configura-se como prática de aviltamento à dignidade da pessoa humana - que é condição intrínseca da natureza humana, merecedora de proteção jurídica, dada sua característica de fonte inspiradora de todos os direitos humanos.

Considerar a Lei de Tortura como malfadada é entender que a dignidade humana não merece proteção e depor contra a própria estrutura principiológica que sustenta um regime democrático. O Estado Democrático de Direito não é possível sem a tipificação de condutas destinadas a coibir os desmandos e arbítrios cometidos à revelia dos ditames constitucionais e legais. O Estado Democrático de Direito não pode sustentar-se com a permissão da prática da tortura.

Sendo assim, ao agir absolutamente em conformidade com suas atribuições funcionais e decretar por provocação do Ministério Público a prisão preventiva de policiais militares denunciadas pelo cometimento de delito de tal monta, o Juiz em destaque, Dr. Neanderson Martins Ramos, atuou como profissional exemplar, e engrandece a magistratura mineira. Destacamos que o juiz decretou a prisão após ser provocado. Mas, da maneira como foi criticado pelo colega Deputado Sargento Rodrigues, parece que agiu à revelia da lei e de ofício, o que não é permitido, obviamente, na atuação judicante em caso concreto de tal natureza. Sendo assim, repita-se, o Juiz foi provocado a adotar a medida judicial e mandar expedir os mandados de prisão.

Na peça de denúncia, a conduta dos policiais militares é descrita com detalhes pela representante do Ministério Público.

Uma das vítimas teria sido levada a um matadouro de Itaobim e agredida brutalmente, com golpes de cassetete, tendo sido efetuado o exame de corpo de delito. Outra vítima teria sido levada a um local isolado de Itaobim, onde batiam na sua cabeça covardemente e passavam o canivete em seu pescoço, tendo sido juntado pelo MP o prontuário médico. Em outra situação, uma das vítimas também foi agredida com cassetete e levou choques na cabeça e, levada a local ermo, teria levado socos e pontapés na boca do estômago, tendo sido realizado atendimento médico e o prontuário médico anexado. Essas pessoas suspeitas deveriam ter sido levadas à autoridade judiciária, ao Delegado de Polícia.

A denúncia do MP descreveu as práticas criminosas dos PMs em oito páginas muito bem fundamentadas com a indicação de rol de testemunhas - nove no total. Ressalte-se que, além da Promotora de Justiça Sumara Aparecida Marçal, os Promotores Luís Augusto de Rezende Pena, Célia Beatriz Gomes dos Santos e Andrea de Figueiredo Soares também subscrevem a peça.

Ao decidir sobre o acatamento do pedido de prisão preventiva dos sete policiais militares, o magistrado fundamentou sua decisão destacando que corroborava com as alegações do MP de que "quando o indivíduo é atacado por bandidos, convoca-se a polícia, mas quando a violência parte dos organismos policiais, o particular fica indefeso, fato esse que não deve ser tolerado em um Estado Democrático de Direito". O Juiz ainda menciona que uma testemunha arrolada pelo Ministério Público, primária e de bons antecedentes, passou a ser coagida, constrangida e ameaçada pelos policiais militares e a ostentar anotações em sua certidão de antecedentes criminais. Isso é a ditadura militar de 1964. Ora, senhores e senhoras, o fato de uma testemunha estar sendo ostensivamente vítima de perseguição por parte dos policiais militares, além das evidências concretas do cometimento de crime hediondo e também a juntada dos autos de corpo de delito e do relato de que uma das vítimas só teve condições de realizar o exame médico mediante a presença da Promotora de Justiça, haja vista as intimidações dos denunciadas, são evidências suficientes para a decretação da prisão preventiva. Havia o Tenente a sua frente, que queria proibir o médico de fazer o exame de corpo de delito. Pasmem os senhores, se isso não é de fazer inveja ao triste período da ditadura militar. São evidências suficientes para a decretação da prisão preventiva.

Dispõe o art. 312 do Código de Processo Penal:

"Art. 312 - A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria". Foi exatamente nisso que o Juiz se baseou.

Na decretação da prisão, o Juiz de Direito ressalta que a ordem judicial tem por escopo assegurar a garantia da ordem pública, além da conveniência da instrução criminal, tal como prevê o indigitado dispositivo do Código de Processo Penal aqui transcrito. Por todos as questões expostas, compreende-se que a decisão judicial foi absolutamente motivada e embasada em obediência estrita ao que determina o inciso IX do art. 93 da Constituição da República.

O Comandante do 134ª Companhia de Itaobim, Cap. Luciano Freire Fonseca, declarou sua opinião de que a decisão do Juiz teria sido "arbitrária, insensata e desnecessária", razão pela qual a Associação dos Magistrados Mineiros - Amagis - encaminhou um ofício ao Comandante-Geral da PMMG, Cel. Renato Vieira de Souza. A referida correspondência, subscrita pelo Presidente da entidade, o Juiz Néelson Missias de Moraes, repudia a atitude do referido Capitão e alerta para o fato de que sua discordância em relação à decisão do Juiz de decretar a prisão não deveria ser demonstrada por meio inadequado, em uma postura descortês, bem como lembra que o desiderato seria o uso de recurso judicial.

Entende ainda a Amagis que a exposição de magistrados de forma imprópria atenta contra a prerrogativa de independência do Juiz. Por fim, a mencionada e respeitada entidade requisita pedido de providências ao Comandante-Geral.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, não poderia deixar, portanto, de expressar minha indignação em relação às considerações agressivas dirigidas ao Juiz Neanderson Martins Ramos pelo fato de ter exercido seu dever funcional, com muita propriedade, diga-se de passagem. Que não venha ninguém dizer que este Deputado, ao assumir a posição favorável ao magistrado e marcar sua repulsa às condutas criminosas - concluindo, Sr. Presidente - de policiais militares, está aqui defendendo bandidos, como sempre é lugar comum dizer em relação a quem vive da luta pela consagração dos direitos humanos. É óbvio que a ocorrência da tentativa de homicídio em Itaobim precisa ser punida nas iras da lei. Reprovo e abomino qualquer prática delituosa e solidarizo-me com a vítima que ficou paraplégica. Contudo, não podemos permitir nenhum Estado de exceção. O policial, ao entrar na corporação, presta esse juramento, que mostra, hoje, a seriedade da Polícia Militar: "Ao ser declarado da Polícia Militar de Minas Gerais, assumo, ou renovo, o compromisso de cumprir com rigor, ética, coragem, respeito, justiça e disciplina a missão de preservar a vida, assegurando a dignidade humana, as liberdades e os direitos fundamentais, servindo e protegendo a sociedade em toda a sua diversidade, mesmo com o sacrifício da própria vida". É esse, Presidente, o juramento que os policiais prestam.

Sendo assim, terminando, expresse aqui meu total apoio ao Juiz e aos representantes do Ministério Público, com a informação de que a Comissão de Direitos Humanos aprovará amanhã um requerimento de visita a ser realizada na Comarca de Medina, com vistas a apresentar considerações respeitadas e elogiosas à atuação destemida.

Finalizo este discurso com a reflexão de Norberto Bobbio, na obra intitulada "A Era dos Direitos": "O problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos humanos, qual é sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas, sim, qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados", ou justificados, como foi feito por um Deputado desta Assembleia. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Mosconi\* - Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, telespectadores da TV Assembleia. É motivo de orgulho para todos os mineiros o trabalho que a Cemig vem realizando nos últimos anos, trabalho esse que já extrapolou as fronteiras de Minas Gerais. A empresa está hoje presente em 11 Estados brasileiros e também no Chile. De toda a energia que ela produz, 90% é limpa, o que é excelente para o meio ambiente. No dia 20 de agosto, a Cemig deu um novo passo para ampliar esse percentual: foi inaugurada no Ceará, pelo Governador Aécio Neves, a usina do Parque Eólico de Praias de Parajuru, um projeto implantado pela Cemig e pela Impsa, empresa argentina que é líder em energias renováveis na América Latina.

Como frisou o Governador, esse é apenas o primeiro dos vários investimentos que a Cemig vai fazer no Ceará. A empresa de energia mineira é a que mais investe hoje em geração no Brasil, incluindo as estatais nacionais. É a demonstração, como disse Aécio Neves, de que estamos superando fronteiras geográficas e até mesmo fronteiras partidárias.

A usina de Parajuru é a primeira de três usinas que serão instaladas pela Cemig e pela empresa argentina no Ceará, com investimentos de R\$550.000.000,00. Juntos, os três parques eólicos cearenses vão gerar, durante sua implantação, cerca de 7.600 postos de trabalho diretos e indiretos. Portanto, é o governo de Minas e a Cemig contribuindo para a geração de emprego e renda também para a população cearense.

O investimento em usinas eólicas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faz parte da estratégia da Cemig de crescer de forma sustentável econômica, social e ambientalmente. A empresa tem posição de destaque no cenário nacional. A estatal mineira foi a primeira companhia do País a operar usinas eólicas, com a construção da Usina Morro do Camelinho, em 1994, que também foi a primeira a fornecer energia para o sistema elétrico nacional.

E os investimentos da Cemig, Sr. Presidente, nessa área vão continuar, mesmo aqui em Minas Gerais, naturalmente. A empresa está finalizando o mapeamento do potencial eólico de todo o Estado para identificar os locais promissores para a implantação de empreendimentos de geração de energia eólica. O trabalho estará concluído até outubro próximo.

O parque eólico no Ceará é resultado de parceria feita entre a Cemig e a Impsa, por meio da qual a estatal mineira adquiriu 49% da participação societária nos três parques eólicos, pagando R\$213.000.000,00 pelas ações. A empresa argentina é a maior empreendedora de parques eólicos no Brasil e está trabalhando também na implantação de outros dez parques no Estado de Santa Catarina, com investimento de R\$1.300.000.000,00 em 2009.

Os programas da Cemig para contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa incluem investimentos em energia renovável, em programas de eficiência energética, na produção e plantio de mudas e na manutenção de reservas ambientais. Incluem ainda programas voltados à sustentabilidade, à preservação dos peixes nativos de Minas Gerais e à promoção de arborização adequada nos centros urbanos.

A energia gerada pelas usinas das Praias do Parajuru, Volta do Rio e Praia de Morgado evita o lançamento anual de cerca de 146.000t de gás carbônico e de 920t de dióxido de enxofre na atmosfera, o que aconteceria caso essa energia fosse gerada por termelétricas convencionais.

A energia eólica, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos últimos dez anos vem crescendo a uma taxa anual próxima de 30% e já é a fonte energética que mais cresce no mundo. Representa uma das maiores fontes geradoras de emprego industrial nessa nova era. A Alemanha responde pela maior parte desse "boom", seguida pelos Estados Unidos, Espanha e Dinamarca. E o Brasil, por meio da Cemig, será também um grande produtor dessa energia limpa.

A empresa mineira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está em pleno processo de expansão no Brasil e no exterior, com mais de 10 milhões de consumidores. Desde o início de 2006, a Cemig inaugurou quatro usinas em Minas: Irapé, Aimorés, Capim Branco I e Capim Branco II, com investimentos de R\$2.800.000.000,00. Desse total, R\$1.700.000.000,00 foram aplicados pela Cemig e pelo governo de Minas Gerais.

O seu desenvolvimento recente fez com que o valor de mercado da Cemig saltasse de R\$4.000.000.000,00 para R\$20.000.000.000,00 desde 2003. Em 2008, foi a única empresa do setor na América Latina escolhida pelo Dow Jones Sustainability Index para integrar a relação das melhores empresas de energia do mundo. Em 2006, o consórcio Cemig, Andrade Gutierrez, Luce Brasil e Pactual Energia comprou a Light, consolidando sua presença fora das fronteiras de Minas. Com a compra da Light, a Cemig tornou-se a líder do mercado brasileiro de venda a consumidores finais e a 5ª maior geradora. Em abril do ano passado, a empresa mineira adquiriu a "holding" de transmissão de eletricidade Terna por R\$2.200.000.000,00. A empresa era controlada pela italiana Terna S.P.A e atua em 11 Estados do País. A Cemig passou a ter 85,27% do capital votante e cerca de 65,8% do capital total da Terna Participações. Com a operação, a empresa mineira ampliou sua rede de transmissão de energia para 9.508km, um crescimento de 65%; além disso, a companhia aumentou a participação no setor de transmissão brasileiro de 5,4% para 12,6%.

Em maio passado, o Governador Aécio Neves oficializou, durante encontro com o Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, o interesse da Cemig em fazer parceria com a Companhia Energética de Brasília - CEB -, por meio de aquisição de ações da empresa. A Cemig obteve lucro líquido de R\$1.900.000.000,00 em 2008, representando um crescimento de 8,26% sobre o ano anterior. Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Cemig é uma das maiores empresas do País, modelo na produção de energia limpa, e tem contribuído muito para o desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais e certamente fará o mesmo nas outras partes do País onde começa a atuar. Parabéns a esta grande empresa mineira, Cemig, e o governo de Minas, o maior acionista da empresa. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Juarez Távora - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Minas Gerais vem se especializando, nos últimos anos, em ações pioneiras e inovadoras nas mais diversas áreas e, não raro, tornando-se exemplo e modelo para o País. Um projeto inédito que o governo de Minas acaba de lançar, em parceria com o Serviço Voluntário de Assistência Social - Servas -, é a Brinquedoteca Móvel. A Brinquedoteca foi desenvolvida para beneficiar crianças e adolescentes internados em hospitais públicos e filantrópicos que participam do Pro-Hosp, programa criado pelo governo de Minas para levar a saúde para mais perto do cidadão, e em hospitais que integram a rede da Fundação Hospitalar de Minas Gerais - Fhemig. O que são essas Brinquedotecas Móveis?

A Brinquedoteca é formada por dois grandes cubos sobrepostos e articulados, equipados com 96 itens, entre bonecas, carrinhos e brinquedos diversos, além de livros, lápis, jogos, TVs, DVDs, aparelhos de MP4 e fones de ouvidos. Com 1,40m de altura e 60cm de profundidade, a Brinquedoteca dispõe de rodas, para ser usada em diversos ambientes. Bandejas móveis servem de suporte para as crianças brincarem no leito do hospital. Os brinquedos que fazem parte do "kit" foram escolhidos cuidadosamente para atender crianças e adolescentes até 14 anos, seguindo a orientação de pedagogos e terapeutas. As Brinquedotecas foram desenvolvidas em quatro modelos coloridos e ilustrados com animais da fauna brasileira, como onça, tartaruga, lobo-guará e mico-leão.

Como explicou o Governador Aécio Neves, a Brinquedoteca foi criada dentro de um amplo projeto do governo de Minas, que tem como objetivo melhorar o atendimento nos hospitais públicos do Estado. Dito de outra forma, sua principal missão é humanizar e tornar o ambiente nos hospitais mais acolhedor. Está provado que a humanização do ambiente tem efeito terapêutico muito positivo, fundamental para que o quadro clínico das crianças internadas evolua de forma satisfatória. Num primeiro momento, como explicou a Presidente do Servas, Andrea Neves, serão beneficiados com as Brinquedotecas 120 hospitais públicos e filantrópicos. Segundo ela, essa deverá ser apenas a primeira remessa, uma vez que a meta é que todos os hospitais de Minas possam contar com pelo menos um desses equipamentos.

É fundamental que se diga, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o projeto tem o apoio vigoroso de parceiros da iniciativa privada. Esses parceiros, como bem lembrou o Governador Aécio Neves, entenderam que não cabe apenas ao governo enfrentar todos os desafios e os problemas de um Estado com as características de Minas Gerais. É um projeto que tem, portanto, nobres colegas, a marca da generosidade. Generosidade que certamente será ampliada, pois pessoas físicas, empresas ou instituições podem doar uma Brinquedoteca a um hospital, uma

creche ou outra instituição que realiza trabalhos com crianças. Cada Brinquedoteca tem um custo de R\$8.000,00, a doação pode ser feita por meio de repasse de recursos ao Servas ou do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA -, e o doador pode indicar a instituição que ele deseja beneficiar.

Encerro aqui o meu pronunciamento, pedindo emprestadas as palavras da Presidente do Servas, Andrea Neves, quando do lançamento do projeto, no último dia 17 de agosto, no Palácio da Liberdade: "A Brinquedoteca é o nosso gesto, a forma de dizer a essas crianças, que não conhecemos, e às mães dessas crianças, que não vamos encontrar, que nos importamos com elas". Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado\* - Gostaria de saudar a todos e a todas e dizer que, mais uma vez, venho à tribuna para denunciar as multas abusivas, a verdadeira indústria da multa que se instala em Belo Horizonte. Realmente a população está revoltada, os motoristas, os taxistas, os cidadãos de bem. Estou recebendo diversos "e-mails" sobre o assunto. Muitas multas são injustas, e, quando o cidadão vai recorrer, só a BHTRANS tem razão. O cidadão proprietário de veículos sempre está errado. Há várias denúncias que comprovam que muitos motoristas, mesmo cumprindo todas as suas obrigações e estando totalmente corretos, são multados com multas pesadíssimas. Quando o cidadão vai recorrer, infelizmente os recursos são julgados procedentes apenas para o lado da BHTRANS. Aliás, em outras cidades vimos autoridades, parlamentares e até Juízes sendo beneficiados e tendo as multas canceladas. Todavia, o pobre coitado que cumpre as suas obrigações e sua no trabalho a fim de pagar o IPVA em Minas Gerais, um dos mais caros do Brasil, o seguro obrigatório e a taxa de licenciamento, que praticamente só existe no nosso Estado, recebe, às vezes, a multa em casa e tem a surpresa no para-brisa do seu veículo, mesmo estando totalmente correto. Há um grande número de casos nesse sentido. Então, é realmente uma indústria da multa. Para V. Exas. terem uma ideia, em Belo Horizonte a cada minuto um veículo é multado, ou seja, a cada minuto um motorista é multado. Só de arrecadação nos últimos seis meses foram aproximadamente R\$23.000.000,00, mais de 1.700 multas por dia. Se houvesse interesse em educar, fariam permanentemente campanhas educativas para diminuir o número de multas. Agora, não é isso que agrada o poder público. Por quê? Porque, se fizerem campanhas educativas e diminuirmos o número de multas, certamente o poder público receberá menos recursos e arrecadará menos. Em Belo Horizonte, o Prefeito está interessado em aumentar ainda mais a arrecadação. Aliás, além de aumentá-la, haverá mais 165 policiais no Batalhão de Trânsito. O próprio Prefeito já admitiu que, nas próximas semanas, deverá definir o poder de polícia para a Guarda Municipal. Aí há uma outra grande injustiça, porque levará para as ruas os guardas municipais, que têm a responsabilidade de cuidar do patrimônio público e da segurança na porta das escolas e das praças, a fim de multarem mais - aliás, eles realizam um trabalho belíssimo, mereceriam ser mais valorizados e receber um salário melhor.

Essa é a nossa indignação. O poder público, ou seja, a Prefeitura de Belo Horizonte, deveria estar preocupada em promover campanhas educativas permanentes com os motoristas e nas escolas e não só em instalar e implementar, de fato, uma indústria de multas. Foi publicada uma matéria hoje no jornal "O Tempo": "Guarda Municipal. Enquete revela que projeto contra a emissão de autuações não deverá ser aprovado". Então, há um projeto tramitando na Câmara Municipal que prevê a proibição da Guarda Municipal de multar. Só que, infelizmente, a maioria dos Vereadores de Belo Horizonte é a favor de que a Guarda Municipal multe. Isso fere o Código Nacional de Trânsito, o Denatran - aliás, há parecer contrário do Conselho Nacional de Trânsito - e pareceres do Ministério das Cidades, que não concorda, pois acredita que a Guarda Municipal é para cuidar do patrimônio público, e não para multar o cidadão. Há uma enquete mostrando que 14 Vereadores de Belo Horizonte apoiam a atuação da corporação como polícia de trânsito: "Vereadores a favor da multa". Portanto, grande parte deles é a favor da multa. Isso é lamentável. Não concordamos com isso e já ingressaremos com uma ação no Ministério Público. Aliás, o próprio Ministério Público já tem um posicionamento contra o poder de polícia não só da BHTRANS, mas também da Guarda Municipal. A OAB já se posicionou. Há pareceres jurídicos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que já determinou a proibição de órgãos semelhantes naquele Estado, onde a Guarda Municipal também está multando. Tomaremos todas as medidas necessárias para garantir o direito do cidadão. Fizemos um histórico. Saiu publicado agora no jornal "O Tempo", no dia 23 de agosto: "O Prefeito Márcio Lacerda deve anunciar nesta semana que a corporação vai começar a aplicar multas". Isso é lamentável. O Sr. Márcio Lacerda deveria estar preocupado em promover campanhas educativas. Jornal "Super Notícia", quinta-feira, 20 de agosto: "O Prefeito Márcio Lacerda confirmou ontem que a Guarda Municipal poderá multar na cidade, mas não revelou quando isso ocorrerá. Segundo ele, não há impedimento legal sobre essa função". Esse não é o nosso entendimento. Também no jornal "Hoje em Dia", de 20 de agosto: "Segundo o Prefeito Márcio Lacerda, a atuação da Guarda Municipal na fiscalização e na aplicação de multas depende de estudos mais aprofundados. Isso pode acontecer a qualquer momento, não havendo obstáculo legal algum". Entramos em contato com o Denatran, e o seu Departamento Jurídico tem o mesmo posicionamento do Ministério das Cidades, que é contra a atuação da Guarda Municipal como agente de trânsito. Em 2007, foi divulgado, em ofício para todos os órgãos e as entidades de trânsito dos Estados e do Município, parecer da Consultoria Jurídica do Ministério das Cidades que trata da atuação da Guarda Municipal como agente de trânsito. É totalmente contrário. De acordo com o entendimento, a Guarda Municipal não tem competência para atuar na fiscalização de trânsito, incluindo o procedimento relativo à aplicabilidade de multas, como também não tem legitimidade para firmar convênio com os órgãos de trânsito para aplicação de sanções aos infratores. O art. 144, § 8º, da Constituição Federal, diz: "As Guardas Municipais são desprovidas de competência para atuar no campo da segurança pública, não podendo, pois, ser investidas de atribuições de natureza policial e de fiscalização de trânsito. Sua atuação se restringe à proteção de bens, serviços e instalações do ente municipal". Então é totalmente ilegal a aplicação de multas e sanções por parte da Guarda Municipal. Estamos entrando com representação no Ministério Público. A Constituição estabelece que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida por meio dos seguintes órgãos: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. O § 8º do art. 144 estabelece que os Municípios poderão constituir Guardas Municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. Portanto, segundo parecer do Ministério das Cidades e entendimento do Denatran, o Município, no contexto da segurança pública, tem apenas o poder de constituir Guardas Municipais com atribuições limitadas, no campo material, à proteção de bens, serviços e instalações da municipalidade. Dessa forma o Município não pode ampliar o campo de atuação da Guarda Municipal acrescentando competência que a Constituição não estabeleceu. Segundo o Ministério das Cidades, o Código de Trânsito Brasileiro também autoriza o Município a atuar apenas na condição de coadjuvante junto aos verdadeiros detentores da competência no cenário da segurança pública, nas atividades relacionadas ao trânsito. Aliás, esse é o posicionamento de órgãos do Poder Judiciário. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo considerou que as Guardas Municipais só podem existir se destinadas à proteção de bens, serviços e instalações do Município. Não lhes cabem, portanto, os serviços de polícia ostensiva, de preservação da ordem pública, de polícia judiciária e de apuração das infrações penais. Questionamos o poder de multar da BHTRANS. Apresentamos requerimentos e ofícios ao Prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, em que solicitamos que suspenda imediatamente a competência da BHTRANS para fiscalizar e aplicar multas aos motoristas diante das infrações de trânsito na Capital mineira, bem como a decisão de autorizar o poder de polícia e de multa para a Guarda Municipal em Belo Horizonte. Somos contra a maneira como são aplicadas as multas em Belo Horizonte, que têm caráter arrecadatório, para aumentar a arrecadação. A prova disso é que é aplicada uma multa por minuto, mais de 1.700 motoristas são multados por dia; foram arrecadados mais de R\$23.000.000,00 em apenas seis meses.

Agora querem arrecadar ainda mais, passando a aplicar uma multa a cada 30 segundos, colocando mais agentes, retirando a Guarda Municipal da porta das escolas, apesar de ela cuidar da segurança das crianças e de prevenir até o tráfico de drogas. A Guarda tem um caráter preventivo e educativo, pois está preparada para cuidar do patrimônio público. Os Guardas, que fazem um trabalho belíssimo à porta das escolas e nas praças, serão colocados nas ruas, para multar ainda mais. Realmente fica aqui a nossa indignação, que também é a do povo de Minas Gerais.

Foi iniciado um processo em 2004, que poderá ser decidido agora, em benefício da população. O Superior Tribunal de Justiça pode julgar procedente o recurso especial interposto pelo Ministério Público, que vê como inconstitucional o poder de polícia exercido pela BHTRANS ao aplicar multas de trânsito na Capital mineira. Estamos torcendo e fazendo apelo, acompanharemos o processo até o fim. O julgamento foi interrompido no último dia 7, no STJ, após o relator Ministro Mauro Marques ter decidido pela incompetência da empresa em aplicar multas de trânsito. Quando o processo foi julgado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o poder de multar da BHTRANS foi mantido, mas o Ministério Público recorreu, e o processo foi para o STJ. Já apresentamos requerimento para que o Prefeito Márcio Lacerda suspenda as multas até que o STJ decida se a BHTRANS tem ou não poder de polícia para multar. Caso contrário, se a decisão for favorável, milhares de motoristas irão requerer os valores pagos. O Ministério Público e a própria Ordem dos Advogados do Brasil têm entendimento contrário ao poder de polícia dado hoje à BHTRANS. Do ponto de vista legal e jurídico, são também totalmente contrários ao poder de polícia que o Prefeito quer dar para a Guarda Municipal. Temos recebido vários "e-mails" em nosso gabinete. As pessoas se colocam à disposição para ajudar nessa mobilização contra as multas abusivas em Belo Horizonte. O Sr. João Bosco disse o seguinte: "Pela primeira vez, acho que posso votar em alguém. Até

hoje, sempre justifiquei o meu voto, por motivos óbvios. Não dei o meu voto nem para o meu irmão, porque ele estava arrastado por um grupo de pessoas". Ele fala ainda da coragem para mobilizar. Essa é a nossa responsabilidade, Sr. João. Continuaremos na luta. O Sr. Flaviano, que está revoltado porque teve de pagar mais de R\$2.500,00 de multas à BHTRANS somente neste ano, diz o seguinte: "Não estou aqui para pedir o meu dinheiro de volta, e sim para agradecer e dar todo o nosso apoio. A nossa família é grande, o meu pai está guardando todos os jornais e torce para que o senhor acabe com esta máfia. Desde já, agradeço, mais uma vez, o seu empenho. Um especial obrigado da minha parte e de toda a minha família". O Sr. José Dias Quaresma também enviou "e-mail" dizendo: "Assisti, no dia 20 de outubro, ao seu pronunciamento, pela TV Assembleia, sobre a Guarda Municipal de BH quanto ao uso indiscriminado de multas. Gostaria de parabenizá-lo pela atitude e pelo trabalho no Ipsemg". Gostaria de agradecer e dizer que essa campanha continuará com muita força. Contamos com o apoio de todos os que possam contribuir. Faremos apelos, vamos ao STJ, em Brasília, para acompanhar de perto o desenrolar do processo. Também pressionaremos o Prefeito Márcio Lacerda a não conceder o poder de polícia para a Guarda Municipal aplicar multas.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, retorno a esta tribuna para dar sequência à minha indignação, ao meu repúdio às decisões da Promotora de Justiça Sumara Aparecida Marçal e do Juiz Neanderson Martins Ramos, que, no último dia 17 de agosto, decidiram pela prisão preventiva de sete policiais militares de Itaobim, sob a alegação de prática de tortura - prisões de pessoas sérias, honradas, que todos os dias saem de casa e não sabem se retornarão ao seio de suas famílias. O que mais nos entristece neste momento é a total inversão de valores que foi estabelecida na decisão judicial requerida pela Promotora de Justiça e acatada pelo Juiz da Comarca de Medina, Sr. Neanderson.

Hoje, senhoras e senhores, estamos convivendo com uma situação que tem incomodado a todos os brasileiros ou, pelo menos, sua maioria: a forma como o menor infrator é tratado pela legislação brasileira.

O Estatuto da Criança e do Adolescente criou uma blindagem que eles já sabem como funciona, têm a exata noção de que não serão presos em face de uma lei muito branda, quando se trata principalmente dos crimes contra a vida. Mas a vida de quem? Quem está sendo vítima desses menores criminosos? São pessoas iguais a você que está nos vendo, você que é dona de casa, mãe, pessoa que trabalha todos os dias, que paga seus impostos, que procura ter um comportamento social adequado, que se submete às regras sociais que não precisam estar previstas em leis.

Você que é trabalhador, que é um profissional liberal, médico, advogado, engenheiro, dentista, empresário, garçom, motorista de táxi, de ônibus, que é cozinheiro, gari, ou seja, um cidadão brasileiro, pobre ou rico, de cor escura ou clara, enfim, são pessoas que todos os dias levantam cedo, trabalham ou passam a noite inteira trabalhando, com o sonho de buscar algo melhor para si e para sua família, pessoas que tentam todos os dias fazer sua vida um pouco melhor, que acreditam no poder público e que, muitas vezes, se perguntam: por que tanta impunidade?

No dia 13 de janeiro deste ano a Polícia Militar de Itaobim foi acionada para atender um clamor da população. Tratava-se de um cidadão que estava sendo vítima de assalto. Quando a Polícia Militar chegou à cena do crime, encontrou uma pessoa baleada, vítima de uma violência sem dó, que imediatamente foi levada para o hospital mais próximo, onde foi atendida. Mais tarde se descobriu que aquela vítima teria ficado paraplégica em razão dos disparos sofridos, ou seja, sua vida nunca mais será a mesma. O Sr. Paulo José Francisco, vítima dos disparos, casado, pai de dois filhos, trabalhador, estava aguardando sua vez para ser atendido numa barbearia. Mal sabia que aquele infeliz dia nunca mais seria esquecido, pois figurou como vítima da crueldade de três marginais, dois dos quais menores e um outro maior de idade, que mudariam sua vida para sempre.

A polícia, mais uma vez atenta, após ser acionada, foi ao socorro, como sempre faz todos os dias, 24 horas por dia. Vai ao calçadão, percorre ruas, corre atrás dos marginais, passa por cercas de arame farpado, desce e sobe barrancos, ou seja, supera vários obstáculos até alcançar êxito na prisão dos autores do trágico crime.

O resultado daquela violência é muito preocupante. Ou será apenas mais um pai de família vitimado, para quem nós não ligaremos mais, com quem não nos preocuparemos, e com cuja infelicidade não mais nos indignaremos.

Há poucos dias, na cidade de Contagem, três menores balearam um cidadão que passava próximo a uma favela conhecida como Frigidiniz; mas, como disse, era somente mais um pai de família vítima da ação de menores criminosos, nesse caso o Sr. Warley da Rocha Anunciato, de 30 anos, que estava indo para uma igreja e foi alvejado no pulmão, sendo encaminhado em estado grave para o Hospital de Pronto Socorro Júlia Kubitschek. Mais uma vítima dos "menores infratores", já que, de forma eufêmica, é como a lei tecnicamente os denomina. A letra fria da lei não os trata como criminosos perigosos, com que o cidadão comum se depara pelas ruas.

Ontem, dia 24 de agosto, em Pedro Leopoldo, que fica a 30km de Belo Horizonte, um menor de 16 anos matou um rival, da mesma idade, por vingança. A Polícia Militar foi ao seu calçadão e o prendeu, mas logo saberemos que ele estará livre nas ruas, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente permite apenas uma medida de internação de, no máximo, três anos, conforme previsto no art. 121 da Lei nº 8.069, de 1990, em seu § 3º: "Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos".

Ou seja, o menor infrator poderá cometer quantos homicídios quiser que sua punição máxima será de três anos. Esse fato está, aliás, registrado numa entrevista do jornalista Carlos Viana, da Rádio Itatiaia, em que um menor cometeu oito homicídios. Vou repetir: oito homicídios. Estava em liberdade e tentou matar sua nona vítima. Há fatos similares a esse, a exemplo da recente notícia do assassinato do garoto João Hélio, no Rio de Janeiro, em que quatro marginais, numa tentativa frustrada de roubo de carro, arrastaram o garoto João Hélio, preso ao cinto de segurança, por sete quarteirões. Os menores criminosos que participaram dessa crueldade já estão soltos e talvez praticando outros crimes tão hediondos e bárbaros quanto o que foi praticado em Itaobim, em que o Sr. Paulo José Francisco ficou paraplégico.

Neste momento, alerta toda a população de Minas: o fato ocorrido em Itaobim não é um fato isolado; menores estão matando todos os dias, e a vítima é sempre uma pessoa séria, trabalhadora, que luta todos os dias, no intuito de ter uma vida melhor. Neste momento, dirijo-me aos cidadãos de Itaobim, Medina, Pedra Azul, Jequitinhonha, Almenara e região. Pergunto aos que residem nessas cidades próximas da Comarca de Medina, onde o Juiz Neanderson Martins Ramos determinou a prisão dos sete policiais: vocês acreditam que os policiais militares terão ânimo para prender alguém? Se, durante a prisão do indivíduo, ele resistir, debater-se ou rolar no chão e ficar cheio de hematomas ou com escoriações, será que esse marginal não vai dizer para a Promotora Sumara que foi torturado? Será que isso não vai se repetir?

Há um fato para o qual devemos chamar a atenção da população de Itaobim e das demais cidades de seu entorno. O ilustre colega Deputado Durval Ângelo, que tanto falou, no seu discurso, em Estado Democrático de Direito, em dignidade da pessoa humana. Qual pessoa humana? A dignidade é só do bandido? É só do criminoso? E a dignidade da vítima? Por que a Promotora agilizou tão rápido um procedimento administrativo, solicitando a prisão dos sete policiais por prática de crime de tortura, sendo ela não competente para fazê-lo, pois devia ter determinado a instalação de inquérito, e não de procedimento administrativo? Cadê o Estado Democrático de Direito? Presume-se que, no Estado Democrático de Direito, impera a lei. Onde estava a competência da Promotora, se não foi embasada na lei? Será que os inquéritos que tratam das vítimas desses menores estão recebendo a mesma agilidade? Será que os processos em andamento na Comarca de Itaobim contra os demais marginais estão sendo agilizados como foi o procedimento contra os policiais? Quantos processos criminais estão parados na



Comarca em que a Promotora Sumara e o Juiz Neanderson oficiam? Quantas vítimas continuam aguardando os julgamentos desses criminosos?

Muito se fala em direitos humanos neste país, mas qual foi a providência da Promotora e do Juiz para manter os menores internados em tempo necessário, como forma de punir pelo crime de tentativa de homicídio em que a vítima ficou paraplégica? Qual foi a providência tomada pela Promotora de Justiça e pelo Juiz Neanderson para promover a proteção da vítima dos menores criminosos? Qual foi a medida processual tomada em favor da vítima pela Promotora e pelo Juiz em defesa dos direitos da vida? Qual foi, Sr. Deputado, a providência tomada? Qual foi a medida processual em favor dessa vítima, volto a repetir, pela Promotora e pelo Juiz, em defesa de seus direitos? Tendo em vista que segurança pública é dever do Estado, por que esse Estado não conseguiu prevenir o crime contra mais um trabalhador?

A Constituição da República de 1988 ensina-nos em seu primeiro artigo: "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana". Onde está a dignidade da pessoa humana no caso do Sr. Paulo José Francisco, vítima desse crime bárbaro? Onde estavam a Promotora e o Juiz, que não se agigantaram em defesa da vítima?

A Constituição, em seu art. 5º, diz assim: "Todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:". Se um dos mais importantes bens jurídicos tutelados pela Constituição é a vida, por que a Promotora de Justiça e o Sr. Juiz não se lembraram da vítima? Ou será que a tutela desse bem jurídico não vale para aquela vítima? Apenas a vida e a integridade física daqueles menores criminosos têm importância?

O art. 144 da Constituição da República diz que: "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos órgãos seguintes e seus incisos". Nesse caso, o Ministério Público e o Judiciário de Medina não são partes do Estado? Onde se encontravam a Promotora Sumara e o Juiz Neanderson quando o Estado falhou e não criou medidas preventivas para que o Sr. Paulo José Francisco não fosse baleado e não ficasse paraplégico, em uma cadeira de rodas?

O art. 245 da Constituição da República de 1988 é taxativo ao dispor que: "A lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o poder público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito".

Pergunto à população de Medina, Itaobim e região, diante de todos esses fatos aqui narrados, a prisão dos sete policiais militares, a pedido da Promotora Sumara e determinada pelo Juiz Neanderson, foi algo razoável? Essa prisão não foi algo precipitado? Por qual motivo a Promotora e o Juiz não seguiram o devido processo legal, Deputado Durval Ângelo? O devido processo legal é direito e garantia fundamental, assim como a dignidade da pessoa humana. São cláusulas pétreas das quais a Promotora e o Juiz se esqueceram e que violaram no afã de prender policiais. Não obedeceram ao devido processo legal. Será que, ao prender os policiais, o Juiz e a Promotora colaboraram positivamente para a segurança pública na região?

E ficam aqui perguntas que cada cidadão das cidades de Medina, Itaobim, Jequitinhonha, Pedra Azul e Almenara deveria fazer a si mesmo. Se você fosse um policial militar ou policial civil nessa região, teria ânimo para prender alguém? Você correria o risco de ser preso após prender alguém, e esse, na presença do Juiz e da Promotora, dissesse que foi torturado? Será que você, policial, não seria imediatamente preso? Está na hora de a população acordar.

O Juiz e a Promotora são também servidores públicos, pagos com o dinheiro suado dos impostos com o quais cada cidadão contribui. Não são semideuses, muito menos deuses, portanto cometem falhas.

O fato de o Juiz e a Promotora serem novos em suas funções, ou seja, são substitutos com menos de três anos no exercício das funções, foi determinante ou influenciou nas decisões erradas, atabalhoadas, ou melhor, precipitadas?

Espero que o Brasil acorde enquanto é tempo, ou será que teremos de enterrar muitos pais de família, pessoas honradas, trabalhadoras, vítimas de menores criminosos sem piedade e da falta de equilíbrio, de sensatez, de discernimento daqueles que fazem a denúncia e daqueles que sentenciam?

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos vê pela TV Assembleia, minha indignação se dá em razão de a vítima ter sido baleada numa tentativa de assalto, vindo a ficar paraplégica, e a Promotora não ter sequer ido ao hospital perguntar como ela estava, o Juiz ter sequer perguntado como a vítima estava. Estamos vivendo uma inversão de valores profunda em nossa sociedade. A Promotora preocupou-se em colocar os anjinhos criminosos dentro de seu veículo particular, a fim de levá-los para a Comarca de Medina, onde realizou um procedimento administrativo.

O ilustre colega Deputado Durval Ângelo disse que estamos num Estado Democrático de Direito, que deve ser respeitado, com o que concordo, Deputado. Enfim, um ponto no qual convergimos plenamente, seguramente. No Estado Democrático de Direito, a Promotora e o Juiz obedecem à lei, não estão acima desta. A Promotora deveria ter requisitado ao Delegado de Polícia o inquérito policial, o IPM, ao Comando da Polícia Militar, o que não fez. A Promotora realizou um procedimento investigatório chamado procedimento administrativo, que não é o expediente legal conforme determina a Constituição da República num Estado Democrático de Direito. Além disso, ela pediu a prisão preventiva dos sete policiais.

É muito bonito invocar direitos e garantias fundamentais para buscar a condenação daqueles que estão dando a vida em defesa da sociedade. A Promotora e o Juiz esqueceram-se de seguir o devido processo legal. E pior - pasmem, senhoras e senhores, especialmente os operadores do direito -, a Promotora fundamentou seu procedimento administrativo, que já estava errado, com o prontuário médico. Não existe laudo de corpo de delito. Não existe uma prova técnica, robusta, que deveria ter sido anexada aos autos.

O ilustre Deputado Durval Ângelo, no final de sua fala, no finalzinho, na última linha, solidariza-se com a vítima, que ficou paraplégica em razão de um assalto cometido por dois menores criminosos. Eles colocaram a vítima numa cadeira de rodas. Sr. Presidente, Deputado Weliton Prado, que preside esta reunião, nesta data, nesta tarde, o saldo foi trágico. Os dois menores, de 14 e de 16 anos, que assaltaram a vítima - que ficou paraplégica -, com os quais foram apreendidas duas armas de fogo, estão livres, não sofreram medida de internação. A vítima, um pai de família, com dois filhos, trabalhador, está numa cadeira de rodas. Ele estava aguardando para ser atendido em uma barbearia na cidade de Itaobim. Além disso, os sete policiais dessa cidade foram presos sob alegação de tortura.

Quero deixar claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que nos visita e nos vê pela TV Assembleia, que não compactuamos com a violência policial, mas pedimos ao ilustre Promotor de Justiça da Comarca que peça ao Presidente do Tribunal para sair da Comarca. A Promotora deve pedir o mesmo ao Procurador-Geral de Justiça, porque na cidade comerciantes, empresários, políticos, toda a população está revoltada.

O Deputado Durval Ângelo fez crítica à minha fala quando me referi à malfadada Lei de Tortura. É pior: essa Lei de Tortura é um lixo. Da mesma forma que ele, que fala que a tortura foi aplicada nos termos da ditadura, eu também a combato. Serei combativo na tribuna, junto com ele, ou em qualquer outro lugar a que ele for neste país.

Mas o ranço no pós-ditadura, no final da ditadura, em 1985, certamente a esquerda, a mumunha da esquerda que aprovou essa lei de quatro artigos talvez o Deputado desconheça, quando se fala em Estado Democrático de Direito impera a lei. É assim que é reconhecido nos países democráticos.

Só que a Lei de Tortura tem o tipo aberto. Isso no Direito Penal não combina, ou seja, o tipo aberto pega quem quiser, menos o bandido. A Lei de Tortura, que é usada pelo Ministério Público para punir policiais, não serve para punir bandidos, apesar de ela não ter nenhuma restrição. A Lei nº 9.455 só tem quatro artigos. O ilustre colega desconhece o que é tipo aberto. Talvez se ele conhecesse o que é tipo aberto no Direito Penal, ficasse mais fácil até para a gente fazer o contraponto aqui nesta tribuna.

Sr. Presidente, quero encerrar dizendo: "Sr. Juiz Dr. Neanderson, a cidade está ruim para o senhor, que deve pedir para sair dela. A população de Medina, de Itaobim, de Almenara e o Presidente do Tribunal de Justiça saberão agora o que o senhor anda fazendo em sua Comarca. Sr. Juiz, arrume as malas na Comarca porque o senhor não tem mais clima para permanecer lá. O senhor fez o que nenhum Juiz na história deste Estado fez com a Polícia Militar. V. Exa. prendeu sete pais de família em uma prisão preventiva totalmente infundada, descabida e desastrosa.

Deputado Ademir Lucas, engraçado que o Juiz gosta também de alguns favores. Ele cassou o Prefeito da cidade, Sr. Josélio Machado, em 2007, por abuso de poder econômico na campanha anterior. Deputado Weliton Prado, engraçado que, em 2008, a sua esposa, Sra. Elisângela Ramos, foi nomeada para um cargo de recrutamento amplo na gestão atual do mesmo Prefeito que ele havia cassado. Talvez o senhor goste de favores como esse. Como a Polícia Militar não pode ofertar ao senhor na sua Comarca de Medina, talvez o senhor tenha descarregado a sua ira.

Mas, lembrando ao Deputado Durval Ângelo, ao Juiz e ao Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Sérgio Resende, que esse é o mesmo Juiz que prendeu dois Agentes Penitenciários, uniformizados, com via caracterizada, com ordem do Diretor da penitenciária para conduzir dois presos para serem ouvidos em audiência com o próprio Juiz, que alegou que eles não portavam identidade funcional. Por culpa de quem? Porque a Secretaria de Defesa Social não havia emitido as suas carteiras funcionais. Onde está a razoabilidade desse Juiz? Onde está algo em que se possa falar que houve ponderação do Juiz? Ele mandou ainda o Delegado prender os dois Agentes Penitenciários na cela junto com presos comuns.

Deputado Ademir Lucas, descobri que nem Juiz nem a Promotora têm ainda três anos de exercício na magistratura. Está aí o tamanho do descabro. Dr. Neanderson, talvez o senhor possa explicar para o Presidente do Tribunal, Sérgio Resende, e explicará para o Conselho Nacional de Justiça, porque este Deputado encaminhará ofício à Corregedoria do Tribunal de Justiça e ao Conselho Nacional Federal de Justiça para saber por que o Prefeito nomeou a sua esposa para um cargo de recrutamento amplo na cidade onde o senhor é Juiz Eleitoral e o senhor havia cassado esse mesmo Prefeito no ano anterior.

Sr. Juiz, essa situação está mal explicada. O senhor talvez tenha alguma informação a prestar à região. Repito, o senhor poderia pedir licença, entrar de férias ou pedir ao Presidente do Tribunal de Justiça para removê-lo de comarca, porque não há mais clima para a sua permanência. O senhor acabou com a segurança pública na região. O senhor destruiu qualquer ânimo de um policial para trabalhar na região. Nenhum policial vai querer prender nenhum criminoso, por mais perigoso que seja, estando o senhor nessa Comarca. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João\* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, saudação a todos os estudantes que aqui estão exercendo a cidadania, o que é muito importante. A própria política sofre um natural desgaste, mas a presença de vocês demonstra a importância da política. Aliás, tudo é política. Sempre gosto de citar D. Pedro Casaldáliga, quando ele diz que "tudo é política, embora a política não seja tudo". Tudo é política. Ela se manifesta desde a qualidade da educação até a qualidade do ar e da água que usamos. Até à noite, quando estamos dormindo, estamos sujeitos a uma decisão política, que é a lei do silêncio. Não podemos ser indiferentes à política.

Existe uma parábola do Frei Beto que compara a política a um pão cuspidos para a mãe passa para o filho, a quem pede para partilhá-lo com o seu irmão. O filho pega o pão, cospe nele, por isso o irmão o rejeita, sob a alegação de que o pão está cuspidos, portanto sujo. Às vezes a política é como esse pão cuspidos: muitos já o sujaram, mas temos de vencer o nojo, procurar fazer a nossa parte, que é limpá-lo e jamais nos omitir. A omissão das pessoas de caráter, de ética, só traz prejuízo ao País. Parabéns, e perseverança aos estudantes, ao se inteirarem das questões políticas do País, sobretudo do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna são os últimos pronunciamentos de algumas lideranças, feitos na quinta e na sexta-feira, entre eles o do próprio Governador Aécio Neves.

Nos últimos dias, o PT tem sido alvo de ataques e críticas vindas dos mais diversos setores políticos, partidos, veículos de imprensa e intelectuais. Esses ataques não nos surpreendem, posto que estamos quase às vésperas das eleições de 2010. É normal que isso ocorra. A explicação para isso é óbvia, pois o PT é o principal partido da base do governo Lula. É o partido do Presidente e é o partido da Ministra Dilma Rousseff, que é a mulher que gerencia todo o governo. Ela é a grande gerente do governo e vem fazendo o seu trabalho com competência e determinação. Diga-se de passagem, os Ministérios são machistas, porque são comandados por homens, e a única mulher à frente de um Ministério é justamente a que coordena e gerencia tudo.

Infelizmente, as outras mulheres que compunham esse governo saíram por motivos justos, como a própria Marta, que saiu para pleitear a Prefeitura de São Paulo. O PT tem a preferência do eleitorado: no Brasil, estamos acima de 25%. De igual forma, aqui em Minas Gerais, o PT é o partido mais bem avaliado, o que tem o índice mais elevado nas pesquisas que avaliam a preferência dos eleitores. Vários institutos mostram esse fato, não apenas um.

As políticas econômicas e sociais de iniciativa do governo do Presidente Lula recebem também grande aprovação do povo brasileiro. Considerados os efeitos "tsunâmicos" provocados na Alemanha, no Japão, nos Estados Unidos e em outros países, os impactos da crise financeira e mundial podem ser comparados aqui, de fato, a uma marolinha. Não existiu um grande impacto, muito menos sobre os mais pobres, que, de certa forma, ficaram protegidos, até mesmo blindados, dos efeitos da crise. O Brasil, como foi previsto pelo companheiro Lula, é um dos primeiros países a sair da crise. A retomada do crescimento, ao contrário das previsões pessimistas, começa a ocorrer já, com vários postos de emprego sendo retomados, com várias empresas retomando suas atividades, em fase até de contratação. Sob a liderança do companheiro Patrus Ananias, está consolidada uma rede de proteção social que é objeto de reconhecimento nacional, internacional, em todas as classes sociais. O PAC supera barreiras de disputas jurídicas entre empresas de licenciamentos, de procedimentos licitatórios e deslançam por todo o País. Mais concursos públicos são abertos; recuperam-se materialmente estruturas estatais antes sucateadas, característica do Estado mínimo; carreiras têm ajustes salariais que resgatam dívidas de mais de uma década em diversos setores do funcionalismo federal. O resultado positivo dos investimentos em educação aparecem antes mesmo do que tinha sido previsto, como a extensão dos ensinos fundamental e médio aos jovens e adultos, e também no ensino superior, com a expansão das universidades - em Divinópolis uma foi recém-inaugurada. Há expansão em todas as áreas da educação, há o reconhecimento dos cursos técnicos como superiores, há expansão dos Ifets, outrora Cefets. Os movimentos sociais estão nas ruas sem nenhum tipo de criminalização governamental, diferente do que acontece aqui em Minas, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, nos processos, nas questões que tratam da participação dos movimentos sociais em relação às

reivindicações do Estado. O Presidente Lula sempre recebeu movimento social, sempre acolheu parte da pauta, avançando na pauta de negociação. Processos participativos estão em andamento, a transparência nos gastos públicos é ampla no governo federal, o que não conseguimos alcançar aqui. Nem a Casa conseguiu acompanhar, disponibilizar na internet a execução orçamentária. Como permitir ao cidadão o acesso a instrumentos, a ferramentas para acompanhar os gastos públicos do governo do Estado? Não há uma crítica ou denúncia pela imprensa que não tenha como fonte os próprios meios de comunicação sob controle do governo federal. Mais recentemente, o companheiro Lula atendeu parte das reivindicações dos movimentos da agricultura familiar e dos sem-terras. Foi uma grande conquista, um grande avanço essa pauta de negociação com o MST e com o MAB na semana passada. Também foram avanços a determinação do Presidente Lula de se rever o índice de produtividade até o dia 3 de setembro e o decreto que desapropriou a Fazenda Felisburgo. É a primeira vez na história do Brasil em que é feita uma desapropriação por decreto sob alegação de crime ambiental. Mesmo com o laudo do Incra, pois a fazenda foi reconhecida produtiva, fez-se a desapropriação porque ali se fez um grande crime ambiental e foi onde aconteceu a chacina dos trabalhadores rurais.

Enfim, na impossibilidade de quebrar a identidade de Lula e do PT com os excluídos, a Oposição neoliberal tenta sensibilizar as classes médias com um discurso moralista e hipócrita. Na sexta-feira passada, por exemplo, o Governador Aécio Neves ousou atacar o PT, lembrando o caso mensalão. Ora, o PT e o governo Lula já foram julgados politicamente por aqueles acontecimentos. O que mais impressiona no PSDB é que o mensalão é filho direto dos mecanismos de financiamento eleitoral inaugurados na gestão do tucano Eduardo Azeredo à frente do governo de Minas. E há provas disso. Portanto, quando qualquer tucano abrir a boca para atacar o PT, que se lembre bem das águas turvas em que pescaram no passado. Isso sem contar a outra lista, a de Furnas, que lideranças do próprio PSDB têm apresentado. Não é ninguém do PT; são pessoas do próprio PSDB que sabem disso, e já desde a primeira eleição do governo Aécio - e isso envolve de certa forma uma empresa pública em outra lista, na lista das empresas que prestam serviços à Cemig. Ou seja, na verdade o pai do mensalão é o próprio PSDB; tudo começou por aqui.

O governo Lula é o mais transparente da história do País: materializou a Controladoria-Geral da União - CGU -; criou o Portal Transparência, que é citado em todo o mundo como exemplo positivo; dotou a Polícia Federal de estrutura inédita; garante autonomia à atuação da Procuradoria-Geral da República; e respeita a liberdade de imprensa, o que não acontece em Minas Gerais. O governo Lula respeita a liberdade de imprensa; isso não acontece aqui em Minas Gerais. O Governador Aécio já teve a ousadia de demitir profissionais até mesmo da Globo. É esse o modelo que queremos reproduzir para o País inteiro? Há algo semelhante ao que acontece no governo federal no tocante a avanço de transparência e de autonomia? Isso ocorre no governo mineiro? Infelizmente, não. Outro dia mesmo tive de vir a esta tribuna lembrar ao colega do gesto de solidariedade do Aécio, do Alkmin, do Serra e do Fernando Henrique ao Sarney. São pessoas que se solidarizaram com o ex-Presidente Sarney, hoje Presidente do Senado. Então, onde está a coerência?

Com que autoridade o Governador sai pelo Nordeste e pelo Sul dizendo que o PT se desconfigurou? Sua Excelência está totalmente equivocado, pois o PT é o único partido do Brasil que tem eleição direta. É importante que os estudantes tenham essa informação. O único partido do Brasil que tem eleição direta é o PT. Não é um partido cuja cúpula manda, mas todo filiado pode votar elegendo a Diretoria do Partido em âmbito municipal, estadual e federal. Aliás, estou como candidato a Presidente do Partido no Estado. Só em Minas Gerais temos mais de 120 mil filiados aptos a votar, e, no Brasil, são cerca de 1.500.000 filiados aptos a eleger a Diretoria do Partido em 23 de novembro em âmbito municipal, estadual e federal. Elege-se o Presidente e o diretório do Partido. É o único no Brasil, não se desconfigurou nada. Temos um acúmulo de experiência, ética e transparência. A menina dos olhos do PT continua sendo o Orçamento Participativo, no qual não conseguimos avançar aqui. Minas Gerais poderia ter saído na frente, o Ministro Patrus, então Prefeito de Belo Horizonte, conseguiu implantar o Orçamento Participativo em uma das principais Capitais do País. Temos de reconhecer o avanço político da gestão municipal da Capital, e tudo se iniciou com o companheiro Patrus Ananias. Portanto, nosso partido tem um patrimônio e um acúmulo de experiência como modelo de gestão. Na verdade, a gestão é exemplar e eficiente quando está voltada para o ser humano, para os servidores públicos com carreiras decentes. Não é o que temos em Minas Gerais, onde há professores com piso salarial de R\$360,00. O Deputado Sargento Rodrigues, a quem parabenejo pelo Dia do Soldado, sabe que na Polícia Civil há servidores com piso bem abaixo do salário mínimo, R\$360,00, e essa aberração não ocorre na Polícia Militar. Às vezes são os biênios e quinquênios que permitem uma remuneração maior, chegando a R\$500,00. Essa distorção ocorre também na área da saúde. Eles perdem isso quando se aposentam, quando mais precisam de recursos. Uma parte da remuneração cai, como na linha de insalubridade e periculosidade. Na área da saúde cai. No momento em que mais precisam, a remuneração total tem uma queda. Essa é a verdade, os servidores públicos sabem da grande verdade. Podemos mostrar o contracheque. Gostaria muito de estar aqui mentindo, mas seria algo falso, e eu seria prejudicado. Infelizmente, esta é a realidade que está prejudicando milhares de servidores públicos do Estado, um piso salarial de R\$360,00.

Não tenho dúvida de que as questões morais são muito importantes, mas o moralismo hipócrita não. Na falta de propostas para alcançarem programaticamente o governo Lula, só lhes resta tentarem desqualificar o PT e o nosso governo. A oposição neoliberal não conseguirá fugir do assunto. Na campanha de 2010, terão de prestar contas ao povo brasileiro sobre o estrago que o neoliberalismo fez ao mundo e ao País. Vamos ao debate programático, mas, se quiserem discutir os passivos de corrupção herdados de governos passados, temos toda a tranquilidade. Não temos compromisso com o erro, o nosso compromisso é com a verdade, com o povo mineiro, sobretudo com os servidores e com os mais pobres; é o governo democrático-popular, como o governo Lula tem dado conta, no sentido de garantir dignidade e acesso à alimentação, à moradia digna e à educação. Esse tem sido o grande avanço do governo democrático-popular, um governo de coalizão, mas dirigido pelo PT. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio\* - Sr. Presidente, colegas Deputados, quero também cumprimentar os alunos e os professores que aqui estão e, de um modo especial, dirigir-me a todas as escolas. Não nominarei cada uma porque já foram nominadas, mas é extremamente importante a presença de vocês aqui, e que isso possa ocorrer cada vez mais. Que o jovem participe, até para mudar, para transformar. O processo político só pode ser transformado por meio da participação. Só corrigimos o erro tomando consciência dele. E o Brasil está engatinhando em matéria de democracia. Guardadas as devidas proporções, a nossa democracia é mais jovem que vocês, porque uma democracia se constrói ao longo, muitas vezes, de séculos. São várias gerações construindo uma conduta mais justa, fraterna e, acima de tudo, pautada pela verdade.

Nesta tarde, Sr. Presidente, em nome da verdade e sem faltar com o respeito e a consideração com o Deputado Padre João, quero contrapor uma série de informações aqui trazidas, porque, muitas vezes, meias verdades não contribuem para a compreensão plena dos fatos. O Padre João não é homem de faltar com a verdade, mas trouxe aqui algumas meias verdades, algumas informações que a história está cuidando de desmentir. Embora questionar o PT possa incomodá-lo - e é justo que se questione o PSDB, o PMDB -, é importante que se tenha humildade para fazer a autocrítica e não simplesmente ser resistente à crítica, ser reacionário e dizer que está tudo bem, maravilhoso. Não temos compromisso com o erro e com o que há de errado, e não é esse o comportamento que estamos vendo do Presidente Lula, que diz que está tudo bem no Senado. O próprio Líder teve uma atitude de grandeza ao dizer que não queria compactuar com isso, que não queria aceitar a vergonha, para o País, de arquivar inúmeros processos em que ficaram comprovadas as ilegalidades e o roubo do dinheiro do povo brasileiro - as atitudes vergonhosas que se deram no Senado.

O Presidente Lula disse: "Continuem com o Sarney". E quem faz coro com ele? Collor de Melo. Transformam-se em figuras que falam agora a mesma língua: Sarney, Collor de Melo e Presidente Lula. Todavia, essa não é a língua do povo brasileiro. Quando disse isso há poucos dias, o próprio Deputado Padre João veio me dizer o seguinte: "O Aécio, o Serra e o próprio Alkmin se solidarizaram com o Sarney". V. Exa. é, antes de tudo, um líder espiritual. No púlpito da Igreja, muitas vezes não há quem possa ocupar o mesmo espaço para contrapor e complementar as informações para que a verdade seja completa. Aqui não, pois a Assembleia é um espaço democrático. Sou católico e o respeito como liderança espiritual. Todavia, no debate ou no bom combate, como já dizia São Paulo, temos de expor as verdades de maneira completa. Os Governadores Aécio Neves e José Serra e outras lideranças do PSDB telefonaram, sim, para José Sarney, o que foi um gesto cristão, porque a Sra. Marly Sarney, ex-primeira-dama do País, enfrentava momentos difíceis por causa da saúde, submetendo-se a uma cirurgia. Por isso, merecia uma palavra de qualquer cidadão que tenha com José Sarney alguma convivência de trabalho, embora no campo oposto das ideias. O

PSDB tem-se posicionado de maneira firme pela transparência no Congresso Nacional e pelo combate aos atos de corrupção que ali são praticados.

No entanto, o que temos visto por parte do PT é uma atitude muitas vezes até contraditória. Algumas lideranças do PT dizem: "Não concordamos com isso". O Partido foi fundado e se firmou com outro propósito. Não podemos nos curvar a isso, e vêm as maiores lideranças do Partido dizer: "Está tudo bem. Vamos fazer de conta que o Senado está uma maravilha. Não vamos investigar o Sarney porque está acima de qualquer suspeita. Ele é um imortal da Academia Brasileira de Letras. Então, será imortal também no Senado, com as bênçãos do Presidente Lula". É esse o tipo de democracia que o PT quis construir? É esse o tipo de comportamento que lhe dará o direito de dizer que o Partido não tem compromisso com os erros? Não é essa a verdade completa. Pode ser uma verdade parcial ou de quem quer enxergar só um lado da moeda. Sucede o mesmo quando, numa análise da crise mundial, vêm dizer: "No Brasil, ela foi só uma marolinha. Aqui não houve o problema". Além disso, insiste em culpar o governo anterior; não tem humildade e diz, por exemplo, que no Brasil a crise mundial encontrou um sistema financeiro mais consolidado, enquanto o mundo inteiro diz: "Os bancos nos EUA e na Europa estão quebrando".

É bom que os jovens estejam nos ouvindo para fazerem uma análise do contexto mundial. Por que não faliram bancos no Brasil neste momento de crise? Porque o governo Fernando Henrique, que aliás V. Exa. insiste em rotular como neoliberal, criou, naquela ocasião, sendo combatido pelo PT, o Proer, que é um programa que assegurava uma fiscalização rigorosa e um ajuste financeiro nas contas bancárias.

Logo mais, concederei a V. Exa. aparte, Deputado Paulo Guedes. Só quero terminar o meu raciocínio, por gentileza. Implementado que foi o Plano Real pelo governo que antecedeu o do Presidente Lula, isso possibilitou um equilíbrio e um ajuste. Foi de tal sorte algo bem feito, que o Presidente do Banco Central, que era dos liberais que eles acusam, é o mesmo até hoje. Na verdade, era Presidente do Banco na época do Presidente Fernando Henrique. Foi convidado a exercer o cargo e saiu do PSDB para dirigir as finanças do País, porque sabe fazer isso. Todavia, aquilo que o Lula e o PT insistem em chamar de herança maldita acabou sendo o que deu suporte ao País para superar os momentos difíceis - e os estamos superando.

É duro ouvir um discurso que diz: "O País está maravilhoso, o PT não compactua com crise e o mensalão foi invenção do PSDB". Ora, isso é uma blasfêmia, Deputado Padre João. É elementar dizer que houve caixa dois em campanhas anteriores. No início da apuração do mensalão, o Presidente disse isso numa entrevista na Suíça. Aliás, foi para o exterior dizer: "Todas as campanhas do Brasil já tiveram caixa dois". Descobriram que houve um caixa dois numa campanha em Minas Gerais, cujo coordenador financeiro era o então Ministro do Presidente Lula Walfrido dos Mares Guia, que era Vice-Governador. Então, tentaram tapar o sol com a peneira e disseram o seguinte: "Como houve caixa dois no governo do Eduardo Azeredo, que era do PSDB, na hora de fazer campanha, isso é igual ao mensalão".

O mensalão, meus jovens que estão aqui, que têm a cabeça aberta e não aceitam simplesmente tapar o sol com a peneira, foi um esquema montado pelo governo do Presidente Lula e comandado pelo Sr. José Dirceu - que vocês acompanharam, e o Brasil inteiro documentou -, envolvendo grandes empreiteiras para pagamento de propina ao governo federal, mediante a realização de depósito na conta de parlamentares para que votassem de acordo com esse governo. Isso foi chamado de mensalão porque era depositado todo mês na conta de bandidos, que estavam ali sendo comprados por um governo que se diz ser o governo da moralidade. E isso tem de ser dito de forma completa, e eu não me esqueci. Sabem por que digo isso? Porque, desde o dia em que pus o pé nesta Casa, abri a minha conta bancária, o meu patrimônio pessoal, as minhas operações em qualquer nível, e as da minha família, para o Ministério Público e disse: elas estão abertas ao Ministério Público sem necessidade de ordem judicial. E sabe por que, Deputado Padre João? Porque sou do PSDB e não tenho de esconder nada. Não tenho de ficar calado e escutar que o PT é uma maravilha, como se tivesse rabo preso com alguma coisa. Temos uma história de 20 anos na vida pública como Vereador, Prefeito e Deputado Estadual. Tenho clareza de que o Brasil ainda tem de ser passado a limpo. Não me venha o PT dizer que está às mil maravilhas, porque não está; não me venha o PT dizer que não há corrupção no governo federal, porque ele está podre de corrupção. Está podre! Hoje o governo federal é uma vergonha para o nosso país: é mensalão, é sanguessuga, é DNIT, é maracutaia de todo lado. E o Presidente Lula vem colocar panos quentes num acordo com o Presidente do Senado.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)\* - Deputado Domingos Sávio, estranha-me como vocês falam do Sarney, como o PSDB o trata agora, e como vocês se esquecem de que o Sarney, o Renan e o Collor são suas crias. Quero só relembrar e refrescar a sua memória: o Sarney foi vice do Tancredo, o avô do Governador.

O Deputado Domingos Sávio\* - Mas o que tem a ver isso?

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)\* - Calma, deixe-me concluir o meu raciocínio.

O Deputado Domingos Sávio\* - Qual é a relação?

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)\* - Estou querendo dizer que foi o mesmo PMDB - o mesmo Sarney, o mesmo Collor, o Renan, o Jáder Barbalho - que sustentou os oito anos do governo Fernando Henrique.

O Deputado Domingos Sávio\* - Fernando Henrique é do PSDB, Deputado. Estou querendo saber se tem ou não relação agora.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)\* - Naquela época, nem CPI existia, porque vocês não deixavam e colocavam tudo debaixo do tapete.

O Deputado Domingos Sávio\* - Agora tem?

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)\* - Agora tem, porque o Presidente Lula...

O Deputado Domingos Sávio\* - A CPI da Petrobras...

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)\* - Vocês já instalaram mais de 200 CPIs e não encontraram nada contra o Lula. Nesta Casa, o seu Governador não deixa instalar nenhuma CPI, e aqui também está sujo de corrupção.

O Deputado Domingos Sávio\* - V. Exa. veio aqui, esbravejou, mas não disse nada de concreto.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)\* - O nosso partido, caro companheiro Domingos Sávio, pode ter os seus defeitos...

O Deputado Domingos Sávio\* - São todos santos.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)\* - Mas é um partido que contribuiu para a história do Brasil, está acabando com a fome, está apoiando a educação, criou o ProUni, está criando a moradia popular, recuperou a economia nacional. Hoje o Brasil é respeitado no mundo inteiro. Com

erros; podemos ter erros. É impossível governar um país em que o povo brasileiro elege o Lula, sim, elege um Presidente do PT, mas elege um Congresso dos Democratas, que mamaram na ditadura a vida inteira, elege um Congresso com Deputados do PMDB, do PSDB, que sempre mandaram neste país. O governo Lula é chantageado dia e noite pela Câmara e pelo Senado. Para governar, tem de fazer concessões sim, como vocês fazem aqui. A nossa bancada, diferentemente de como vocês se comportam no Congresso, comporta-se como oposição sadia e construtiva. Não repetimos aqui o que vocês fazem na Câmara e no Senado.

O Deputado Domingos Sávio\* - Agradeço a V. Exa. Preciso concluir o meu raciocínio. Se V. Exa. quiser se inscrever...

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)\* - O Líder do Governo aqui, que é do seu partido, sabe que a nossa bancada ajuda mais o governo que vocês, porque temos responsabilidade com o Estado e com o povo. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio\* - Olha, Deputado, a responsabilidade requer objetividade. V. Exa. tentou arrancar aplausos dizendo que aqui não se faz CPI, que há corrupção, mas V. Exa. não aponta. Não poderei conceder-lhe aparte agora porque preciso concluir o meu raciocínio.

Presidente, peço-lhe que desconte o tempo, porque o Deputado não está tendo respeito pelo debate. V. Exa. fez um aparte e uma afirmação. Estou desafiando-o. V. Exa. diz que há corrupção, mas não aponta em que área; V. Exa. fala que o governo federal permite CPI. E permite, Deputado?! Sejam francos; vamos respeitar esses jovens que estão aqui. O governo federal tentou barrar, de todas as maneiras, a CPI da Petrobras. Essa empresa, que é de vocês, jovens, e do Brasil, paga R\$70.000,00 por mês para um Diretor do PT, fora outros benefícios. Isso foi publicado em todos os jornais do Brasil, recentemente. Sem falar das maracutaias com o dinheiro que foi enfiado na Fundação Sarney.

O Presidente Lula, que não queria a CPI, acertou com a base do governo de segurar nas mãos do PT e do PMDB a Presidência e a relatoria. Na semana passada, havia mais de 50 requerimentos para serem aprovados na comissão propondo que fossem ouvidos a Dilma e o Presidente da Petrobras, a fim de se esclarecerem as maracutaias. Todos os requerimentos foram derrotados pela base do Lula, pelo PT principalmente. Com muito custo, a Oposição conseguiu abrir a CPI; na hora de fazê-la funcionar... Liguem nos telejornais - os jovens precisam acompanhar isso, assim como os cidadãos que estão nos ouvindo -; vocês conseguem ver, em algum lugar, a notícia de que a CPI da Petrobras está funcionando? Ela está travada pelo PT, para esconder o mar de lama e de corrupção em que está mergulhado o partido que se diz vestal, puro. Disse e insisto que, para melhorarmos o nosso Brasil, em vez de ficarmos no oba-oba, como se fosse uma disputa de partida de futebol - "Ah, torço para o PT; torço para o PSDB" -, na qual todo mundo fica cego e surdo, sem capacidade para analisar os erros, quem paga a conta é o cidadão. Falta dinheiro para melhorar a saúde, falta coragem para fazer a reforma tributária, prometida pelo Presidente Lula. O nobre Deputado Padre João veio aqui e disse que este governo tem feito um grande projeto social. As galerias estão lotadas de jovens, que, num primeiro momento, podem pensar que não serão afetados, mas serão, sim, porque querem vida longa. Se Deus quiser, todos a terão. Estou me referindo à aposentadoria. Qual jovem não pensa em ter vida longa? Você se formará, terá uma profissão e, um dia, quando tiver 60, 70 anos, se aposentará. Pode até querer trabalhar mais, porém a saúde não o permitirá. E você pagou a vida inteira para se aposentar. O PT, que sempre criticou o Fernando Henrique, que usa essa ladainha de chamá-lo de neoliberal, insiste no chamado fator previdenciário, que rouba do cidadão que paga aposentadoria a vida inteira e, depois que se aposenta, tem o valor diminuído mês a mês. Antes de chegar ao poder, o PT dizia que faria justiça com os aposentados. Recentemente, por incrível que pareça, um Deputado do PT defendeu um projeto para corrigir a aposentadoria pela mesma correção do salário mínimo, e, após a aprovação, o Presidente Lula vetou o projeto e está pressionando o Congresso a manter o veto. Esse é um partido de duas caras, que joga para a plateia, diz para a juventude que quer um país limpo, sem corrupção, mas fica protegendo o Sarney das corrupções, além disso diz aos aposentados que é a favor de uma aposentadoria justa, mas veta qualquer iniciativa para acabar com o fator previdenciário. É esse engodo que queremos? É esse o tipo de governo que queremos?

É hora de combater, sim, com coragem. Por isso construí minha vida de mãos limpas, para ter coragem de vir aqui e dizer que o Brasil, o Congresso Nacional, o Senado estão mergulhados na corrupção. E o Presidente diz amém, faz coro com o Collor. Os dois agora são amiguinhos, são colegas, falam a mesma língua. É isso o que estamos enxergando. É preciso desmascará-los, porque são muito habilidosos, ficam o tempo todo no palanque. Depois vêm com conversa, dizendo que aqui, em Minas, o Aécio censura porque faz muita propaganda. Sabe quanto o governo federal gasta de propaganda por ano? Um bilhão de reais. O governo de Minas gasta R\$70.000.000,00. Acho até que é muito. Defendo que haja uma conferência nacional de comunicação para que tenhamos critérios. O governo de Minas gasta uma das menores verbas "per capita". Gasta R\$3,50 por cidadão mineiro com publicidade para divulgar campanhas que vão desde a campanha contra a dengue até outras ações do governo. O governo federal gasta R\$1.000.000.000,00, e todos os dias o Lula está no "Jornal Nacional" fazendo pose de mocinho. Tem dia que está tocando guitarra, no outro dia está colocando a camisa de um time, fazendo firula e "marketing" todos os dias para dizer que está tudo bem. Diz que os programas sociais existentes no Brasil, o Bolsa-Família, é invenção do PT.

Logo passo aparte ao nobre Deputado Gustavo Valadares. Esses programas foram implantados pelo Presidente Fernando Henrique numa época em que o País ainda vivia dificuldades. Deixamos a economia estabilizada, melhoraram as finanças, é claro que melhoraram os investimentos nessa área, mas não é nenhuma invenção.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Deputado Domingos Sávio, serei breve, até porque o tempo de V. Exa. já está se esgotando. Estava em meu gabinete conversando com o Prefeito de Morro do Pilar, mas ouvi atentamente o pronunciamento de V. Exa., brilhante por sinal. Nós, representantes do povo mineiro, precisamos alertar os mineiros para que tenham consciência de que o País está nas mãos de pessoas que têm hoje como critério, como norte, políticos como José Sarney, Fernando Collor, seus parceiros de número um. Mas o que mais me impressiona, Deputado Domingos Sávio, é o destemperado de um Deputado do PT. Esse Deputado, que respeito, está destemperado e, ao mesmo tempo, desinformado. Não conhece a história do Brasil. A escola por onde ele passou deve ter professores de História que não souberam ensinar-lhe ou, então, ele não estudou a história da redemocratização do País. O PFL, Deputado Paulo Guedes, foi criado em 1985 para ajudar os companheiros do PMDB a redemocratizar o País. Chamava-se Frente Liberal. Era composto de inúmeros políticos respeitados nos quatro cantos do País e, por conta deles, por conta do PFL, conseguimos a redemocratização do País.

Agora vamos discutir a política recente, Deputado Paulo Guedes, vamos discutir o mensalão, vamos discutir a Petrobras, vamos discutir José Dirceu, vamos discutir Gushiken, vamos discutir Genoíno, vamos discutir Palocci. Fica a critério de V. Exa. escolher qualquer um desses nomes e outros mais. Quem é o PT para falar de ética hoje no Brasil? Quem é o PT para falar em democracia hoje no Brasil? O Presidente da República é hoje um homem que está cerceando, está calando o Senado. A revolta está nos quatro cantos do País. É fácil. V. Exa. pode ir logo ali, até a esquina de Rodrigues Caldas com Olegário Maciel, parar dois ou três cidadãos belo-horizontinos e perguntar a eles quem é hoje o responsável pela crise no Senado. Está na boca do povo brasileiro: Lula, Lula, Lula. Quem elegeu Sarney foi V. Exa. Quem está mantendo Sarney é o partido de V. Exa. Não venha me falar que o PFL era o partido da ditadura. Vamos discutir o presente, Deputado, porque da história me parece que V. Exa. não conhece absolutamente nada. Um governo que teve a melhor chance de fazer as reformas necessárias para o País, um governo que teve a estabilização monetária, que teve respeito dos investidores internacionais como consequência, como herança do governo anterior, tinha a obrigação de ter feito pelo menos as reformas a que o Deputado Domingos Sávio se referiu: reforma tributária, reforma previdenciária e reforma política.

Não fez isso porque o Presidente da República não trabalha e não é homem de coragem. É demagogo. Faz mais de dois pronunciamentos por dia. Fez ao longo desses seis anos, Deputado Domingos Sávio, mais do que o dobro de pronunciamentos que o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez ao longo dos oito anos de governo. É um demagogo, um populista, como o são os seus companheiros Chavez, os Presidentes da Bolívia e do Equador e a turma de Cuba. É com essa turma que ele gosta de andar, uma turma que mata o opositor, que cerceia a imprensa livre. É com eles que ele gosta de andar.

Então, na hora de falar de democracia no Brasil, na hora de conversar a respeito de DEM, de PSDB, vamos estudar a história recente do País,

porque de corruptos o governo federal está cheio. Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio\* - Sr. Presidente, para concluir, quero, de antemão, dizer que sou um apaixonado pelo debate, pois acredito que é justamente na dialética, no debate que se constroem os avanços democráticos.

\* - Sem revisão do orador.

### 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 26/8/2009

O Deputado Arlen Santiago\* - Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, mesmo os que se recusam a reconhecer têm que se curvar a uma realidade: temos em Minas uma empresa pública campeã das campeãs, em meio a tantas empresas privadas e públicas de importância mundial. Entre mil empresas que compõem o anuário do "Valor Econômico", o mais importante jornal de economia do País, a nossa Copasa-MG foi escolhida a melhor, de acordo com critérios de gestão. Foram avaliadas mil empresas, sendo escolhidas 125, de 25 setores diferentes. Dessas 125, foi escolhida, então, a melhor. A Copasa-MG concorreu com Petrobras, Eletrobrás, Volkswagen, Globo e muitas outras, que foram avaliadas em sete quesitos.

Mas, pelo segundo ano consecutivo, a Copasa-MG, que é dos mineiros, foi apontada como a melhor companhia de água e saneamento do Brasil, concorrendo com empresas privadas, públicas municipais e públicas estaduais, comandadas por governos de diferentes partidos. Com certeza, isso ainda será pouco para os críticos contumazes, os que fazem da crítica o único instrumento de promoção. Mas, mineiros, esse prêmio recebido pela Copasa-MG é de fundamental importância para a maioria do povo mineiro, que recebe os seus serviços. Só uma empresa com fundamentos gerenciais e econômicos sólidos, com prioridades sociais definidas, que não se presta ao uso político demagógico e à política rasteira, tem condições de prestar serviços com o nível de qualidade que o setor de água e saneamento exige.

Ainda há muito o que fazer em Minas no setor? É claro que sim. Temos uma população de mais de 20 milhões de pessoas, espalhadas em 853 Municípios, a maioria deles sem investimentos em serviços de água e esgoto ao longo de décadas. Recuperar o tempo perdido não é tarefa simples. Exige esforços incomuns e investimentos que só podem ser realizados por companhias saneadas e capitalizadas. Este é o retrato da Copasa-MG hoje. De companhia com imensas dificuldades financeiras em 2003, ela é hoje a melhor empresa brasileira. Aliás, esse prêmio foi recebido pelo Vice-Governador Anastasia e pelo Presidente Márcio Nunes. O Ministro da Fazenda teve que dizer que a Copasa-MG manteve um bom desempenho e que, mesmo no cenário de crise, tem recebido vários prêmios e merece parabéns.

A cerimônia em São Paulo contou com inúmeras empresas. São mil empresas avaliadas em todo o Brasil. Essa grande virada, que lhe permite realizar investimentos praticamente a fundo perdido dentro de uma visão social, só foi possível pela qualidade de sua gestão; aliás, essa é uma marca do governo Aécio Neves reconhecida em todo o Brasil e também por organismos internacionais.

São prêmios como o Empresa de Valor 2009, entregue à Copasa, que confirmam o acerto do Choque de Gestão, implantado em Minas sob a coordenação do Vice-Governador Antonio Anastasia, sem dúvida alguma uma das maiores revelações, ou melhor, a maior revelação da vida pública mineira e nacional dos últimos anos.

Saúdo aqui desta tribuna, em nome dos mineiros, a Diretoria da Copasa, seus funcionários, aqueles que recebem sua água de boa qualidade e, em especial, o seu Presidente, Márcio Nunes, um mineiro de coração, pelo resultado obtido. Muito obrigado, Presidente Márcio, pelo grande trabalho efetuado à frente dessa empresa que V. Sa. dinamizou, melhorou e cuja capacidade de investimento aumentou, multiplicando um investimento que era de um mandato por cinco vezes mais. A Copasa-MG é orgulho para todos os mineiros. Cumprimento também os Diretores da empresa. Os avanços de um governo, e os de Aécio e Anastasia são espetaculares, são fruto do trabalho da equipe que escolheram. Márcio Nunes é, certamente, um dos principais nomes dessa equipe, com uma real capacidade e um bom trabalho. Parabéns, Márcio Nunes, parabéns, Copasa, parabéns, mineiros.

Mas, companheiros Deputados, senhoras e senhores, quero destacar aqui uma outra importante ação do governo que não pode ser mensurada em números. O lançamento da Brinquedoteca Móvel, um projeto do governo de Minas em parceria com o Servas, uma dessas ações que dão ao homem público o seu melhor prêmio: a felicidade de crianças. Talvez não sejam todos os que possam dimensionar a importância desse projeto. Os que são médicos, como eu - e aqui nesta Casa temos vários companheiros de medicina, como o Deputado Hely Tarquínio -, sabem perfeitamente o que isso vai representar para centenas, milhares de crianças e adolescentes que estão num leito de hospital, na solidão do branco, da falta de cor de quartos e corredores.

A ausência dos familiares, presentes apenas nos pequenos intervalos do dia reservados a visitas, provoca a tristeza que se vê nos rostos dessas crianças, malgrado os esforços de médicos e enfermeiras para alegrá-las. E a tristeza não ajuda na cura; por isso, ressalto a importância desse projeto, que tem a coordenação da amiga dos mineiros Andrea Neves e que será levado a todos os 120 hospitais públicos e filantrópicos da rede Pro-Hosp e da Fhemig. A Brinquedoteca Móvel, constituída de dois grandes cubos sobrepostos e articulados, equipados com 96 brinquedos, além de livros, lápis, jogos, DVDs, TVs, MP4 e fones de ouvido, não tenham dúvida, vai operar milagres no tratamento de milhares de crianças. É com ela que vamos devolver às crianças em tratamento a alegria de viver, o riso. E não existe melhor terapia do que a confiança e a alegria.

A Brinquedoteca Móvel tem, além de brinquedos e equipamentos, outro importante item de qualquer ação governamental: a participação popular. O projeto se tornou viável devido à solidariedade de várias empresas e famílias que se uniram ao Servas, num reconhecimento ao trabalho que ali é desenvolvido, doando os recursos necessários, sendo que os esforços não terminaram. Ainda temos vários outros hospitais que precisam da doação dos recursos ao Servas. Outros já estão se juntando a essa corrente de solidariedade. Só em Montes Claros já conseguimos a parceria, além da minha família, de cinco empresas para a compra de novas brinquedotecas, que serão colocadas em hospitais da região. Outras virão e em breve todos os hospitais públicos e filantrópicos de nosso Estado estarão dotados desse equipamento extremamente útil para a cura e a alegria das nossas crianças.

Aos que contribuíram até aqui e aos que vão se juntar a essa corrente, como médico que conhece bem o sofrimento dessas crianças, muito obrigado. Ao Governador Aécio Neves e à querida Andrea o reconhecimento do esforço para a melhora das condições de saúde e da qualidade de vida no Estado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)\* - Muito obrigado. Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento que faz esta tarde.

Em primeiro lugar, parabênizo Andrea Neves e presto-lhe homenagens pela iniciativa do Servas relativa às crianças que estão em leitos de hospitais. Trata-se de uma ação proativa. Acho que ações como essas são importantes, pois fazem com que a felicidade e o bem-estar das crianças que estão internadas sejam constantemente alimentados por uma expectativa de vida.

Estive com V. Exa. participando desse evento e ouvimos depoimentos como os feitos pelo Doutor da Alegria, que diz que, quando existe alegria, a felicidade e a recuperação de crianças e idosos é sempre mais rápida.

Quero também congratular-me com V. Exa. por essa ação de Andrea Neves, do Servas, e do nosso Governador. Parabenizo Minas Gerais. O nosso Sul de Minas foi beneficiado, e agradeço ao Governador por isso.

Num segundo momento, ratifico as suas palavras relativas ao Presidente da nossa Copasa, o Márcio, e estendo-as ao nosso Diretor do Sul de Minas, Diego Andrade. Posso dizer a V. Exa., caríssimo Deputado Arlen, que a Copasa tem cumprido fielmente as suas obrigações para com todo o Sul de Minas, muito particularmente nas estâncias hidrominerais, desde que assumiu a água de Caxambu, numa revitalização proposta por nossa Assembleia por meio da Comissão Especial das Estâncias Hidrominerais. Na época, sugerimos à Copasa a iniciativa de fazer com que as águas tradicionais da nossa região fossem encampadas pelo governo. Quiseram Deus e o destino que a Copasa, por meio das suas determinações, da sua Presidência e por decisão do Governador, assumisse o comando das águas minerais de Caxambu.

Então, quando V. Exa. diz que a Copasa está premiada, ratifico que está premiada, sim, pelo Sul de Minas, pelo trabalho competente que o nosso Presidente Márcio vem fazendo em nossa região e em todo o Estado. Parabenizo V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado Braulio Braz (em aparte) - Obrigado, Deputado Arlen Santiago, nobre colega. Estou usando a palavra aqui hoje para solidarizar-me com V. Exa. nessa homenagem que presta à Copasa. Seu pronunciamento é muito importante porque é grande o número de cidades que estarão, com certeza, ouvindo essa homenagem que se presta hoje à Copasa e as honras recebidas pela empresa por ter sido a mais premiada no saneamento básico no País. Isso demonstra o quanto acertamos em ter um governo que se preocupa em transmitir a experiência da iniciativa privada para a vida pública, fazendo com que as autarquias de todos os setores trabalhem com eficiência, buscando resultados. A Copasa, sem dúvida nenhuma, é fundamental para a gestão de qualquer governante que estiver à frente do poder de Minas Gerais, mas é primordial o trabalho feito, nesses seis anos e meio, pelo Governador Aécio Neves, dando autonomia para que o Presidente Márcio Nunes administre a empresa com galhardia e competência. Esse prêmio é mais do que merecido, e sua manifestação hoje, na tribuna da Assembleia, coroa o êxito da Copasa.

Também quero solidarizar-me com V. Exa. por seu pronunciamento a respeito da brinquedoteca para a qual Andrea Neves busca o patrocínio dos empresários, e tenho certeza de que muitos outros se juntarão a esses que até agora colaboraram, a fim de que, ao longo do tempo, todos os hospitais filantrópicos do Estado possam recebê-la. Sabemos o quanto ela é útil para distrair e divertir as crianças hospitalizadas, que merecem toda a atenção do povo mineiro. Parabéns por seu pronunciamento, que veio em boa hora. Os dois assuntos levantados por V. Exa. são de grande interesse para o povo mineiro.

O Deputado Arlen Santiago\* - Muito obrigado, Deputado Braulio Braz. Conclamamos os empresários, as famílias e todos os que realmente gostam de fazer o bem a procurarem o Servas, pois, com R\$8.000,00 de doação, vocês conseguirão trazer alegrias para centenas de crianças em cada um desses hospitais. Aquela brinquedoteca móvel, que pode ir ao apartamento ou ao ambulatório do SUS - e uma criança pode ouvir com fone de ouvido enquanto outra estiver dormindo -, realmente é de extrema importância. A Andrea estará lá para receber essas pessoas que querem fazer o bem e as suas doações.

Terminando, Sr. Presidente, quero dizer que a Copasa, apenas em 2008, investiu R\$805.000.000,00. Em apenas oito anos ela conseguiu duplicar a capacidade de esgoto tratado em toda Minas Gerais, e, sem sombra de dúvida, o grande artífice dessa mudança de operação na empresa, atendendo ao Aécio e ao Anastasia, foi a cabeça brilhante do nosso Presidente Márcio Nunes, que, depois de emprestar durante muito tempo sua inteligência ao serviço de Furnas, veio para Minas Gerais, conquistou os mineiros e nos trouxe muito saneamento básico, melhora na saúde e alegria. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, espectadores da TV Assembleia em toda Minas Gerais, na semana passada, subi a esta tribuna e promovi uma discussão em que fiz uma denúncia contra a Promotora de Justiça Elissa Maria do Carmo Lourenço Xavier, Promotora Especial da Saúde da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Barbacena.

Eu dizia que considero o Ministério Público uma instituição importantíssima para a garantia da democracia, para a garantia dos direitos de todos os cidadãos. Porém, disse também, e quero reforçar, que, infelizmente, o Ministério Público, assim como todas as instituições, é feito de homens. E há homens bons e homens maus, homens íntegros e homens não íntegros, homens que têm bom senso e homens que não têm bom senso, pessoas preparadas e pessoas despreparadas. E cito o exemplo de uma integrante do Ministério Público que não tem bom senso, que não é preparada. Não posso dizer que não seja íntegra, porque não a conheço pessoalmente, mas, do ponto de vista profissional, como membro do Ministério Público, como vigilante da lei, é inteiramente incompetente.

Essa dita senhora, essa dita Promotora propôs um TAC com a Prefeitura Municipal de Barbacena. O referido TAC se inicia assim: "Considerando... Considerando..." - vários considerandos - (...) "compromitente e compromissários resolvem: 1 - O Município de Barbacena, através de sua representante legal..." - a Prefeita - "...e a gestão municipal do SUS, através do Diretor-Geral Demasp..." - a Secretaria de Saúde de lá chama-se Demasp - "...diante das ilegalidades apontadas nos autos do inquérito civil número tal da Promotoria Especializada na Defesa da Saúde..." - que é ela mesma - "...reconhecem a nulidade, de pleno direito, da V Conferência Municipal de Saúde, sendo, por consequência, necessária a realização de outra..."

Srs. Deputados, eles reconhecem, de pleno direito, a nulidade absoluta da V Conferência Municipal de Saúde. A V Conferência Municipal de Saúde aconteceu há um ano e meio, quando se fixaram as diretrizes da saúde no Município e se elegeu o Conselho Municipal de Saúde, que está vigendo até hoje, os membros do Conselho. Pois bem, olhem o tamanho e a gravidade, o gigantismo da ignorância apresentada aqui: reconhecem, de pleno direito, a nulidade daquela conferência. Se reconhecem, de pleno direito, a nulidade daquela conferência, que foi a quinta, e há que se convocar uma nova, há que se convocar novamente a quinta, porque a quinta foi nula.

No segundo item do TAC, ela fala o seguinte: "2 - A Chefe do Executivo Municipal, no prazo de 10 dias contados da assinatura deste, deverá, por decreto, convocar a realização da VI Conferência...". A quinta não era nula? Se a quinta é nula de pleno direito, todos os atos do Conselho Municipal de Saúde realizados, desde a sua eleição, há um ano e meio, até hoje, são nulos. E temos de lembrar que o Conselho Municipal de Saúde, em parceria com o Poder Executivo, gera os recursos da saúde e do SUS vindos da União, dos Estados e dos Municípios. Então, tudo o que foi feito, os repasses que aconteceram, todos os atos do Conselho Municipal de Saúde, até a presente data, são nulos, inclusive os que aconteceram na atual administração, de janeiro até hoje.

Ao final dessa pérola, desse TAC, a ilustre Promotora, Dra. Elissa, conclui o que é comum em todos os TACs.

"Em caso de descumprimento ou retardamento no cumprimento das medidas aqui estipuladas, além da execução judicial específica do acordado, implicará os compromissados, solidariamente - Prefeito e Secretário de Saúde -, em multa diária no valor de R\$1.000,00, a ser revertida ao Fundo Especial do Ministério Público de Minas Gerais - Funemp - sem prejuízo de outras sanções que se apurarem necessárias."

Quero saber se a Promotora está cobrando multa diária da Prefeita e do Secretário de Saúde, porque, se é de pleno direito a V Conferência, tudo que foi feito está anulado. Tudo deverá ser revisto. Quero saber se a Prefeitura está refazendo todos os atos do Conselho Municipal de Saúde de um ano e meio atrás até hoje, inclusive os da própria administração atual. Se não estiver fazendo, o Ministério Público tem obrigação de cobrar multa diária de R\$1.000,00 do Chefe do Executivo e do Secretário de Saúde. Quero saber se está cobrando. Vou reclamar isso do Ministério Público, porque o TAC foi assinado por membro do Ministério Público em acordo com as partes, com a Prefeitura Municipal. O TAC é para ser cumprido. Ou a Promotora concorda que esse item 1 é a maior burrice ou então deve cumprir o que ela mesma determinou e cobrar multa diária de R\$1.000,00 da Prefeita e do Secretário de Saúde; ou é A ou B. Quero saber se isso está sendo feito.

Na semana passada, li aqui e vou repetir uma entrevista com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, em que ele faz algumas críticas a alguns membros do Ministério Público, não à instituição. Nessa entrevista, diz o seguinte: "Na verdade, falei sobre isso em um contexto específico, dizendo que, em alguns Estados, o Judiciário não vai bem". Disse ainda: "Alguns setores do Ministério Público precisavam melhorar muito para ficarem ruins". Quando ele fala "alguns setores", refere-se a alguns membros do Ministério Público.

Os Srs. Deputados irão recordar no ano passado, no Município de Divinópolis, que o Promotor resolveu denunciar todos os candidatos a Deputado Federal, a Deputado Estadual e a Senador, pela propaganda eleitoral daqueles que lá estiveram e fizeram-na. Eu não estava no caso, porque não sou votado em Divinópolis, então não fiz campanha lá. O Promotor saiu catando papelzinho dos candidatos, listou aproximadamente 30 candidatos a Deputado Federal, uns 20 a Deputado Estadual e resolveu denunciá-los com multa diária de R\$50.000,00, além de pedir para travar suas contas, porque eles sujaram o Município. Deveriam então pagar pela sujeira. E o Promotor resolveu, da cabeça dele, fazer isso, sem nenhum amparo legal.

Quero dizer que o Ministério Público é uma instituição importantíssima, é um vigilante poderoso que o cidadão tem para que as leis sejam cumpridas, um órgão vigilante da lei, mas alguns de seus membros, utilizando essa investidura, essa armadura, empregam-na de maneira inteiramente equivocada. Sugi-ro ao comando do Ministério Público de Minas Gerais, que respeito e admi-ro, um termo de ajuste de conduta - TAC - em que eles obriguem os membros do Ministério Público que estão no interior a fazerem uma reciclagem do conteúdo dos bancos acadêmicos, pois alguns Promotores fizeram concurso e nunca mais abriram um livro de direito. É por isso que saem pérolas como essas; saem algumas perseguições a Municípios, a Prefeitos ou a Vereadores, que não resistem ao menor sopro, à menor brisa de argumentação jurídica. E fazem isso utilizando a roupagem do Ministério Público. Isso é que é o pior. O Ministério Público é um órgão importantíssimo, mas alguns de seus membros, queiram desculpar-me, denigrem a imagem da instituição. Então quero aqui desafiar e denunciar que, se essa Promotora não cobrar multa diária da Prefeita e do Secretário de Saúde em função do não cumprimento do TAC, ela estará prevaricando.

Ela será denunciada por mais esse crime, pois já estou fazendo outras acusações. Como já havia falado na semana passada, estou concluindo a peça. Eu a estou denunciando à Corregedoria do Ministério Público, ao Conselho Nacional do Ministério Público e ao Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais, que é o chefe do Ministério Público no Estado. O que está ocorrendo não é aceitável. Farei queixa criminal contra ela, porque o que está fazendo é crime. Farei a representação.

O Deputado Rêmol-o Aloise (em aparte)\* - Nobre Deputado Lafayette de Andrada, tenho de confessar a V. Exa. que não consegui acompanhar seu raciocínio. Não entendi perfeitamente o que V. Exa. quis trazer a este Plenário. Faltam-nos alguns dados para que possamos analisar o seu pronunciamento. V. Exa. está dizendo que houve um TAC entre a Promotora responsável pela saúde no Município de Barbacena e a atual administração local, envolvendo o Prefeito e o Secretário de Saúde? É isso mesmo?

O Deputado Lafayette de Andrada - Foram eles que assinaram o TAC.

O Deputado Rêmol-o Aloise (em aparte)\* - Tudo bem. Essa V Conferência tem data? Em que data foi realizada a V Conferência? Qual o objeto anulado, dentro...

O Deputado Lafayette de Andrada - Está-se anulando toda a conferência.

O Deputado Rêmol-o Aloise (em aparte)\* - Mas como?

O Deputado Lafayette de Andrada - Toda. Ela assim resolveu.

O Deputado Rêmol-o Aloise (em aparte)\* - Mas como? A saúde parou?

O Deputado Lafayette de Andrada - Parou.

O Deputado Rêmol-o Aloise (em aparte)\* - Qual será a diretriz do Secretário para aplicar o dinheiro público federal, estadual e municipal?

O Deputado Lafayette de Andrada - A Promotora acordou de mau humor e resolveu fazer um TAC declarando nula a V Conferência, de pleno direito. Ou seja, tudo o que foi feito na V Conferência...

O Deputado Rêmol-o Aloise (em aparte)\* - Passou por cima do Conselho integralmente? Qual é a razão?

O Deputado Lafayette de Andrada - Inteiramente; baseada num inquérito maluco, feito por ela, que não ouviu ninguém. Ela, que não ouviu o próprio Conselho, que não ouviu ninguém, disse que a eleição do Conselho foi errada. Por meio desse inquérito, resolveu dizer que a eleição foi errada e que, em função disso, a Prefeitura tinha de reconhecer que o ato foi nulo. Por que ela não fez esse TAC no dia seguinte ao da eleição, há um ano e meio, só vindo a fazê-lo agora?

Sr. Presidente, está muito claro que, nesse caso, o Ministério Público está sendo utilizado para joguete partidário em função da política local, o que é lamentável. O Ministério Público não pode envolver-se em questões políticas dos Municípios.

O Deputado Rêmol-o Aloise (em aparte)\* - Outra questão, só para eu entender o ocorrido. V. Exa. disse que, caso esse TAC não fosse cumprido, haveria uma multa diária de R\$1.000,00. Essa multa diária cabe a quem? Ao atual Prefeito e ao Secretário?

O Deputado Lafayette de Andrada - Exatamente.

O Deputado Rêmol-o Aloise (em aparte)\* - Então, eles já estão multados.

O Deputado Lafayette de Andrada - Estão multados diariamente em R\$1.000,00.



O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)\* - Não há dúvidas; não há como recuar.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sem dúvidas, não há como recuar.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)\* - Em que mês estamos?

O Deputado Lafayette de Andrada - O TAC é de 31 de março. Como estamos no final de agosto...

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)\* - Quer dizer que já se passaram sete meses. Então, serão R\$15.000,00 por mês, multiplicados por sete meses.

O Deputado Lafayette de Andrada - Não, serão R\$30.000,00 por mês, já que a multa diária é de R\$1.000,00.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)\* - Então, o valor da multa já está na casa dos R\$200.000,00?

O Deputado Lafayette de Andrada - Aproximadamente.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)\* - E não há como recuar?

O Deputado Lafayette de Andrada - Não há como recuar.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)\* - Esse é o TAC feito pela Promotora?

O Deputado Lafayette de Andrada - É o TAC. Ela terá de cobrar essa multa ou então concordar com o fato de que o TAC está errado.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)\* - Talvez essa Promotora não entenda nada de saúde.

O Deputado Lafayette de Andrada - Nem de direito.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)\* - Nem de direito. Não entrarei nesse mérito, pois não a conheço. Pelo que V. Exa. disse, ela precisa fazer um curso para entender um pouco de saúde.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, para concluir, só quero reafirmar que aprovamos, na Comissão de Administração Pública, a convocação dessa Promotora para que ela venha à Assembleia a fim de prestar informações referentes a esse TAC. Esta Casa aguarda a sua presença.

Também encaminhei pedido de informações à Procuradoria-Geral do Estado, solicitando vários esclarecimentos acerca da atuação da Promotora. É um absurdo a sociedade mineira ter de conviver com Promotores desse tipo, o que não iremos aceitar. Não nos ajoelharemos. Enquanto pudermos, estaremos entrincheirados, lutando para que esse tipo de desmando acabe no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, voltamos hoje a esta tribuna para dar sequência à nossa fala da reunião de hoje pela manhã. Temos visto nos jornais "O Tempo" e "Hoje em Dia" desta semana questionamentos quanto a atuações e atuações do IEF de Minas Gerais. O "Hoje em Dia" trouxe a manchete: "IEF é investigado por suposta cobrança ilegal de infrações". Há um empresário aqui que disse que ele estava sendo extorquido pelo IEF.

Deputado Sargento Rodrigues, essa notícia desta semana já passou por esta Assembleia em 2006, em denúncia apresentada pelo Deputado Lafayette de Andrada. Eu disse isso hoje pela manhã. Trago aqui hoje o mesmo documento apresentado pelo "Hoje em Dia". O IEF, na ânsia de aumentar a arrecadação e ter recursos para atender a suas demandas internas, empregar um expediente que hoje é usado pelo Ministério Público, o TAC, sobre cuja legalidade tenho minhas dúvidas. De uns quatro anos para cá, inventaram o TAC, que acham estar resolvendo todos os problemas do País, do Estado e, em especial, a questão ambiental.

Volto a dizer que os nossos institutos que se dizem em defesa do meio ambiente não estão preocupados em momento algum com a preservação ambiental. Eles estão preocupados, sim, é com a arrecadação ambiental, o que é muito diferente. Para preservar não é preciso ter essa quantidade de dinheiro e de fiscalização. Basta ter vontade e critérios objetivos. Mas o que estamos vendo é um emaranhado de legislação em que a Secretaria de Meio Ambiente e o próprio IEF, a cada dia que passa, determinam uma portaria, uma resolução, um regimento. E tudo isso serve como lei para aplicação de multas.

Queremos denunciar essa situação aproveitando a fala do empresário Luiz Carlos Pereira, da siderúrgica em Alfredo Vasconcelos, que afirma que, por perseguição do IEF, teve de parar as atividades e demitir 600 funcionários. Isso saiu nos jornais desta semana.

Um dia antes, o jornal "O Tempo" fez o mesmo levantamento. Só que algumas pessoas que prestaram depoimento à imprensa não quiseram que seus nomes fossem divulgados - conforme a reportagem -, com medo de perseguição. Ora, a época da ditadura já passou há muito tempo. Mas sabemos que em Minas Gerais se implantou uma ditadura. Hoje, amordaçar e calar a imprensa é uma forma de ditadura. Todo o mundo sabe isso. Ninguém vem aqui para me apresentar o contrário do que estou falando. Não sei quais são os outros interesses para que haja essa mordacão excessiva na imprensa. Sabemos que o poder econômico tem o controle dos órgãos da imprensa. Isso não é de agora, isso é histórico. Mas, da forma como é em Minas Gerais, o governo tem o controle até dos jornais e rádios do interior que, se por acaso falarem alguma coisa equivocada do governo, estarão impedidos de continuar e, às vezes, serão até ameaçados pela pessoa do outro lado do telefone.

Esse caso, aqui denunciado pelo jornal "Hoje em Dia", precisa ter uma resposta da Assembleia Legislativa. Em 2006, quando levantamos essa questão na Comissão de Fiscalização Financeira, ouvimos algumas pessoas do IEF e alguns empresários, bem como o Deputado Lafayette de Andrada, que até chegou a apresentar uma proposta de lei em que todos os TACs, inclusive os do Ministério Público, teriam de ser divulgados para que toda a sociedade tivesse conhecimento do que está acontecendo.

Vou pegar aqui um TAC, aleatoriamente, porque são vários, são documentos do IEF, não são rascunhos que peguei ou inventei. Vou ler este aqui: "O passivo florestal da empresa é de 32.035m<sup>3</sup> de carvão. Pelo passivo ambiental descrito na cláusula anterior, a compromissária se obriga a: realizar o florestamento," - o que é correto - "no Estado de Minas Gerais, de 900ha nos anos agrícolas 2005 a 2007". O que vou ler a seguir é justamente o ponto que nos traz dúvidas. "Fornecer ao IEF, no prazo estipulado no contrato: dois veículos Fiat Strada novos, 1.3 ou superior, na cor branca, gasolina ou álcool, devidamente instalado com sistema de comunicação de dados, que deve ser entregue no prazo máximo de 140 dias após a assinatura desse termo. A compromissária assume, neste instrumento, o compromisso de dar o cumprimento à legislação da Taxa Florestal, no valor de 32.000m<sup>3</sup> de carvão, considerados de origem nativa do Estado de Minas Gerais, com recolhimento especificado no Documento de Arrecadação Estadual - DAE - da taxa, que se trata de obrigação junto ao TAC-IEF, no valor de R\$129.000,00, no prazo de 75 dias a partir da assinatura deste termo".

O empresário está reclamando dos absurdos praticados pelo IEF. São três tipos de penalidade. Ele obriga que o empresário plante aquilo que consumiu de mata nativa. Até aí tudo bem, mas ainda exige dele três veículos, ou melhor, no caso em questão, dois veículos Strada, equipados, determinando também o recolhimento aos cofres do IEF de R\$130.000,00. Por isso a imprensa tem noticiado que as pessoas que hoje dependem de licenciamento no nosso Estado não estão investindo em Minas. Minas Gerais não tem recebido nenhum investimento nos últimos seis anos. Muitas vezes o governo faz a propaganda de que a economia de Minas cresceu e que houve vários investimentos, mas os investimentos de que ele fala são os da Cemig, da Copasa e das companhias de telefonia.

Existe um desafio. Que empresa se instalou no nosso Estado, nos últimos anos; que investimento se fez a não ser os das empresas que expandiram seus negócios? Isso porque, em Minas Gerais, não se consegue agilizar. Quando os empresários não trombam com a burocracia da Secretaria de Fazenda, eles trombam com as questões ambientais, que têm trazido um grande prejuízo ao povo mineiro e também à produção de alimentos do nosso Estado. Se continuarem agindo da forma como agem, dentro de 10, 12 anos, haverá um desabastecimento de grãos, de produtos hortifrutigranjeiros no Estado de Minas Gerais. Dessa forma, haveremos de buscá-los fora deste Estado.

O Deputado Carlos Pimenta dizia aqui, ontem - e com propriedade, porque conheço a realidade -, que a Petrobras, quando montou a usina de biodiesel no Norte de Minas, incentivou algumas pessoas, alguns pequenos proprietários a plantarem oleaginosas que poderiam ser utilizadas para produzir o biodiesel.

Ninguém conseguiu plantar, porque o IEF não deixa. Ninguém conseguiu produzir a matéria-prima para a usina de biodiesel no Norte de Minas, o que era um dos objetivos desse projeto. E o que está acontecendo? A Petrobras está importando essas mercadorias, esses produtos de outros Estados, porque não se consegue plantar em Minas.

Deputado Hely Tarquínio e Sr. Presidente, é o maior absurdo o que acontece na região do Triângulo Mineiro, no Rio Grande. Do lado de cá, em Minas Gerais, nada se pode: não podem nem fazer irrigação, não conseguem. A energia elétrica é cinco vezes mais cara do que do outro lado do rio. Mas, quando vamos ao outro lado do rio, vemos grandes fazendas altamente produtivas. Estou falando do Triângulo Mineiro, mas é o mesmo no Norte. Do lado de Minas Gerais, não se pode nada; do lado da Bahia, pode-se tudo. Que puritanismo mineiro é este? Que puritanismo é este que Minas quer vender? Tenho dito que o nosso Estado precisa parar com esta hipocrisia de dizer que trabalha em silêncio. Enquanto Minas trabalha em silêncio, estamos sendo engolidos pelo Espírito Santo, por Goiás, pelo Mato Grosso, pela Bahia. É isso o que está acontecendo.

Historicamente, Minas é um Estado altamente burocrático, altamente cobrador de impostos. Temos muita capacidade, aqui, de legislar sobre matéria tributária, mas há grandes dificuldades para transformar isso em arrecadação, porque a distância entre tributar e arrecadar é grande. E o que estamos vendo nestes TACs aqui assinados e que estão sendo denunciados pelo jornal "Hoje em Dia"? Este empresário foi corajoso; ele se sentiu achacado, sentiu que estava perdendo o seu patrimônio em nome de uma burocracia, em nome de uma capacidade excessiva de alguns órgãos. Quando falamos desse órgão, falamos de três, quatro pessoas pertencentes a ele que estão extorquindo os nossos produtores rurais e os nossos empresários. Estão aqui, na fala desse empresário, todos os TACs assinados. Aqui temos a fala dele e a de outras pessoas que abandonaram suas atividades porque não aguentam mais sofrer por parte do IEF a cobrança dessas multas absurdas, sendo obrigadas a fazer esses TACs, que, no meu parecer, não têm nenhuma validade. São documentos administrativos e acabam se tornando títulos de cobrança judicial. Agora arranjaram os especialistas, ambientalistas, xiitas, que não gostam muito de trabalhar. A maioria quase absoluta dos ambientalistas não gostam de trabalhar, gostam é de ficar amolando o coitado do produtor rural, amolando aquele que está produzindo ou aquele que fará um loteamento. Aí, sim, eles têm toda a disponibilidade, porque ficam lá no bem-bom, recebendo dos órgãos ambientalistas, da própria Secretaria de Meio Ambiente, que banca hoje essas pessoas. A maioria está vinculada ao governo por meio de contratos de trabalho. Mas não funciona, Deputado Hely Tarquínio, porque hoje não existem pessoas mais habilitadas para a preservação do meio ambiente, pessoas que queiram mais essa preservação do que o homem da roça. Ele tem a consciência e a educação para saber o que é bom para ele, porque sabe que, se ele agredir o meio ambiente, será ele que pagará a conta. Não serão os xiitas que ficam aqui, nos gabinetes com ar-condicionado. Hoje o produtor rural tem essa consciência.

Sabem como o governo quer educar? O Deputado Hely Tarquínio foi muito feliz quando falou que precisávamos começar pela escola, pelos alunos. Entretanto, fazemos o contrário: queremos educar o produtor rural com a arma, porque o policial chega lá armado para fazer a educação ou para fazer a fiscalização. É isso o que está acontecendo. Está tudo invertido. Estamos sentindo e vendo isso passivamente.

Acho que está na hora de o Parlamento acordar e tomar atitudes corajosas em nome do meio ambiente, e não, em prol da arrecadação. Defendemos a preservação do meio ambiente, mas não podemos concordar que ela seja instrumento para beneficiar algumas ONGs ou grupos que se dizem ambientalistas e que precisam trabalhar para saberem o que é ficar na roça e produzir alimentos. Temos de agir para que não aconteça o mesmo que se vê no documento que ainda vou apresentar hoje: a polícia foi a uma pequena plantação de tomate querendo prender a produtora porque estava plantando em cima de um rego de água.

Tenho em mãos todos os documentos, os TACs que esse empresário denunciou, dizendo: "Percebi que era uma extorsão, uma propina camuflada e decidi que não pagaria e brigaria na Justiça". São palavras dele. Extorsão é o que não podemos permitir; é nesses casos que a Assembleia tem de acudir, e vou falar isso até cansar, para ver qual será a resposta do governo do Estado, já que o IEF fala em nome do Governador. O Governador está pagando essa conta no interior, porque o povo da zona rural, o povo trabalhador não aguenta mais tanta perseguição. Por que não vão perseguir os traficantes de drogas? Por que vão perseguir justamente aqueles que produzem os nossos alimentos?

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembleia.

Gostaria, inicialmente, de "meter minha colher de pau" nessa discussão ambiental. Venho acompanhando as insistentes manifestações do Deputado Antônio Júlio e gostaria de expor meu ponto de vista. Em muitas situações, realmente há abusos e incorreções na prática de alguns agentes ambientais do Estado, mas não acredito que isso seja uma orientação do sistema ambiental de Minas Gerais - vejam que quem está dizendo isso não é um Deputado da base do governo e não está aqui para fazer sua defesa. Atuando na área ambiental nesta Casa, como membro efetivo da Comissão de Meio Ambiente, por meio da qual, desde o início de nossa legislatura, nos inteiramos de muitas denúncias, reivindicações e situações havidas em todo o interior do Estado, entendemos que desvios, incorreções e abusos na aplicação da legislação precisam ser objetiva e radicalmente combatidos e evitados. Mas, em meu ponto de vista, o problema ambiental maior que enfrentamos,

gravíssimo, infelizmente está passando ao largo da grande maioria das investidas e discussões ambientais que acontecem no Brasil e mesmo no mundo, na grande maioria das nações.

Como dizem os especialistas, a temporalidade ambiental é extremamente diferenciada do tempo convencional com o qual trabalhamos no cotidiano; é muito mais elástica. Os especialistas dizem que, para corrigir o efeito das mudanças climáticas que já estão em curso e que não podem mais ser evitadas no curto prazo - que apontam para o aumento de alguns graus na temperatura do planeta -, vamos demandar algo em torno de 100 mil anos.

Portanto, o tempo ambiental do planeta escapa ao tempo que vivemos. São 100 mil anos para corrigir alterações climáticas e ambientais que atingirão a todos e penalizarão os mais fracos, os excluídos, aqueles que já sofrem com o sistema concentrador de renda e baseado no lucro, o sistema hegemônico no planeta, o capitalismo neoliberal. Aqui muitos não gostam que se fale esta palavra. Muitos não gostam que se fale em "neoliberal" e em "capitalismo", mas temos certeza de que essa crise ambiental é a maior e verdadeira crise que a humanidade está enfrentando, pois a crise financeira é cíclica, é do sistema capitalista. A crise ambiental é a primeira efetivamente criada por nós, humanos, com nossas intervenções na natureza, manipulando de forma equivocada o patrimônio ambiental, tratando-o exclusivamente sob o ponto de vista de insumo e matéria-prima para a indústria.

Infelizmente, as discussões que têm acontecido nesta Casa, no Congresso Nacional e na grande maioria dos fóruns que envolvem a produção agropecuária, principalmente, estão passando ao largo dessa grande crise ambiental, que exige uma construção de modelo econômico na maneira de pensar e organizar a sociedade. Como muitos outros, acreditávamos que essa crise financeira provocaria uma reflexão mais profunda da necessidade de mudanças estruturais na maneira de organizar a sociedade, a produção e o consumo, na maneira de promover justiça social associada a justiça e equidade ambiental e respeito à diversidade ambiental. Infelizmente, isso não está acontecendo. Portanto acredito que temos de relativizar as críticas ao sistema ambiental de Minas Gerais, onde há muita gente competente e interessada em equalizar essa questão ambiental com o desenvolvimento econômico e social. Mas os abusos precisam ser combatidos com firmeza, para que tenhamos uma ação do Estado mais condizente com as necessidades da população e os interesses da grande maioria dos mineiros.

Gostaria de trazer outro assunto. Estamos assistindo a outra polêmica instalada no Brasil e em Minas Gerais, como não poderia deixar de ser, exatamente pela importância do nosso Estado e pela presença das nossas lideranças políticas no cenário nacional. Assim foi ao longo da história do Brasil e não poderia ser diferente agora. Estamos assistindo à grande mídia - o que está repercutindo aqui - em mais uma ofensiva contra o governo Lula, tentando desqualificar suas ações e arrumando uma série de artifícios para sustentar mais essa campanha de agressão e desqualificação do nosso Presidente, do nosso governo e das muitas e muitas conquistas que estão melhorando a qualidade de vida do povo brasileiro.

Sr. Presidente, na primeira semana de julho, o Presidente Lula foi homenageado em Paris com um prêmio das Nações Unidas cobiçado por todas as lideranças do mundo inteiro - o Prêmio Félix Houphouët-Boigny, concedido pela Unesco e entregue pela sua coordenação, presidida por Henry Kissinger, ex-Secretário de Estado dos Estados Unidos, que premiou Lula por sua atuação na promoção da paz e da igualdade de direitos. Esse não é um prêmio qualquer. Entre as 23 personalidades mundiais que, antes do Lula, receberam o prêmio, estão nada mais nada menos que Nelson Mandela, ex-Presidente da África do Sul; Yitzhak Rabin, ex-Premiê israelense; Yasser Arafat, ex-Presidente da Autoridade Nacional Palestina; e Jimmy Carter, ex-Presidente dos Estados Unidos. Vejam que são personalidades reconhecidas mundialmente, e é entre elas que está destacado o Presidente Lula, com esse prêmio das Nações Unidas, entregue em Paris, no início de julho.

É bom lembrar também que um terço dos vencedores desse prêmio, logo depois, foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz. Hoje, correm rumores mundo afora de que o Presidente Lula está credenciado e sendo lembrado para também receber o Prêmio Nobel da Paz. Podemos imaginar o trauma que causaria a certos setores políticos brasileiros e à mídia brasileira se isso acontecesse com o Presidente Lula. Que também o Presidente Lula receba o Prêmio Nobel da Paz, a exemplo de um terço dos homenageados com o Prêmio Félix Houphouët-Boigny, das Nações Unidas. Quando da entrega desse prêmio ao Presidente Lula, vimos que a grande mídia, a imprensa brasileira praticamente negligenciou o fato, fez de conta que ele não tinha acontecido. A cobertura foi mínima, disfarçada entre outras reportagens, e quase ninguém fez disso manchete - nem os grandes jornais brasileiros nem as grandes redes de TV do Brasil. Estávamos num momento em que o noticiário era dominado pela morte do Michael Jackson, mas, pelo peso para o nosso país e por ser o primeiro Presidente brasileiro a receber uma distinção desse nível - aliás, não só o primeiro Presidente, mas o primeiro brasileiro -, era de esperar que a mídia desse o destaque devido.

Na verdade, o destaque dado na maioria dos grandes jornais foi para os membros do Greenpeace que estavam com uma faixa no local, pedindo para salvarem a Floresta Amazônica. E eles foram retirados do plenário. Em seu discurso, o Presidente Lula cumprimentou os ambientalistas do Greenpeace e pediu desculpas pela intervenção da segurança. Por isso ele foi ovacionado. Além disso, o Presidente Lula pediu o fim do embargo a Cuba, a criação do Estado palestino e condenou o golpe em Honduras, sendo aplaudido. Isso mostra por que ele vem sendo respeitado no mundo inteiro.

É uma liderança que está sintonizada com as grandes questões do mundo, posicionando-se com muita clareza e firmeza e exigindo um posicionamento das grandes nações para se equacionarem situações como estas: o fim do embargo a Cuba, a criação do Estado palestino, a condenação e, portanto, um pedido de solução para o golpe em Honduras. Na ocasião, o Presidente Lula disse que se sentia honrado em partilhar dessa distinção e queria compartilhá-la com todo o povo brasileiro. Disse ainda que recebia esse prêmio em nome das conquistas recentes do povo brasileiro.

Estamos acompanhando de perto as mudanças no Brasil e vendo como ele vem enfrentando essa turbulência internacional. Certamente será uma das primeiras nações a sair efetivamente da crise e sairá muito bem posicionado para ampliar essas conquistas que melhoram, no dia a dia, a vida do povo brasileiro. Sr. Presidente, temos de efetivamente comemorar, celebrar momentos e feitos como esse e ficar atentos, porque a grande mídia se finge de morta, como nesse episódio de reconhecimento internacional ao Presidente Lula. Novamente assistimos à ofensiva da grande mídia, e aqueles que a financiam e compartilham de seus interesses não comungam, ao que tudo indica, não estão tão satisfeitos assim com a melhoria da vida do povo brasileiro, que está sendo conduzida com maestria pelo Presidente Lula. Todos devemos ficar atentos, alertas e fazer as nossas avaliações com critério e cautela, para verificar quais são os verdadeiros interesses que movem a grande mídia, as grandes fortunas do Brasil e uma boa parte das lideranças que foram apeadas do poder nos últimos anos e querem voltar. Portanto, nos cabe toda a cautela e atenção para descobrir os interesses verdadeiros por trás das manifestações muitas vezes saudosas de um tempo que já passou e foi muito pior do que este em que estamos vivendo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura\* - Sr. Presidente, senhoras e senhores, na segunda-feira, dia 24 de agosto, completou-se o 55º aniversário do tiro no peito que fez o Presidente Getúlio Vargas deixar a vida para entrar na história. Coincidentemente, ontem, Líderes do PSDB e do Democratas procuraram reproduzir no Plenário desta Casa o desqualificado debate político que esses mesmos partidos insistem em pautar em Brasília. Vale lembrar que esse comportamento é uma antiga especialidade da elite conservadora brasileira. Getúlio Vargas morreu acossado pela chuva de denúncias do mar de lama, pelo jornalismo infame de Carlos Lacerda, pelos prenúncios do que, 10 anos depois, viria a ser o golpe militar.

No entanto vale também assinalar que essa politicagem velhaca, que teve na UDN a sua matriz, não enganou nem engana a maioria dos brasileiros e das brasileiras, nem em 1954, nem em 1964, nem hoje.

Duas gerações mais tarde, a história e a memória do povo rendem tributo à grandeza de Getúlio Vargas, enquanto desprezam e enfeitam seus liliputianos detratores. Esse mesmo combate terá sua continuação e atualização em 2010, nobre Deputado Paulo Guedes. O eleitor brasileiro, escolado por uma inédita sucessão de cinco eleições presidenciais consecutivas, sem quebra da ordem democrática, dispõe de ferramentas novas e muito mais certeiras para distinguir a verdade da mentira. Como bem lembrou o Presidente Lula em sua recente visita ao pólo operário do ABC paulista: "Agora tentam artificialmente substituir o colapso econômico que não aconteceu por uma crise política que só a eles interessa e a ninguém mais nesta Nação". Sem citar nomes, Lula defendeu ponto por ponto sua política econômica, até as expressões "espetáculo do crescimento" e "marolinha", e afinetou a imprensa brasileira. E continuou polemizando: "Eu fico orgulhoso porque não sou só eu quem fala mais, não. É só ler. Se vocês lerem a imprensa brasileira, vocês vão ver pouco. Mas leiam a imprensa estrangeira especializada em economia para vocês verem o que falam do Brasil a Alemanha, a França, a Espanha, a Inglaterra, os Estados Unidos, todo o mundo. Só aqui uns poucos aprenderam a vender só desgraça. Mas os números desmentem qualquer invenção teórica".

O longo discurso do Presidente Lula abordou diversos aspectos da política econômica, dos impostos às exportações, as reservas e a inovação tecnológica. O Presidente, como sempre em sua altivez, criticou "os meninos do sindicato" por "querer que baixe o juro toda hora", dizendo que "estou com o olho no juro como na criação de emprego, mas estou com o olho na inflação também". E criticou a "cautela exagerada" - vejam a minha delicadeza: cautela exagerada - dos "empresários brasileiros de alguns setores", responsáveis pela "brecada que nós demos nos meses de novembro, dezembro e janeiro", que comparou a um "cavalo de pau".

Sem citar nomes de políticos nem partidos, Lula distribuiu várias contestações a seus opositores. Atacou a "política pequena", o "engajamento em miudezas estereis e não raro desrespeitosas, mas em torno das quais, infelizmente, se agarraram num abraço de afogados certas esferas da vida nacional". O Presidente disse ainda: "A síntese da diferença entre nós e esses críticos é que mais de 500 mil brasileiros deixaram a linha da pobreza desde outubro de 2008, quando fervilhava o colapso do 'subprime' nos Estados Unidos". O pré-sal, cujo marco regulatório deve ser anunciado na próxima segunda-feira, dia 31, também foi mencionado pelo Presidente: "O meu compromisso é que parte do fundo que nós vamos criar com o dinheiro do petróleo seja destinada a recuperar o atraso educacional deste país e utilizar uma boa parte para acabar com a pobreza do País".

Ele destacou que não existe nenhuma empresa no mundo com investimentos como os previstos pela Petrobras, de US\$174.000.000.000,00 até 2012. "Somente navios, vamos ter de contratar mais de 200; somente sondas, serão 38. E nós queremos é que o valor, que os componentes nacionais sejam maioria em toda essa produção", defendeu o Presidente.

Para Lula, o Brasil é uma economia destinada a ser uma das grandes exportadoras de derivados do petróleo do século XXI, com uma singularidade em relação a todas as demais: trata-se de uma economia industrializada, de um mercado de consumo de massa com mais de 100 milhões de pessoas e de uma democracia forte, sólida e sustentada pela consciência política do seu povo e cada vez menos tutelada pelo interesse elitista.

Em outra passagem, Lula se queixou de que nem sempre a ajuda federal aparece nas propagandas de televisão de Prefeitos e Governadores. Exemplificou que poderia pegar o rodoanel do Estado de São Paulo, cujo custo é de R\$3.600.000.000,00, sendo que o governo federal entrou com R\$1.200.000.000,00 do próprio Orçamento da União e o Governador José Serra não anuncia nenhum centavo. É uma situação muito parecida com as obras do governo federal em Minas Gerais. O Governador tucano, às vezes, tem lapso de memória.

Portanto, o que temos de pautar nos Parlamentos do Brasil, em Brasília e aqui no Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais são as ações propositivas para melhorar a qualidade de vida de nosso povo e dos nossos trabalhadores e trabalhadoras.

Várias pessoas de todo o Brasil foram beneficiadas com o Bolsa Família, por exemplo. Ao garantir uma renda mínima mensal para milhares de famílias, o programa também impulsiona as economias locais. A constatação é de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Supermercados. Entre as conclusões do levantamento, a Associação atribui às políticas de transferência de renda do governo federal, em especial ao Bolsa-Família, o aumento do acesso da população das classes D e E ao mercado consumidor. Com a melhora da renda obtida nos últimos anos, o Nordeste brasileiro se transformou no maior foco de atenção do mercado de consumo brasileiro, responsável por 19,6% do faturamento nacional dos supermercados, contra 19,4% da Região Sul. O Bolsa-Família transferiu para a Região Nordeste R\$5.600.000.000,00 em 2008, mais da metade dos R\$10.600.000.000,00 do programa.

Um exemplo da eficácia do Bolsa-Família está em Alagoas. Estudo realizado por professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Alagoas mostra que o programa atende a cerca de 350 mil famílias. O pesquisador calcula que, dos R\$12.000.000.000,00 do PIB alagoano, cerca de R\$4.000.000.000,00 vêm do Bolsa Família.

Esses são alguns exemplos do trabalho que o governo Lula vem desenvolvendo e que o Brasil quer discutir. Não queremos voltar ao velho udenismo de Carlos Lacerda. Queremos discutir de forma positiva trabalho, emprego, renda, obra, inclusão social. Carlos Lacerda ficou na história, e não queremos reeditá-lo, assim como não queremos reeditar Demóstenes Torres e companhia limitada.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Parabenizo V. Exa. pelo belíssimo discurso que fala da realidade, apresenta a verdadeira versão do que está acontecendo no nosso país. A nossa Oposição no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado insiste em não enxergar que, nos últimos seis anos, o Brasil é, sem dúvida, um País onde temos orgulho de viver. Temos também orgulho do nosso Presidente e do nosso partido, que, junto ao Lula, comandou todas as transformações das áreas social e econômica, na geração de oportunidades para o povo brasileiro. O seu pronunciamento vem explicitar detalhadamente toda essa revolução e o respeito de que o Presidente Lula e o nosso País gozam hoje pelo mundo afora.

Infelizmente, a nossa imprensa, que tem umbigo amarrado no atraso de quem sempre comandou este país, finge não enxergar os avanços que conseguimos e que a população brasileira reconhece.

Fico indignado com a forma de agir de alguns políticos de Brasília, de uma Oposição raivosa, que não admite o crescimento do País, que não admite que ficaram 500 anos no poder e não realizaram nada. Refiro-me especialmente ao PSDB, que teve oito anos de mandato com o FHC e que não produziu sequer emprego de carteira assinada. O saldo deles em oito anos é zero. Um governo píffio, que não produziu nada na área educacional, que não produziu nada na área social, que foi um fiasco na área econômica, que foi um fiasco nas relações exteriores. Hoje não admitem que o nosso Presidente Lula, um homem simples, um homem do povo, homem de visão conseguiu fazer com que o País fosse respeitado tanto aqui dentro quanto e principalmente lá fora. Abriu o mundo para nossas exportações, fez uma revolução na área social, está fazendo uma revolução na área educacional com programas como o ProUni, triplicando o número de vagas nas universidades federais, com a criação de 314 escolas técnicas. São tantos os assuntos, que nos orgulhamos de ter o Presidente que temos e ser do partido de que somos. Obrigado, Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura\* - Para concluir, Presidente, agradeço o aparte do Deputado Paulo Guedes e gostaria de dizer que, para contribuir com esse debate e informar melhor a população com números, dados e indicadores, estou disponibilizando na minha página na internet - [www.carlinmoura.com.br](http://www.carlinmoura.com.br) - a prestação de contas do mês de junho de 2009 do governo do Presidente Lula. "Mais Brasil para Mais Brasileiros". Por meio dessa publicação, temos toda a prestação de contas na área econômica, na área educacional, na área de ação social, na área de investimentos e do PAC. Todos os que quiserem estar mais informados sobre os investimentos em curso no Brasil, sobre a grande revolução

democrática e popular promovida pelo Presidente Lula, podem acessar na minha página na internet - [www.carlinmoura.com.br](http://www.carlinmoura.com.br) - a prestação de contas: "Mais Brasil para Mais Brasileiros".

Por fim, Sr. Presidente, reverencio a memória do grande brasileiro, do grande gaúcho Presidente Getúlio Vargas. Sua luta valeu muito para que este Brasil encontrasse o caminho do desenvolvimento. Sem dúvida alguma, o que este Brasil precisa é da construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento. Muito obrigado, Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Mas, Sr. Presidente, em vez de discutir as questões de água e de barragens do Regimento Interno, gostaria de aproveitar o momento para agradecer ao Deputado Fábio Avelar, ao Deputado Braulio Braz e à Deputada Ana Maria Resende, que ultimaram - um como autor e outros como Presidente e relator da Comissão - o Projeto de Lei nº 566, que dispõe sobre a política estadual de estímulo à construção de barragens para o desenvolvimento econômico do Norte e do Nordeste do Estado. Esse projeto prevê, como obrigações do Estado, traçar uma nova política e, ao mesmo tempo, trabalhar otimizando e integrando as iniciativas públicas e privadas de gerenciamento dos recursos hídricos. A Ruraminas faz um bom programa naquela região. Aliás, por delegação desta Casa, por intermédio de lei votada nesta Casa, recursos foram liberados para compra de mais patrulhas e para construção de mais barragens nas regiões Norte e Nordeste do Estado. Fiz até, Sr. Presidente, um comentário interessante aqui. Não há necessidade desse tipo de investimento no Vale do Rio Doce. No entanto a regional da Ruraminas continua em Governador Valadares, quando 95% da demanda é no Nordeste mineiro e no Norte de Minas. E nossa regional continua em Valadares, com todo o equipamento e o maquinário numa grande área em Itambacuri, há 30km de Teófilo Ottoni. A Ruraminas ainda dispõe de um prédio em Teófilo Ottoni que não é utilizado por ela. A regional em Valadares paga aluguel caro e mantém equipe de comandantes do sistema em Governador Valadares. Isso é um absurdo. Já comentei e pedi providências ao governo. Muitas vezes, o governo é grande demais e não consegue identificar todos os seus problemas.

Sr. Presidente, lembro que essa política de barragens é antiga. O DNOCS vinha fazendo-a no Norte de Minas, mas não a fazem no volume necessário, na quantidade necessária, de forma determinada, para que realmente haja uma solução. Lembro-me muito bem de que, no governo Newton Cardoso, começaram programas de barragens na região do Norte de Minas Gerais. Quando fui Secretário Adjunto de Recursos Minerais Hídricos e Energéticos, tive a felicidade de fazer um programa de 1.020 barragens para aquela região; uma média de 3 barragens para cada um dos 160, 170 Municípios. Lamentavelmente, foram paralisadas no meio do caminho, quando deixei a Secretaria, e foram entregues umas para a Cemig, outras para a Copasa. A Barragem de Setúbal foi entregue para a Cemig, que cometeu um crime naquela oportunidade. A Barragem de Setúbal já estava com a ensecadura pronta e mandaram cortá-la para não continuar a obra. Foram gastos US\$2.000.000,00 para cortar a ensecadura da Barragem de Setúbal quando faltavam apenas US\$5.000.000,00 para terminar a obra. Agora foram gastos mais US\$10.000.000,00, e a obra está sendo acabada. Vejam como agimos para frente e para trás. Este Estado merece uma certa continuidade administrativa. É necessário que as pessoas pensem mais objetivamente no que está sendo feito e no que deve ser feito de forma continuada. Então esse é um projeto importante. É preciso que a região do Nordeste de Minas preste atenção no Projeto de Lei nº 566, porque ele vai entrar em vigor tão logo o Sr. Governador o sancione. Esse projeto possibilitará que todos os Municípios dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do São Mateus e do Norte de Minas construam as barragens necessárias para a regularização dos córregos e riachos, mas, sobretudo, as barragens de contenção para formação de lençol freático nas nascentes da nossa região. Quero lembrar que esta Casa, há poucos dias, aprovou um projeto de lei em que fizemos alteração no Código Florestal e destinamos 50% da arrecadação de multas para um programa criado por meio de uma lei do Deputado Roberto Carvalho, o Programa Bolsa Verde. Ora, se temos a Ruraminas fazendo pequenos barramentos nas nascentes, se temos o Bolsa Verde, que pode pagar o produtor rural para cercar a nascente e replantar a mata ciliar dessa nascente, creio que esse projeto de lei vem em boa hora. Certamente, o Sr. Governador haverá de sancioná-lo e colocá-lo em atividade, mesmo porque, por sua própria determinação, a Ruraminas já vem fazendo esse trabalho. E o Programa Bolsa Verde, que ainda não entrou em execução, já foi sancionado. É preciso que sejam dados também os instrumentos financeiros para que o Estado possa atuar. Sr. Presidente, a questão que eu trouxe para esta tarde não era bem essa. Aproveitei esse momento apenas em função da importância dessa lei. O assunto que eu trouxe é um problema minerário do Estado. Estamos assistindo a um momento interessantíssimo da vida de Minas Gerais.

O Estado não dispõe de geólogos. Não há um geólogo na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, mas já houve alguns na época da Comig. Estamos vendo o DNPM trabalhando para transformar-se em agência porque não há aqui um décimo do número de técnicos necessários para fazer licenciamentos ambientais - as licenças de exploração - e outorgar a possibilidade de fazer pesquisa minerária.

Ainda há pouco, telefonou de Malacacheta um amigo dizendo: "Estou aqui com uma amostra de excelentíssima qualidade - fiz todos os testes - de minério de ferro retirada a 15km da cidade, da região de Malacacheta, Água Boa. Há alguns dias, todos os jornais de Minas Gerais, inclusive o jornal oficial, o "Minas Gerais", estamparam uma matéria interessante. O jornal "O Tempo" usou a manchete mais bonita: "Megajazida de minério de ferro descoberta no Norte de Minas". Primeiro, errou ao dizer que é Norte: é Nordeste. É em Salinas, Porteirinha, Rio Pardo, Grão-Mogol, que é Nordeste, não Norte; segundo, que não é uma descoberta, mas apenas um aprofundamento da pesquisa com a quantificação. Ali se descobriu que a jazida desses três Municípios sozinha representa uma reserva minerária de ferro da ordem de 12.000.000.000t, a segunda maior do mundo, pois a primeira é o Quadrilátero Ferrífero. Nem Carajás consegue ganhar dessa jazida existente naquela região. Em contatos e visitas que fiz a Jenipapo de Minas, a Chapada do Norte, a Berilo, a Coronel Murta, os Prefeitos e Vereadores me informaram que essas empresas que estão fazendo o consórcio para exploração em Porteirinha, Rio Pardo, Grão-Mogol e Salinas já estiveram lá fazendo pesquisa de lavra garimpeira com o objetivo de aproveitar o minério de ferro.

Sr. Presidente, meu pronunciamento visa a que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, de forma articulada, não apenas faça os estudos e convide as empresas, mas coloque a geologia a serviço da quantificação das jazidas de ferro, de estanho, de chumbo, de lítio, de titânio, de calcário e de caulim existentes na região, porque o mapeamento geológico que fizemos em 1995 mostra isso de forma clara. No entanto, o Estado precisa coadjuvar em caráter emergencial, porque sabemos que o DNPM não terá autorização do governo federal para ampliar seu número de técnicos. É preciso que haja um convênio entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o DNPM para que as licenças possam ser dadas com maior rapidez e para que o estudo e a quantificação dessas jazidas possibilitem aos empresários conhecimento mais exato para finalmente poderem executar esses projetos e transformá-los em realidade.

Em 2007, quando aqui cheguei, falava sobre esses minérios, mas falava também em 2003, quando propus ao Indi o primeiro estudo no qual se baseou todo esse trabalho que está identificando essa jazida lá em cima. Mas, como jornalista desde 1970 - aqui revelo até a minha idade -, reconheço a exploração dos minérios daquela região. E vejam quantos anos se passaram para que acontecesse a primeira ação. Vamos começar somente em 2011 a exploração de minério de ferro dessa região. Mas o Estado de Minas, que hoje detém 70% da produção de minério de ferro do Brasil, não tem geólogo. É um absurdo isso. O DNPM, órgão do governo federal que tem de atuar, não tem número suficiente de geólogos. Por que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, por meio de um trabalho maior, em um convênio com o DNPM, não aloca os técnicos, contrata provisoriamente por seis meses, por um ano? Por quê, Sr. Presidente?

O gás da Bacia do São Francisco ficou por 30, 40 anos esquecido e, agora, somente depois de a Codemig entrar em um consórcio, após uma ação governamental, começou-se a pensar na exploração do gás do Vale do São Francisco. A primeira perfuração deve começar em setembro. Ainda o gás só sairá em outubro, novembro ou dezembro. Serão necessários três meses, no mínimo, para a perfuração chegar à profundidade necessária.

Se não fosse a Codemig, se o governo não entrasse, nada aconteceria. Isso também ocorre no Mucuri e no Vale do Jequitinhonha. Recebi um telefonema de Malacacheta, há pouco mais de 1 hora, de um cidadão que me perguntava o que fazer porque todo o território já está requerido por especuladores, pessoas que simplesmente, por GPS, marcam uma área e a reservam para uma futura negociação.

Lembro-me de quando fui Secretário de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos, como adjunto, e trabalhamos com o DNPM. Naquela oportunidade, Sr. Presidente, havia mais de 7 mil pesquisas de lavra garimpeira no Estado de Minas Gerais, sendo que 4 mil delas pertenciam a uma só pessoa, ao Delegado Deroma, como reserva de mercado. Quando eu disse aqui que aquela região tem sido, por omissão do governo, reserva permanente de suas riquezas em benefício de um futuro muito longínquo, não falei mentiras. Tudo disse com base naquilo que vivenciei junto à Secretaria de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos, que, lamentavelmente, passou a chamar Minas e Energia, porque retiraram de lá o departamento de recursos hídricos, que é muito importante para estar no lugar em que se encontra.

Minha preocupação hoje, Sr. Presidente, é de tentar fazer com que o governo do Estado entenda que não pode esperar por mudanças no DNPM, não pode esperar que esse seja transformado em agência. Há necessidade urgente de contratação de geólogos e de ampliação dos serviços desse órgão, que é federal. O governo não pode ficar com picuinhas e delgadezas, mas precisa entender a realidade. Aquela região tem um subsolo riquíssimo e, além de ser um potencial fantástico de produção de vários minérios, está assentada sobre a maior província pegmatítica das Américas. Não se trata apenas de minério pesado, há também as gemas preciosas, os cristais de rochas, além do granito, cuja produção é farta naquela região.

Sr. Presidente, apelamos para que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico faça convênio. Os Prefeitos estão entusiasmados com as pesquisas. A população já começou a enxergar de forma diferente a visita dos técnicos. Quando esses chegam lá, com capacete, bota e roupa diferente, vindos da Votorantim, da CSN ou da Vale, o pessoal fica num grande entusiasmo, pois sabe que aquelas pessoas estão ali pesquisando. É necessário urgentemente fazer a mesma política que fizemos em 1995, quando cancelamos todos os títulos de lavra no Estado. Começamos do zero, mas hoje a situação continua quase a mesma. A reserva de mercado continua a ser feita pela família do Delegado Deroma, que continua na fila requerendo pesquisa de lavra e guardando para depois negociar. É preciso que alguém que conheça esses fatos denuncie, porque aquela região não pode ficar sob a tutela de pessoas que não têm interesse de fazer a exploração. Estão apenas fazendo reservas para, posteriormente, negociar.

Confesso a V. Exa. que, se a Votorantim entrou no projeto, na região de Salinas, ela o fez porque convidei um amigo, que era detentor de uma pesquisa de lavra, e nos unimos a mais 11 pessoas para ceder à Votorantim essas pesquisas. Só assim ela pôde entrar no projeto, assim como a Vale e a CSN. Está havendo a exploração porque conseguimos trabalhar o reconhecimento da realidade dessa reserva de mercado.

Apelo, Sr. Presidente, para que o Estado compreenda a necessidade de o DNPM ser ampliado. Se isso não puder ser feito por meio da sua transformação em agência, o que é muito demorado, que seja feito um convênio para que possamos ter os geólogos necessários e a agilidade do processo de pesquisa de lavra garimpeira de todos os tipos de minério, para que a exploração possa se dar mais rapidamente e assim acabar com essa velha história de que aquela região é pobre, que o nosso povo é miserável. Isso não é verdade. Falta apenas ação governamental. Muito obrigado.

**O Deputado Almir Paraca\* - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, público aqui presente, público da TV Assembleia, inicialmente eu gostaria de dizer que concordo com o pronunciamento do Deputado Getúlio Neiva, de maneira especial em relação à exploração do gás na Bacia do Rio São Francisco e, de maneira particular, na Bacia do Rio Paracatu. Creio tratar-se de um assunto tão importante quanto as jazidas de ferro para o Nordeste mineiro, como acabou de falar aqui o Deputado Getúlio Neiva, e que pode, se explorado, transformar substancialmente as oportunidades daquele povo, com a melhoria da vida dessa região tão sofrida, dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e mesmo do Norte do Minas, que está ali na divisa e, por isso, às vezes é até computado como Norte ou Nordeste. Também no Vale do Paracatu, a exploração do gás pode ser uma redenção para a região. Pouca oportunidade tem a grande maioria daqueles Municípios, vivendo de uma agropecuária extensiva, com pouca tecnologia ainda, de uma agricultura quase que de subsistência, infelizmente. Portanto, a determinação na exploração dessas jazidas, principalmente na possibilidade de democratizar as oportunidades, precisa ser muito bem-conduzida por parte do governo do Estado.**

**Também concordo com o Deputado, quando abordou a questão do direito de lavra e referiu-se às especulações que são feitas eternamente sobre esses direitos. Sabemos que há regiões inteiras dormindo em cima de um patrimônio mineral fantástico, que não é explorado em consequência de estratégias de valorização e de especulação de grupos econômicos muito fortes e de empreendedores que aprenderam a manipular, a dominar papéis nesse mercado tão rico que é Minas Gerais, na mineração. Com isso, sacrificam-se regiões inteiras.**

**Portanto, Deputado Getúlio Neiva, queremos aqui, mais uma vez, concordar com o seu pronunciamento. Contamos com as autoridades do nosso Estado - e mesmo do Brasil, porque sabemos que a legislação minerária exige uma mudança nacional na Constituição - para que se possa fazer com que esse patrimônio mineral, que é de fato um grande patrimônio do povo brasileiro, possa servir mais ao nosso povo. Muitos estão enriquecendo-se no Brasil e no mundo; há muitas empresas internacionais explorando esse patrimônio brasileiro e mineiro em grande medida, enriquecendo, de forma exclusiva, famílias e mesmo empresas internacionais. Tomando como exemplo agora o pré-sal e o que pode não ser a medida melhor para atender aos interesses do povo brasileiro, eu concordo plenamente em que sejam criados mecanismos e critérios para que essa reserva nova de petróleo e gás possa, de fato, ajudar ainda mais os interesses nacionais de toda a população. Portanto, estão aí questões que precisam ser enfrentadas com altivez em favor do nosso povo.**

**Sr. Presidente, quero ainda retomar o assunto relativo ao meu último pronunciamento, neste mesmo dia, que diz respeito ao tratamento equivocado e manipulador que a imprensa vem dando às conquistas do governo Lula, com a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.**

Amanhã acontecerá aqui, em Belo Horizonte, algo importante que já vem acontecendo em todo o território nacional, desde meados do mês de julho, que são os lançamentos dos seminários estaduais da terceira edição do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil. O Prêmio ODM Brasil é uma iniciativa do governo Lula, do governo federal, e acontecerá amanhã, em Minas Gerais, a partir das 9 horas, no Centro de Convenções do Dayrell Hotel, na Rua Espírito Santo, nº 901, no Centro da nossa Capital. O convite é extensivo a todas as lideranças de Minas Gerais, das empresas, do terceiro setor, dos movimentos de organizações sociais, das pastorais sociais das diversas igrejas, do setor produtivo e também do setor público nas suas diversas instâncias. O que se busca com essa terceira edição do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio é exatamente estimular e incentivar ações, projetos e programas do setor público, do terceiro setor e também desse campo da responsabilidade socioambiental e empresarial que têm sintonia com os objetivos do milênio para todo o Estado. Visa reconhecer as ações meritórias e efetivas que estão ajudando na aproximação das metas do milênio aqui, em Minas Gerais; além disso, selecionar e premiar para fortalecer todo esse campo de ação, que é uma iniciativa das Nações Unidas.

Sobre os objetivos do Milênio no Brasil, essa terceira edição tem, como coordenação geral, o governo federal, o governo brasileiro, por meio da Secretaria-Geral da Presidência da República, e também o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD - e o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, um conjunto de instituições, de organizações que se estão articulando e levantando essa bandeira do desenvolvimento do milênio. Como parceiros prioritários, principais, estão o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras, sob a coordenação técnica do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas - Ipea - e a Escola Nacional de Administração Pública - Enap.

Para quem não conhece direito ou não domina essas informações, é importante dizer o que são exatamente os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Trata-se de uma iniciativa das Nações Unidas que nasceu de toda aquela movimentação que houve quando da mudança do milênio, no final do século XX e início do século XXI. Realizou-se uma reunião em Nova Iorque, em 2000, denominada Cúpula do Milênio, na qual 189

nações oficializaram um pacto para tornar o mundo mais solidário e mais justo até 2015. Então estabeleceram diversas metas para o desenvolvimento no milênio, que ficaram conhecidas como os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: "1º - erradicar a extrema pobreza e a fome; 2º - garantir educação básica de qualidade para todos; 3º - promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4º - reduzir a mortalidade infantil; 5º - melhorar a saúde das gestantes; 6º - combater o HIV - aids -, a malária e outras doenças; 7º - garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer parcerias para o desenvolvimento". Portanto, são metas que, se conquistadas, se aplicadas, melhorarão a condição e a qualidade de vida de todas as pessoas e das populações marginalizadas e excluídas mundo afora.

O governo brasileiro, de forma pioneira, criou esse prêmio; o Brasil foi o primeiro país a instituí-lo para acompanhar de perto e emitir, de dois em dois anos, os relatórios de monitoramento, de acompanhamento, evidenciando as conquistas e a aproximação das metas, dos objetivos do milênio. Isso começou em 2004, e, em 2005, houve o primeiro prêmio. O segundo foi em 2007, e agora, em 2009, o terceiro prêmio. Esperamos que amanhã haja um grande número de Prefeitos, Vereadores, lideranças do setor público. É fundamental que eles participem e ajudem em cada um dos Municípios a coordenar esse esforço, que está muito presente, muito forte no campo da sociedade civil organizada, do chamado terceiro setor, e também no campo da responsabilidade social, corporativa, das grandes empresas.

Mas o setor público é fundamental. O governo federal vem dando o exemplo na medida em que organizou o prêmio, em que divulgou as metas. Ele faz todo um esforço, todo um trabalho efetivo e investe. Já investiu, desde o início do programa, R\$80.000.000,00, Sr. Presidente, para alcançar as metas do desenvolvimento do milênio e, assim, cumprir o papel do Brasil como uma das 189 nações signatárias do pacto, melhorando a vida do nosso povo, da nossa população.

De novo, estamos trazendo aqui a manifestação de uma liderança das Nações Unidas, no caso, a Sra. Maristela Marques, Coordenadora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD -, em um evento também do ODM em Brasília, nessa segunda-feira. Lá aconteceu um seminário promovido pelo Banco do Brasil e pela Caixa Federal exatamente para alinhar as ações, para fazer um intercâmbio e para fomentar, apoiar e reforçar todas aquelas organizações que estão trabalhando em sintonia com as metas do desenvolvimento do milênio. A Sra. Maristela Marques disse que a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS -, capitaneado há algum tempo pelo nosso querido Ministro Patrus Ananias, foi muito importante. Ela disse na segunda-feira: "Foi muito importante no Brasil a criação do Ministério do Desenvolvimento Social para a redução da pobreza e, conseqüentemente, para o alcance parcial de algumas das oito metas do desenvolvimento do milênio". Os resultados, segundo ela, já mostram que houve antecipação, principalmente na meta de erradicação da fome e da pobreza. Portanto, o Brasil está muito bem posicionado, segundo a própria ONU, para atingir as metas do desenvolvimento do milênio até 2015, uma contribuição efetiva do governo Lula.

Portanto, gostaríamos aqui de reforçar, Sr. Presidente, o convite para que todas as organizações, Prefeituras, Câmaras Municipais e mesmo as empresas que estão trabalhando pelas metas do desenvolvimento do milênio participem, amanhã, do lançamento do 3º Prêmio ODM, aqui em Minas Gerais, no Centro de Convenções Dayrell Hotel, na Rua Espírito Santo, 901, Centro, em Belo Horizonte.

Para encerrar, quero convidar toda a população de São José da Lapa para a audiência pública que a Comissão de Meio Ambiente vai realizar amanhã, na Praça de Esportes Virgem da Lapa, nessa cidade, para discutir a extração de argila e areia, que vem causando grande polêmica - com envolvimento da própria Prefeitura -, um empreendimento da Samitra Construtora Mineração e Transportes Ltda., que está explorando a margem direita do Ribeirão da Mata, no Município. Amanhã, às 9 horas, estaremos na Praça de Esportes Virgem da Lapa, no Município de São José da Lapa, acompanhando a Comissão de Meio Ambiente nessa audiência. Estão todos convidados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 31/8/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Carlos Pimenta

exonerando Ana Flávia Loyola Antunes Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Marly Rodrigues Duarte do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Ana Flávia Loyola Antunes Pereira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Daniel Fagundes Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

exonerando, a partir de 1º/9/09, Fernando Bueno de Paiva do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Maria Célia Silva Bellini para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Sebastião Helvécio

nomeando Magaly Helena França Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Maria de Fátima Almeida para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Maria de Fátima Gomes Borba para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Rosemary de Queiros para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando Cóchrane Manoel Cândido de Araujo do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 4 horas;

exonerando Joana Paula Seixas do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas;

nomeando Joana Paula Seixas para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 4 horas;

nomeando Josival de Araújo Souto para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Maria Letícia Rodrigues Guimarães Araújo do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Delvito Alves da Silva Filho, matrícula 15.250-1, no período de 25/8/2009 a 8/9/2009.

Mesa da Assembleia, 28 de agosto de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

TERMO DE CONTRATO

Contratante (Doadora): Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (Donatária): Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - do Município de Passa Tempo. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Licitação: dispensa nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante (Doadora): Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (Donatária): Instituto de Defesa à Educação, ao Acesso e à Liberdade - Ideal -, do Município de Belo Horizonte. Objeto: o objeto deste contrato é a doação de 1 armário alto de sucupira, registro patrimonial nº 02.421, avaliado em R\$50,00; 3 cadeiras fixas, registros patrimoniais nºs 02.290, 02.912 e 02.914, avaliadas em R\$60,00; 1 impressora jato de tinta, marca HP, modelo HP692C, registro patrimonial nº 17.371, avaliada em R\$100,00; 3 mesas de secretaria de sucupira, registros patrimoniais nºs 00.056, 00.104 e 01.159, avaliadas em R\$210,00; e 1 microcomputador, marca Itautec, modelo Infoway Business, registro patrimonial nº 22.674, avaliado em R\$250,00, bens estes declarados inservíveis pela contratante. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.